Tourism as a Strategy for Reconciling Conservation and Development: A Case Study from a Protected Area of the Brazilian Atlantic Forest

By

Mariana Baptistella Vedovello

Submitted to the Graduate Faculty of
North Carolina State University
in partial fulfillment of the
requirements for the degree of
Master of Natural Resources

International Resources

Raleigh, North Carolina

2018

Approved by advisory committee:

Erin O. Sills, Committee Chair

Frederick Cubbage, Co- Chair

Duarte B. Morais, Co- Chair

August 20th, 2018

ABSTRACT

BAPTISTELLA VEDOVELLO, MARIANA. Master of Natural Resources, International Resources. Tourism as a Strategy for Reconciling Conservation and Development: A Case Study from a Protected Area of the Brazilian Atlantic Forest.

Tourism in protected areas has been proposed as an aide to help balance conservation and local development. However, while tourism can generate employment and revenue, and strengthen the local infrastructure, many social, cultural and environmental problems can also occur.

In 1994, the US Forest Service, researchers from North Carolina, and the Brazilian NGO SPVS assessed the ecotourism potential of the Atlantic Forest, focusing on the Guaraqueçaba Environmental Protected Area (Guaraqueçaba APA). Using mixed methods, such as interviews and direct observation, a qualitative analysis was conducted to examine the evolution of tourism in the Guaraqueçaba APA over the 25 years, as well as its effectiveness as a strategy for environmental conservation and local economic development.

By assessing the current tourism situation and comparing the recommendations made in 1994 with the recommendations suggested by the interviewees in the present study, it was observed that tourism did not have a very significant evolution in the Guaraqueçaba “sede”, Peças and Superagui Islands. However, the municipalities of Antonina and Paranaguá, also belonging to the Guaraqueçaba APA, are in a more advanced stage, including community-based tourism initiatives.

Despite presenting some favorable results, it is still not possible to affirm that tourism could be Guaraqueçaba’s main livelihood. Although, there are some factors such as local social movements, the new public management of Guaraqueçaba, improvements in the transportation sector, and an increase in the demand for alternative tourism options that make it possible for the Guaraqueçaba APA’s population to achieve the desired sustainable development through tourism.

RESUMO

BAPTISTELLA VEDOVELLO, MARIANA. Mestrado em Recursos Naturais, concentração em Recursos Internacionais. Turismo como uma Estratégia para Conciliar Conservação e Desenvolvimento: Estudo de Caso em uma Área Protegida da Mata Atlântica.

O turismo em áreas protegidas tem sido apontado como solução para equilibrar a conservação da natureza e o desenvolvimento econômico local. No entanto, ao mesmo tempo em que o turismo pode gerar emprego e renda e fortalecer a infraestrutura local, muitos problemas sociais, culturais e ambientais também podem ocorrer.

Em 1994, o Serviço Florestal dos Estados Unidos, pesquisadores da Carolina do Norte e a ONG SPVS realizaram uma avaliação do potencial ecoturístico da Mata Atlântica, tendo como foco a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. Através de uma análise qualitativa dos dados obtidos por meio da realização de entrevistas e observações diretas, o presente estudo analisou a evolução do turismo na APA de Guaraqueçaba durante 25 anos, assim como a sua eficácia como estratégia de conservação ambiental e de desenvolvimento econômico local.

Ao avaliar a atual situação do turismo e comparar as recomendações feitas em 1994 com as recomendações sugeridas pelos entrevistados no presente estudo, foi observado que o turismo não teve uma evolução muito significativa na sede de Guaraqueçaba, na Ilha das Peças e do Superagui. Entretanto, os municípios de Antonina e Paranaguá, também pertencentes à APA, apresentaram um estágio de desenvolvimento um pouco mais avançado, inclusive com iniciativas de turismo de base comunitária.

Apesar de apresentar alguns resultados favoráveis, ainda não é possível afirmar que o turismo é o principal meio de subsistência da população da APA de Guaraqueçaba. No entanto, fatores positivos como a força de movimentos sociais, a nova gestão pública de Guaraqueçaba, as melhorias no setor de transporte e o aumento da procura por opções de turismo alternativo tornam possível para a população da APA de Guaraqueçaba alcançar o almejado desenvolvimento sustentável, através do turismo.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos povos e comunidades tradicionais da APA de Guaraqueçaba por toda sua luta e resistência em face ao avanço do “progresso”.

AGRADECIMENTOS

Aos meus Pais, por todo amor e carinho, pelo suporte incondicional e por terem compreendido a minha ausência durante o mestrado.

À minha irmã, biscuitzinha querida, por sempre me escutar e me apoiar, pelas palavras de incentivo e pelos necessários puxões de orelha.

Ao Joe, meu amor, meu muito obrigada pela paciência infinita, por ter me ajudado de todas as maneiras possíveis, pelo amor sem fim e por zelar pela minha alimentação e horas de sono.

À minha grande amiga Grá por ter participado desse processo do ínicio ao fim. Obrigada pela ajuda imensurável, por todo carinho, apoio e compreensão.

Às minhas queridas amigas Cláudia e Simone, por todo suporte emocional, por sempre estarem ali quando mais precisei e por servirem de inspiração de modelo a ser seguido.

Ao meu amigo Dani pelas conversas infinitas sobre os temas mais variados, por ter acompanhado todo o processo e me ajudar na organização e no estabelecimento de metas.

Aos meus orientadores Erin, Duarte e Fred por acreditarem no meu potencial, me mostrar o caminho a ser seguido e me apresentar Guaraqueçaba.

À toda comunidade de Guaraqueçaba, Ilha das Peças e Superagui. Vocês têm um lugar especial no meu coração. Obrigada por terem me recebido de braços abertos e sempre com um sorriso no rosto. Obrigada por todo carinho e pelos inúmeros convites para um cafezinho. Obrigada por dividirem comigo o conhecimento e um pouco da história maravilhosa de vocês.

Obrigada ao pessoal da SPVS que apesar da agenda de trabalho apertada, se mostrou sempre à disposição para esclarecer minhas dúvidas. Obrigada pelo apoio.

À Rede Caiçara de Turismo de Base Comunitária de Paranaguá, em especial o Ytalo e sua mãe por toda hospitalidade, carisma e atenção.

Ao pessoal de Antonina, em especial Evandro, Michele e Tânia pela calorosa recepção.

TABELA DE CONTEÚDOS

LISTA DE TABELAS iv
LISTA DE FIGURAS iv
LISTA DE SIGLAS iv
INTRODUÇÃO 1
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 2
Turismo em Áreas Protegidas 2
A Legislação Brasileira para Áreas Protegidas 4
As Restrições Ambientais e as Comunidades Tradicionais 6
A Mata Atlântica Brasileira 8
Estudo de Caso: A Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba 9
O Estudo de 1994 12
METODOLOGIA 13
Coleta de Dados 14
Análise Qualitativa dos Dados 15
RESULTADOS E DISCUSSÃO 18
Desenvolvimento do Turismo em Guaraqueçaba: fatores positivos e negativos 18
Infraestrutura 19
Capital social 32
Governo 42
Interação da comunidade com agentes externos 54
Desafios das comunidades tradicionais locais 58
Atrativos únicos da região 62
Iniciativas de turismo em Antonina e Paranaguá 66
Antonina: Inventário da Oferta Turística e o Vale do Gigante do Paraná 66
Paranaguá: Rede Caiçara de Turismo de Base Comunitária 68
O estudo do USFS, as recomendações locais e a evolução do turismo na APA 71
Análise das recomendações sugeridas para o desenvolvimento do turismo na região 72
Desafios para o desenvolvimento do turismo na APA de Guaraqueçaba e novas recomendações 76
Desafios e implicações 77
Dez novas recomendações 79

O turismo de base comunitária como alternativa 88
CONCLUSÃO 92
REFERÊNCIAS 95
APÊNDICES 101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Tipos de Unidades de Conservação no Brasil. 5

Tabela 2. Fatores que afetam o desenvolvimento do turismo na APA de Guaraqueçaba. 19

Tabela 3. Sugestões feitas pelo time de 1994 para enriquecer o turismo de natureza na região da APA de Guaraqueçaba. 73

Tabela 4. Recomendações feitas pela população local para incentivar o desenvolvimento do turismo na região 73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa do Brasil indicando o estado do Paraná e a localização da APA de Guaraqueçaba .. 10

Figura 2. Mapa do limite geográfico da APA de Guaraqueçaba indicando unidades de conservação e comunidades locais 10

Figura 3. Trecho da estrada PR 405 que liga Antonina à Guaraqueçaba 20

Figura 4. Vista da estrada PR 405 21

Figura 5. Barcos rápidos ou voadeiras 25

Figura 6. Barco de linha de Superagui 26

Figura 7. Antigo casarão do Ibama e Mercado Municipal de Guaraqueçaba 30

Figura 8. Mercado Municipal em 2018, após reforma 30

Figuras 9 e 10. Produção de mel de abelha sem ferrão (meliponicultura) em Antonina 36

Figura 11. Mapa com os roteiros da Cooperguará Ecotur (SPVS) 37

Figura 12. Parque Nacional do Superagui 48

Figura 13. Observação de golfinhos na Ilha das Peças 56

Figuras 14 e 15. Casa de veranistas na orla da Ilha das Peças 58

Figura 16. Apresentação de fandango no bar AKDOV em Superagui 60

Figura 17. Vista da Praia Deserta - Ilha do Superagui 64

Figura 18. Capa do Inventário da Oferta Turística de Antonina 67

Figura 19. Exemplo de uma das páginas do inventário contendo um dos atrativos turísticos 67

Figura 20. Preparação para a prática de rafting no Rio Cachoeira 68

Figura 21. Parte do cardápio turístico da comunidade de Eufrasina 70

Figuras 22 e 23. Visita ao Mandicuera: Museu da Capela do Divino Espiríto Santo e fábrica de instrumentos musicais para o fandango 71

Figura 24. Prédio da Cooperativa Arte Nossa, cedido pelo PROVOPAR 74

Figura 25. Torno de mesa utilizado para modelagem de argila 74

Figura 26. Loja da Cooperativa no Mercado Municipal de Guaraqueçaba 75

Figura 27. Cachoeira do Salto Morato 76

Figura 28. Placa informativa sobre a palmeira-juçara, espécie ameaçada de extinção na região 76

Figura 29 e 30: Dicas de como desenvolver o turismo de base comunitária 91

LISTA DE SIGLAS

ACRIAPA	Associação de Criadores de Abelhas Nativas da APA de Guaraqueçaba
APA	Área de Proteção Ambiental
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
FUMTUR	Fundo Municipal de Turismo
IAMUQUE	Instituto A Mudança que Queremos
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IRB	Institutional Review Board for the Protection of Human Subjects in Research
MOPEAR	Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná
OMT	Organização Mundial do Turismo
PROVOPAR	Programa do Voluntariado Paranaense
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPVS	Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental
TBC	Turismo de Base Comunitária
TCP	Terminal de Contêineres de Paranaguá
TNC	The Nature Conservancy
UC	Unidades de Conservação
UFPR	Universidade Federal do Paraná
USFS	United States Forest Service

INTRODUÇÃO

O desafio de balancear a conservação dos recursos naturais com o desenvolvimento humano, nas esferas ambiental, social e econômica, ainda persiste nos dias atuais. Na tentativa de achar esse equilíbrio, a criação de áreas protegidas é uma das alternativas que vem sendo amplamente utilizada.

Além de lutar pela conservação da biodiversidade, as áreas protegidas também zelam pelo modo de subsistência das pessoas, principalmente a nível local. Em países em desenvolvimento, as populações locais que vivem em áreas protegidas geralmente são comunidades pequenas, afetadas pela pobreza e economicamente excluídas.

Diante desse cenário, iniciativas de turismo têm emergido como uma alternativa para promover a conservação da natureza e a economia local, através da geração de emprego e renda, contribuindo assim, para o desenvolvimento sustentável das comunidades que vivem em áreas protegidas.

Em 1994, o Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) e a Universidade Duke, em cooperação com a ONG brasileira Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) realizaram um projeto para avaliar o potencial do ecoturismo na Mata Atlântica brasileira, com foco na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, no litoral norte do Paraná. O presente estudo foi conduzido na mesma região e analisou a evolução do turismo durante esses 25 anos, assim como sua eficácia como estratégia de conservação ambiental e de desenvolvimento econômico local. Teve como principais objetivos (1) entender se o turismo tem contribuído para o modo de subsistência da população local e de que maneira; (2) avaliar a acurácia das predições e eficiência das sugestões feitas pelo time de pesquisadores do estudo de 1994 e (3) oferecer novas recomendações diante dos desafios encontrados. Espera-se que os resultados obtidos possam ajudar a identificar as intermediações necessárias na APA de Guaraqueçaba e ser utilizados como exemplos para outras APAs.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Turismo em Áreas Protegidas

De acordo com a definição da União Internacional da Conservação da Natureza, uma área protegida é uma área com espaço geográfico definido e reconhecido, por meios legais ou outros meios efetivos, que é destinada e gerida para garantir a conservação da natureza, dos serviços ecossistêmicos e dos valores culturais a longo prazo (IUCN, 2008).

O número de áreas protegidas tem se expandido rapidamente nas últimas décadas. Um estudo conduzido por Brockington et al. (2008) mostrou que 14% do território Africano, 17% do Sul Americano e 20% do Sudeste Asiático estão cobertos por áreas de proteção, enquanto que em 1960, essa proporção não passava de 5% nessas áreas. Segundo o World Database on Protected Areas, atualmente existem mais de 236.200 registros de áreas protegidas, cobrindo 15% do território terrestre e 6,96% dos oceanos. No período de um ano, entre dezembro de 2016 e dezembro de 2017, 4 mil novas áreas protegidas foram criadas (Protected Planet, 2008).

As áreas protegidas zelam tanto pela conservação da biodiversidade como pelo modo de subsistência das pessoas, principalmente a nível local, interferindo diretamente na vida dos moradores dessas áreas e de seu entorno (IUCN, 2008; Instituto Socioambiental, n.d). Especialmente nos países em desenvolvimento, as populações que vivem em áreas de proteção, de natureza intocada, são comunidades pequenas em desvantagens socioeconômicas procurando por meios para gerar renda sem explorar demasiadamente os recursos naturais (Sampaio & Zamignan, 2012).

Aproximadamente três quartos das pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, vivem em áreas rurais e remotas onde recursos valiosos para a indústria do turismo podem ser encontrados (UNWTO, 2004). Com um declínio da economia local devido às restrições ambientais na exploração de recursos naturais e uso da terra, as comunidades que vivem em áreas de proteção estão optando por investir no turismo como forma de complementar sua renda, contando com visitantes e atividades de

turismo para apoio financeiro (Bartholo et al., 2008). Nesse contexto, o turismo tem se revelado uma alternativa para contribuir com o crescimento econômico, o desenvolvimento da comunidade local e o uso sustentável dos recursos naturais (UNWTO, 2015).

No entanto, enquanto o turismo pode contribuir para a conservação da cultura e do meio ambiente e promover o desenvolvimento econômico e social local através da criação de empregos, geração de renda e fortalecimento da infraestrutura, também pode trazer consequências negativas para a região. Muitos problemas sociais, culturais e ambientais podem vir a ocorrer, tais como a perda da identidade cultural da comunidade, a degradação dos ecossistemas, o esgotamento dos recursos naturais locais e a exploração da mão-de-obra local (Wyman & Stein, 2017).

Para evitar os impactos negativos, muitas vezes resultantes do turismo de massa, iniciativas de turismo alternativo vêm ganhando forças desde a década de 80. Diferentemente do turismo de massa, o qual se caracteriza pelo deslocamento de um grande número de pessoas para destinos tradicionais e pacotes turísticos organizados por agências, o turismo alternativo é conhecido como uma forma de um turismo mais sustentável e envolve a preocupação com a preservação dos valores naturais e culturais das comunidades receptoras (Brito, 2000). Geralmente, o turismo alternativo oferece um produto personalizado para destinos turísticos menos convencionais, mas capazes de viabilizar novas experiências e aprendizagens para o turista, o qual possui maior consciência ambiental e social e tem interesse em estabelecer contato com a natureza e com a cultura da comunidade visitada (Moniz, 2006; Irving, 2009).

Entre as formas de turismo alternativo, existem atividades que se enquadram nos segmentos de turismo rural, cultural, esportivo, religioso, e de natureza, sendo este último um dos mais populares (Moniz, 2006). Dentro do turismo de natureza, está a modalidade de ecoturismo, a qual inclui a visitação à áreas protegidas. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), enquanto o turismo no geral avança 7,5% ao ano, a prática de ecoturismo cresce cerca de 20% (Governo do Brasil, 2018). Nos últimos

anos, várias instituições, agências e organizações não-governamentais de conservação (ONGs), como a The Nature Conservancy (TNC) e a Conservation International (CI), gastaram bilhões de dólares em projetos que incluem ecoturismo (Halpenny, 2001).

O ecoturismo tem como princípio, o desenvolvimento da economia local com baixo impacto ambiental e a promoção do bem-estar da comunidade e da conservação da natureza (Sills, 1995). No entanto, a aplicabilidade do ecoturismo como uma ferramenta de sucesso para alcançar o desenvolvimento sustentável depende de vários fatores (Hawkins, 2004). Para obter os resultados desejados, é importante identificar a demanda existente e o potencial do ecoturismo, entender as limitações impostas pela infraestrutura local e pelas legislações ambientais e criar conexões e parcerias mais fortes entre a indústria do ecoturismo, as agências de desenvolvimento, as instituições governamentais, as ONGs e a população local (Cubbage et al., 1994; Honey, 1999).

A Legislação Brasileira para Áreas Protegidas

Em 2000, visando proteger sua rica biodiversidade e reduzir os altos índices de desmatamento, o congresso brasileiro aprovou a lei que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UCs) federais, estaduais e municipais (Brasil, 2000; Coelho, 2006). O projeto foi aprovado após quase onze anos de discussões e controvérsias entre conservacionistas, opostos à ocupação humana de áreas protegidas, e sócio ambientalistas, que defendiam que a ocupação humana e o manejo sustentável dos recursos poderiam obter bons resultados a longo prazo (Drummond et al., 2009; Allen, 2010).

Segundo a lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, a unidade de conservação é definida como: “área territorial e seus recursos ambientais, incluindo águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com fins de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Brasil, 2000).

Conforme mostrado na Tabela 1, o SNUC é composto por 12 categorias de UCs, as quais são divididas em dois grupos principais, conforme suas finalidades: Proteção Integral e Uso Sustentável (Brasil, 2000). Com base no modelo americano de preservação de áreas selvagens intocadas, as Unidades de Proteção Integral têm regras mais restritivas e permitem que as pessoas visitem, mas não residam na terra, exceto em alguns casos particulares. Somente o uso indireto de seus recursos naturais é admitido, como atividades de educação ambiental, pesquisa acadêmica e recreação (Brasil, 2000; Allen, 2010). Por outro lado, as Unidades de Uso Sustentável visam equilibrar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais e permite diferentes graus e tipos de ocupação humana (Brasil, 2000; Allen, 2010). Atualmente, o Brasil possui 2.100 unidades de conservação, sendo 665 Unidades de Proteção Integral e 1.435 Unidades de Uso Sustentável (MMA, 2017).

Tabela 1. Tipos de Unidades de Conservação no Brasil.

Unidades de Proteção Integral	***Unidades de Uso Sustentável***
Estação Ecológica	*Área de Proteção Ambiental*
Monumento Natural	*Área de Relevante Interesse Ecológico*
Parque Nacional/ Estadual/ Municipal	*Florestal Nacional/ Estadual/ Municipal*
Refúgio da Vida Silvestre	*Reserva de Desenvolvimento Sustentável*
Reserva Biológica	*Reserva Extrativista*
	Reserva de Fauna
	Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN)

Ambos os tipos de áreas protegidas visam resolver o conflito permanente sobre o uso da terra e recursos naturais. No entanto, em muitos casos esse modelo gera conflitos entre o governo e proprietários de terras e comunidades locais (Instituto Socioambiental, nd). Além disso, a pressão pela recategorização e para reconhecer e respeitar os direitos daqueles que já viviam na terra é comum em todo o Brasil (Allen, 2010).

As Restrições Ambientais e as Comunidades Tradicionais

Além de lutar pela conservação da biodiversidade, as áreas protegidas também zelam pelo modo de subsistência das pessoas, principalmente a nível local, o que muitas vezes pode gerar desavenças (IUCN, 2008; Instituto Socioambiental, n.d). Na tentativa de assegurar a proteção da natureza, as restrições ambientais e as mudanças impostas no uso do espaço e dos recursos naturais, acabam alterando diretamente a dinâmica do modo de vida das comunidades locais e de seu entorno (Instituto Socioambiental, n.d.).

No Brasil, assim como em outros lugares do mundo, a criação das áreas protegidas excluiu as populações locais dos ciclos econômicos e de seu território, gerando conflitos com grupos sociais e mobilizações junto à sociedade civil (Calegare et al., 2014). Entre as populações expulsas, estavam povos indígenas, comunidades caiçaras, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, entre outras. Segundo o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, essas populações são caracterizadas como povos e comunidades tradicionais, os quais são definidos como:

> Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Brasil, 2007)

Na área de proteção ambiental onde foi realizado o estudo, a maior parte da população é composta por comunidades caiçaras, que habitam as praias e vilas da região há centenas de anos. O modo de vida do caiçara é baseado na pesca artesanal, na agricultura de subsistência e pela forte relação com o mar e com o sítio, apresentando valores e práticas que guiam suas relações com a natureza (Diegues, 2004). Sendo assim, na maioria dos casos, a criação de áreas protegidas implicam em certas limitações na prática de suas atividades tradicionais, contribuindo para uma série de conflitos entre as comunidades caiçaras e os gestores das unidades de conservação (Coelho, 2006).

Depois de muitas brigas, passou-se a repudiar a expulsão das populações locais e ponderar seu envolvimento nas tomadas decisões, sob a justificativa de valorizar os conhecimentos tradicionais para ajudar nos objetivos de conservação (Calegare et al., 2014). Na tentativa de promover a conservação dos recursos naturais e culturais e o desenvolvimento socioeconômico das populações que vivem em áreas protegidas, muitos projetos são sugeridos por políticas públicas ou acadêmicos.

No entanto, as estratégias utilizadas na implementação de muitos desses projetos são impostas de cima para baixo (top-down), sem a participação da comunidade na tomada de decisões, e não contribuem para a melhoria de vida da população, podendo até causar impactos negativos na comunidade como perda da identidade cultural, sazonalidade, poluição, entre outros (Dall'Agnol, 2012). Portanto, é fundamental para o desenvolvimento local que as estratégias utilizadas atendam às necessidades e aos interesses da população local (bottom-up), levando em consideração sua capacidade de gestão, suas aspirações para o futuro, suas competências e habilidades, assim como suas características endógenas e os recursos exógenos a ela destinados (Ávila, 2006; Scótolo & Netto, 2015).

Essa estratégia de desenvolvimento local endógeno pode ser utilizada para locais com potenciais turísticos e envolve a participação dos atores sociais em todas as etapas do processo de planejamento e implementação de projetos, com a geração de benefícios para a população local e sua autonomia no processo de decisão (Irving, 2002).

Segundo Scótolo & Netto (2015), projetos endógenos de turismo de base comunitária (TBC) que valorizam os aspectos naturais e culturais locais, a autogestão e a plena participação da comunidade local na implementação de projetos turísticos podem proporcionar o desenvolvimento local. Para obter os benefícios oriundos do turismo, também é importante que as atividades e serviços oferecidos sejam guiados por valores locais e orientados para minimizar as agressões à cultura local e à natureza:

> (...) para que haja o desenvolvimento local é preciso que haja um movimento endógeno que descubra e cultive as características potenciais da localidade, como os fatores socioculturais – costumes, tradições, etnia, religião, rituais, celebrações, laços afetivos e familiares, história e memória, grau de confiança e cooperação entre os atores, vocação trabalhista e produtiva da população – e fatores geográficos – clima, solo, relevo, hidrografia, fauna e flora, entre outros –, pois são tais características que irão contribuir para que a economia local se potencialize. Entende-se, ainda, que é imprescindível que os recursos naturais e culturais locais sejam preservados a fim de tornar o desenvolvimento local sustentável e, assim, oferecer qualidade de vida à população local. (Scótolo & Netto, 2015, p 47)

Desse modo entende-se que apesar das barreiras existentes com a criação das áreas protegidas, existem projetos que podem contribuir positivamente para o desenvolvimento local e a conservação dos recursos naturais. No entanto, a participação da população local é fator crucial para garantir a sustentabilidade e o sucesso desses projetos.

A Mata Atlântica Brasileira

Composta por formações florestais nativas e ecossistemas associados, como manguezais e vegetação de restinga, a Mata Atlântica estende-se ao longo da costa de 17 estados brasileiros, do nordeste ao sul do país (MMA, n.d. a). Devido à conversão em pastagens, plantações florestais ou áreas urbanas, mais de 92% da floresta original foi perdida e o restante (7,6%) é altamente fragmentado, o

que faz da Mata Atlântica um dos biomas mais críticos para a conservação da biodiversidade. (Morellato & Haddad, 2000).

Estudos indicam que este bioma tem altos níveis de endemismo e contém uma diversidade de espécies maior do que a maioria das florestas da Amazônia (Morellato & Haddad, 2000). Por exemplo, na Mata Atlântica estão catalogadas 218 espécies de mamíferos contra 353 na Amazônia, apesar desta ser quatro vezes maior do que a área original da primeira (MMA, n.d. b).

Para frear a degradação de suas florestas, proteger sua diversidade biológica e recuperar sua vegetação nativa, diversas leis com estratégias de conservação da Mata Atlântica foram criadas, sendo a criação das unidades de conservação considerada uma das melhores estratégias (MMA, n.d. a). Em 2012, a Mata Atlântica era o bioma com maior número de UCs, totalizando 828 áreas protegidas e 9,7% de cobertura, contra 304 unidades da Amazônia, cobrindo 26,5% do bioma (MMA, 2012).

Estudo de Caso: A Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba

A Área de Proteção Ambiental é classificada sob a categoria de Unidades de Uso Sustentável, portanto, seu principal objetivo é harmonizar a conservação da natureza com o uso sustentável de seus recursos (Instituto Socioambiental, n.d.). Através do Decreto Federal nº 90.883 de 31 de janeiro de 1985, a APA de Guaraqueçaba foi criada para proteger um dos maiores remanescentes florestais contínuos de Mata Atlântica, onde encontram-se espécies raras e ameaçadas de extinção, sítios arqueológicos (sambaquis), o complexo estuarino da Baía de Paranaguá, comunidades caiçaras e quilombolas e povos indígenas (Brasil, 1985).

Com uma área de 3.134 km^2, a APA está localizada no estado do Paraná e engloba o município de Guaraqueçaba em sua totalidade e parte dos municípios de Antonina, Campinas do Sul e Paranaguá (Figuras 1 e 2). A região onde está localizada a APA é parte integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Dada sua importância ecológica, tanto no interior da APA de Guaraqueçaba como em seu

entorno, foram criadas várias unidades de conservação, entre elas: a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, o Parque Nacional de Superagui, a Área de Relevante Interesse Ecológico das Ilhas do Pinheiro e Pinheirinhos, a Reserva Biológica Bom Jesus e várias RPPNs (Figura 2).

Figura 1. Mapa do Brasil indicando o estado do Paraná e a localização da APA de Guaraqueçaba. (Adaptado de Brasil Escola, 2018).
Disponível em https://brasilescola.uol.com.br/brasil/parana.htm. Copyright 2018 by Rede Omnia

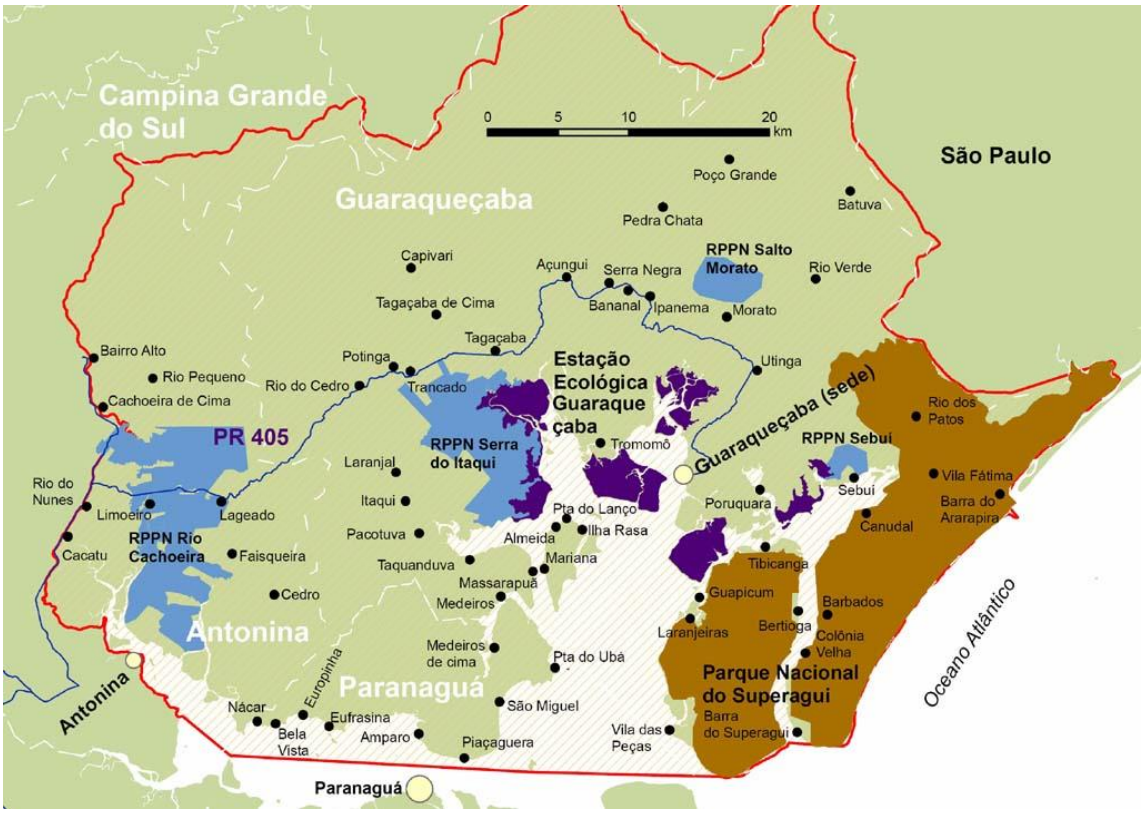

Figura 2. Mapa do limite geográfico da APA de Guaraqueçaba indicando unidades de conservação e comunidades locais. (Aroldo Correa da Fonseca, 2011).
Disponível em https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=12668376

A APA de Guaraqueçaba é caracterizada por uma alta biodiversidade de plantas e animais, incluindo espécies endêmicas, como o papagaio-de-cara-roxa *(Amazona brasiliensis*), e o mico-leão-da-cara-preta (*Leontopithecus caissara*), ambas ameaçadas de extinção (ICMBIO, n.d). A região tem muitos atributos naturais, como belas praias e cachoeiras, manguezais, rios, o Parque Nacional do Superagui, a RPPN do Sebuí e do Salto Morato. Esses atributos naturais permitem a realização de diversas atividades como trilhas, rafting, observação de aves, pesca esportiva, passeios de bicicleta e caiaques (Paraná Turismo, 2017).

Além de sua biodiversidade única, belas paisagens e oportunidades de recreação, a região também possui um rico patrimônio histórico e cultural (Azevedo 2012). Considerado o município mais antigo do estado do Paraná, muitos de seus edifícios e monumentos históricos mantêm suas principais características. Além disso, cerca de 50 comunidades vivem nessa área, incluindo comunidades tradicionais de povos indígenas (guaranis), caiçaras e quilombolas (Azevedo 2012). Muitas tradições como o fandango (dança típica da região), o artesanato, o uso de ervas medicinais, as benzedeiras e parteiras e os festivais religiosos, representam o estilo de vida dessas comunidades, além das atividades econômicas de agricultura e pesca artesanal (Azevedo 2012).

Devido às suas características únicas, a APA de Guaraqueçaba tem um grande potencial para atrair um grande número de turistas, principalmente turistas que fogem do turismo de massa e procuram um turismo mais alternativo. As receitas provenientes do turismo podem ser usadas para melhorar a educação e a infraestrutura local, criar empregos e gerar renda para a comunidade (Silveira-Junior & Botelho, 2011). No entanto, o turismo não tem sido fortemente explorado a ponto de sustentar as economias locais na APA. A região possui um dos menores níveis de desenvolvimento no estado do Paraná, medido pelo IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, ocupando o 396º lugar no ranking entre os 399 municípios existentes (IBGE, 2010; Silveira-Junior & Botelho, 2011).

Dado seu importante papel na preservação da Mata Atlântica, a APA de Guaraqueçaba possui políticas e regulamentações que permitem apenas atividades econômicas com baixos impactos ao meio ambiente (Brasil, 1985). Para cumprir com a lei, as comunidades locais enfrentam o desafio de melhorar o bem-estar dos moradores e equilibrar o uso de recursos naturais com o desenvolvimento do uso da terra (SIA Paraná, 1992). A situação dos moradores do entorno do Parque Nacional do Superagui, criado em 1989, é ainda mais complicada por conta de restrições ambientais serem ainda mais restritivas que aquelas que gerem a APA de Guaraqueçaba (Brasil, 2000).

O Estudo de 1994

Vinte e cinco anos atrás, após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Earth Summit, realizada no Rio de Janeiro-Brasil, muitas instituições internacionais investiram recursos em estudos e projetos de ecoturismo. O objetivo da conferência era reconciliar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental, ajudando essas instituições a encontrar uma maneira de deter a exploração dos recursos naturais (UN, 1997).

Em 1994, o Serviço Florestal dos Estados Unidos e organizações de pesquisa na Carolina do Norte, em parceria com a ONG brasileira Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), realizaram uma avaliação integrada do potencial de ecoturismo da Mata Atlântica brasileira, com foco na APA de Guaraqueçaba. Esta área foi selecionada devido às suas características ecológicas únicas e aos interesses mútuos na realização de um projeto entre entidades no Brasil e várias organizações de pesquisa dos Estados Unidos (Cubbage et al., 1994).

O objetivo principal era realizar uma demanda integrada de mercado e um estudo macroeconômico e ecológico das perspectivas de desenvolvimento do ecoturismo na APA de Guaraqueçaba (Cubbage et al., 1994). Como um dos produtos finais desse estudo, algumas sugestões foram feitas para estimular o ecoturismo na região, proteger a natureza e gerar emprego e renda local.

METODOLOGIA

Para responder os objetivos propostos, essa pesquisa foi fundamentada em uma análise qualitativa descritiva e foi realizada em cinco etapas. As etapas envolveram a combinação de diversos métodos qualitativos como observação, análise documental e entrevistas.

Inicialmente, foi feita uma análise documental do material resultante do estudo de ecoturismo realizado na região da APA de Guaraqueçaba pelo USFS e pela ONG SPVS, em 1994. Também foram analisados dados referentes ao turismo na região encontrados no site do governo do estado do Paraná.

A segunda etapa constitui na elaboração de entrevistas para a coleta de dados de campo. Para realização de entrevistas com membros da SPVS e do governo local e estadual, foram elaborados roteiros com pontos chaves a serem abordados a fim de facilitar a condução das conversas. Já a entrevista para os provedores de serviços de turismo, foi elaborada com perguntas abertas e fechadas em questionário semi-estruturado abordando o turismo na região de uma maneira geral, mas também focando nas possibilidades e limitações para o seu desenvolvimento. Os sujeitos selecionados para a entrevista foram indicados pelos informante-chaves - membros do governo e da SPVS - e pelos próprios entrevistados, técnica conhecida como *snowball sampling* (amostragem em bola de neve). Além dos provedores de serviços de turismo, turistas também foram aleatoriamente escolhidos e entrevistados. O questionário utilizado para turistas continha questões abertas e fechadas e de múltipla-escolha.

Na próxima etapa, a pesquisa foi submetida para aprovação ao Institutional Review Board for the Protection of Human Subjects in Research (IRB) da Universidade Estadual da Carolina do Norte. Essa aprovação é necessária para todas as pesquisas que envolvem seres humanos.

A quarta etapa foi caracterizada pelo trabalho de campo para obtenção de dados. Dos quatro municípios que englobam a APA de Guaraqueçaba, apenas o município de Campina Grande do Sul não foi incluído na pesquisa. A coleta de dados foi feita através de observações diretas e da realização de entrevistas com provedores de serviços de turismo, membros da SPVS, funcionários do governo

municipal e estadual, e turistas. Foram realizadas duas visitas à APA de Guaraqueçaba e à Curitiba. A primeira visita foi feita em agosto de 2017, durante a baixa temporada e teve duração de nove dias. A segunda visita ocorreu durante a alta temporada, em fevereiro de 2018 e teve duração de treze dias.

A quinta e última etapa consistiu na análise qualitativa dos dados obtidos utilizando Microsoft Word e Google Docs. O material coletado foi interpretado através das técnicas conhecidas como análise de prosa e codificação. Após análise, temas e tópicos foram identificados para organizar os dados e elaborar os resultados.

Coleta de Dados

A APA de Guaraqueçaba engloba o município de Guaraqueçaba em sua totalidade, parte dos municípios de Antonina e Paranaguá e uma pequena área do município de Campina Grande do Sul. De acordo com as informações obtidas através de pesquisa online e de conversa com os informantes-chaves, foi decidido que o estudo teria como foco a sede do município de Guaraqueçaba (parte continental) e as Ilhas das Peças e do Superagui. Esses locais foram escolhidos para realização da coleta de dados por serem os locais mais visitados por turistas na região da APA, principalmente durante o verão. Visitas mais breves também foram realizadas nos municípios de Antonina e Paranaguá, nas áreas pertencentes à APA de Guaraqueçaba. Por possuir uma porção muito pequena dentro da APA, o município de Campinas Grande do Sul foi excluído dessa pesquisa.

Durante a primeira visita, realizada em Agosto de 2017, foram conduzidas entrevistas com provedores de serviços de turismo residentes na sede do município de Guaraqueçaba, membros da SPVS e funcionários dos governos locais, como um vereador da Câmara Municipal de Guaraqueçaba, os Secretários de Turismo de Guaraqueçaba e de Antonina e um funcionário da Secretaria do Esporte e do Turismo do Estado do Paraná (Paraná Turismo). Não foi possível entrevistar o Secretário de Turismo de Paranaguá.

Nessa primeira etapa, nenhuma entrevista foi gravada, mas todas as respostas foram anotadas corretamente para posterior transcrição. Durante a visita em Curitiba, o diretor executivo da SPVS também concedeu um depoimento sobre o histórico da região, os principais conflitos e as principais áreas de atuação da ONG, o qual foi gravado e transcrito pela pesquisadora.

Já na segunda visita, realizada em fevereiro de 2018, além de Curitiba e da sede do município de Guaraqueçaba, outras regiões pertencentes à APA de Guaraqueçaba também foram visitadas, como Paranaguá, Antonina, Ilhas das Peças e do Superagui, sendo as duas últimas, as duas ilhas mais visitadas do município de Guaraqueçaba. Durante essa visita, membros da SPVS e do governo de Guaraqueçaba foram entrevistados, assim como provedores de serviços de turismo em todas as localidades. Desta vez, as entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente pela pesquisadora. Por se tratar de visita na alta temporada, turistas também foram selecionados para responderem a um questionário. Apesar da maioria das questões serem de múltipla-escolha, as perguntas foram lidas aos turistas, que tiveram a chance de responder livremente.

Além da realização de entrevistas, durante as visitas também foi feita observação direta, registros fotográficos e vídeos. Foi coletado material de divulgação de turismo disponível ao público no aeroporto de Curitiba e nas Secretarias de Turismo das cidades visitadas (Curitiba, Guaraqueçaba, Antonina e Paranaguá). A análise das entrevistas e do material coletado durante o trabalho de campo são componentes de técnicas de análise chamada análise de prosa e codificação, as quais serão descritas adiante.

Análise Qualitativa dos Dados

A análise qualitativa no passado foi bastante questionada por conta de sua característica de não sistematização. Porém, existem certos pontos e critérios a serem considerados para que o pesquisador se sinta mais confiante em suas interpretações. (Alves & da Silva, 1992).

De André (1983) propôs uma metodologia conhecida como "Análise de Prosa", a qual analisa o material coletado através da observação participante, entrevistas não estruturadas e revisão de documentos. Nessa técnica, “tópicos e temas vão sendo gerados a partir da análise dos dados e sua contextualização no estudo, sendo preciso que estes tópicos e temas sejam frequentemente vistos, questionados e reformulados, a medida em que a análise se desenvolve." (de André, 1983 *p* 67).

Para análise e organização dos dados coletados, as entrevistas transcritas foram importadas para o Microsoft Word e Google Docs. Para analisar os dados, foram utilizados conceitos das técnicas análise de prosa e codificação. Os procedimentos de codificação, enumerados por Strauss e Corbin (1990) são descritos a seguir:

1. **Aberta:** conceitos são identificados (palavras ou frases) a partir da análise de cada frase, linha ou parágrafo e sumarizados em uma lista com categorias (tópicos).
2. **Axial:** as categorias encontradas são organizadas em grupos, sendo as mais relevantes colocadas como fenômeno central e as menos relevantes consideradas subcategorias.
3. **Seletiva**: é encontrada uma categoria “raiz” (tema) onde todas as categorias criadas possam ser agrupadas.

Seguindo a técnica sugerida por de André (1983), para determinar o grau de importância ou relevância dos tópicos que foram criados, um dos critérios utilizados foi a frequência em que os itens foram citados, principalmente se advindos de diferentes grupos de informantes. Porém, a subjetividade da pesquisadora também foi considerada para detectar informações singulares, mas de grande importância para o estudo.

A fim de testar a validade das interpretações feitas, uma segunda pessoa revisou se os tópicos selecionados faziam sentido em relação aos dados em que os originaram, se eram relevantes à pesquisa e se alguma informação importante tinha sido excluída no processo de criação dos tópicos. Essa técnica é conhecida como “corroboração por parte de outro analista” (de André, 1983).

Para facilitar a visualização dos dados interpretados, trechos das entrevistas foram manualmente grifados usando cores diferentes de acordo com os tópicos criados. Para garantir imparcialidade na análise dos dados, uma segunda pessoa analisou os dados parcialmente para que os resultados fossem comparados. Como essa atividade requer muito tempo, foi selecionado apenas uma amostra do material para ser examinado.

Tanto durante a coleta e análise dos dados, como na transcrição das entrevistas, a identificação dos entrevistados foi mantida no anonimato. Não foram coletados nomes e os entrevistados foram classificados em grupos, de acordo a sua ocupação, como descrito a seguir:

Agricultor familiar[1]: agricultores, pescadores

Trabalhador independente: artesão, fandangueiro, membros da cozinha comunitária

Empreendedor: donos de restaurantes, pousadas/hotéis, barqueiros

Governo local: secretários de turismo, diretores de meio ambiente, vereadores

ONG SPVS: Diretor e funcionários da organização

[1] Segundo a Lei 11.326;2006, são considerados agricultores familiares: agricultores, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa seção está dividida em quatro partes. A primeira parte descreve a atual situação da sede do município de Guaraqueçaba, da Ilha das Peças e do Superagui, ressaltando os fatores positivos e negativos que afetam o desenvolvimento do turismo nesses locais, tomando por base as informações obtidas na análise das entrevistas, questionários e material coletado.

A segunda parte ilustra como os outros dois municípios pertencentes à APA de Guaraqueçaba, Antonina e Paranaguá, estão trabalhando a questão do turismo na região da APA.

A terceira parte analisa a eficácia das dez recomendações apresentadas no estudo de 1994. Essas recomendações são comparadas com as recomendações sugeridas pelos entrevistados no presente estudo e com a atual situação do turismo em Guaraqueçaba.

A quarta e última parte apresenta novas sugestões para auxiliar no desenvolvimento do turismo na região da APA de Guaraqueçaba e aponta os principais desafios a serem superados.

Desenvolvimento do Turismo em Guaraqueçaba: fatores positivos e negativos

A tabela 2 mostra os resultados encontrados após análise qualitativa dos dados coletados. Através da utilização das técnicas de análise de prosa e codificação, um tema foi criado a partir da agregação de categorias (tópicos) e diversas subcategorias, conforme observado a seguir.

Tabela 2. Fatores que afetam o desenvolvimento do turismo na APA de Guaraqueçaba.

Fatores relevantes para o desenvolvimento do turismo na APA de Guaraqueçaba	
1. Infraestrutura	
1.1 Acessibilidade	**4. Interação da comunidade com agentes externos**
1.2 Transporte	4.1 Desconfiança/ Desilusão
1.3 Saneamento	4.2 Ilha do Mel
1.4 Saúde	4.3 Veranistas
1.5 Serviços ao turista	
	5. Desafios das comunidades tradicionais locais
2. Capital social	5.1 Perda da identidade cultural
2.1 Falta de união	5.2 Agricultura e pesca
2.2 ACRIAPA e Cooperguará Ecotur	5.3 Falta de alternativas para garantir o sustento
2.3 MOPEAR	
2.4 Dependência de entidades	
2.5 Empoderamento feminino	**6. Atrativos únicos da região**
	6.1 Tranquilidade
3. Governo	6.2 Natureza
3.1 Prefeitura (Municipal)	6.3 Patrimônio cultural e histórico
3.2 Estado	
3.3 ICMBio (Federal)	

Infraestrutura

A sede do município de Guaraqueçaba incluiu o perímetro urbano e as comunidades rurais. No entanto, além da sede, o município também é constituído por 20 ilhas, o que dificulta o gerenciamento de serviços básicos como saúde, educação e saneamento por parte da Prefeitura, dada as dificuldades de logística, falta de recursos financeiros e humanos.

No quesito saúde, saneamento e serviços ao turista, a situação da sede de Guaraqueçaba se mostrou melhor do que das ilhas das Peças e do Superagui. No entanto, o acesso e o transporte na sede

carecem de atenção. No geral, a maioria dos itens citados sob essa categoria, afetam de maneira negativa o desenvolvimento do turismo na região. Como pontos positivos, podemos citar o horário de barco da Ilha das Peças, a disponibilidade de barcos rápidos (voadeiras) durante o verão para fazer o transporte de Paranaguá-Guaraqueçaba (sede) e Paranaguá-Superagui, assim como a boa infraestrutura de Superagui no setor de hospedagem e alimentação.

Acessibilidade

Em Guaraqueçaba, de acordo com a grande maioria dos entrevistados, é nítido que o acesso à sede do município compromete o desenvolvimento do turismo daquela região. Apesar de estar localizado apenas cerca de 170 km de Curitiba, capital do Paraná, o município de Guaraqueçaba pode ser considerado o mais isolado do estado. A estrada estadual PR 405, ou Rodovia Deputado Miguel Bufara, é a única via de ligação terrestre da cidade com o resto do estado, conectando Guaraqueçaba à Antonina. O trajeto possui paisagens cênicas, porém, as condições da estrada são muito ruins (Figuras 3 e 4). São cerca de 80 Km de estrada de chão, não há trechos pavimentados. Durante o verão, estação que mais atrai turistas ao local, a situação fica ainda pior devido às muitas chuvas que afetam a região.

Figura 3. Trecho da estrada PR 405 que liga Antonina à Guaraqueçaba.

Figura 4. Vista da estrada PR 405. O percurso todo é rodeado de montanhas e vegetação característica da Mata Atlântica. Uma viagem que poderia ser muito prazerosa se não fossem as condições da estrada.

> *"Na minha opinião a maior restrição para o desenvolvimento do turismo é a restrição ambiental que barra a pavimentação. Veja a situação que está a estrada… tem que ser asfaltada. Ali também falta vontade política. Mas o asfaltamento é necessário para melhorar a qualidade de vida do povo e permitir que o progresso chegue. O comércio precisa ter escoamento, a produção agrícola até caiu... Precisa melhorar o acesso às comunidades e ter uma estrada em boas condições para permitir o uso pela comunidade e pelos turistas."* - Governo local

Além de dificultar o desenvolvimento do turismo da região, as más condições da estrada também prejudicam o dia a dia dos munícipes que moram nas comunidades rurais do entorno. Frequentemente, essas comunidades têm vários serviços comprometidos como coleta de lixo, ônibus escolar, ambulância, entre outros. Durante audiência pública para elaboração do Plano Plurianual, a população reivindicou que a Prefeitura cobrasse o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER-PR) para manter a estrada em melhores condições e sugeriu que a Prefeitura melhorasse as galerias de águas pluviais.

De acordo com os entrevistados, existe muita controvérsia em relação ao asfaltamento da rodovia PR-405. Além da questão ambiental, muitos acreditam que Guaraqueçaba não tem

infraestrutura para receber uma quantidade maior de turistas e que o município iria perder sua principal característica de lugar sossegado e tranquilo, além de aumentar a especulação imobiliária. Outros acreditam que o asfalto além de atrair mais turistas, ajudaria a agricultura local e traria mais indústrias para a região, uma vez que facilitaria o escoamento dos produtos. Atualmente, o município conta apenas com uma fábrica de palmito pupunha. A pavimentação também é vista como um ponto positivo para facilitar o serviço de de transporte escolar e de coleta de resíduos na zona rural.

> *"A população se mostra dividida quanto a pavimentação da estrada. Alguns tem medo que a criminalidade vai aumentar. Outros acham necessário asfaltar a estrada porque acreditam que os produtos vão ficar mais baratos, vai atrair mais turistas e fábricas podem se instalar na cidade."* - Governo local

> *"A estrada também é um fator limitante para o desenvolvimento. Se tivesse algum tipo de manutenção, poderia atrair mais fábricas porque ia ter escoamento. Fábricas de palmito, de banana. As comunidades locais também poderiam ter barracas na beira da estrada para venderem seus produtos. Ia gerar mais empregos."* – Empreendedor

O acesso às Ilhas da Peças e do Superagui não foi apontado como um fator limitante pelos entrevistados. A única limitação é que a travessia de barco está sujeita às condições meteorológicas, do vento e da maré e às vezes, as ilhas ficam isoladas.

Transporte

O trajeto de carro de Curitiba até Guaraqueçaba (sede), aproximadamente 170 km, duraria cerca de duas horas e meia caso as condições da estrada fossem favoráveis. No entanto, normalmente esse trajeto leva em torno de quatro horas para ser percorrido.

Caso o munícipe ou turista opte pelo transporte público ao invés de dirigir carro próprio ou alugar um veículo, a situação também não é muito favorável. Além de enfrentar as condições ruins da estrada por algumas horas - o trajeto da rodoviária de Curitiba até a rodoviária de Guaraqueçaba leva aproximadamente seis horas -, só existem duas opções de horários de ônibus, durante três dias da semana. Desde meados de 2017, a empresa Graciosa, responsável pela concessão de ônibus nesse trecho por um período de 30 anos, reduziu o número de viagens semanais. Ao invés de oferecer saídas diárias, conforme estabelecido no contrato, a empresa passou a oferecer ônibus apenas três vezes na semana, alegando que as condições da estrada tornaram o serviço muito oneroso e que o público não é suficiente para arcar com as despesas. Atualmente, as linhas de ônibus operam no início da manhã e no final da tarde e somente segundas, quartas e sextas-feiras. Não há opções de transporte público durante os finais de semana - outro fator que prejudica o desenvolvimento do turismo e da cidade.

> *" A situação ficou ainda pior depois que a empresa que tem a concessão do ônibus, a Graciosa, parou de circular todos os dias e agora só funciona três dias na semana. Segundo eles, a pesquisa mostrou que não havia moradores suficiente pegando a linha. A manifestação popular foi praticamente nula."*
> - Governo local

A redução dos horários de ônibus afetou bastante a região rural. Grande parte do público que utiliza o serviço de ônibus é composta por munícipes da área rural de Guaraqueçaba que residem nas proximidades da estrada, desde moradores da comunidade do Potinga, localizada na divisa com o município de Antonina até moradores da comunidade de Ipanema, última comunidade rural que faz divisa com o perímetro urbano de Guaraqueçaba. A população aponta que a implementação de um transporte com rotas intramunicipais resolveria a situação e tornaria a vida dos locais muito mais fácil, facilitando também a vida dos turistas que gostariam de explorar a área rural do município.

"Se o povo tivesse mais vontade, podia pressionar a Prefeitura para criar uma linha no município e levar até Antonina. Já resolveria boa parte do problema." - Governo local

"Até teria como ter circular, mas aí teria que ser pelo município. Por isso que a Graciosa tá pressionando a Prefeitura para criar a linha... porque até Potinga, que é a divisa com Antonina, pertence a Guaraqueçaba. O ônibus da Graciosa é intermunicipal, ele não é municipal. Então essa concessão que eles têm é para fazer Guaraqueçaba - Antonina - Morretes - Curitiba, mas eles vêm pingando e parando em todos os bairros. Seria um plano de ação excelente… isso a Prefeitura tinha que agilizar. Não depende nem de verba, era só dar a concessão. Abrir uma licitação e quem tem interesse, tenta." – Empreendedor

Outra opção para chegar em Guaraqueçaba (sede) é através de barco. O trajeto demora cerca de duas horas e meia. Durante a primeira visita, alguns provedores de serviço reclamaram que havia poucas opções de barco e que os horários não permitiam ao visitante passar o dia explorando Guaraqueçaba, uma vez que o barco da manhã chegava na cidade às 11h30 e partia de volta para Paranaguá às 14h. Alguns entrevistados também afirmaram achar injusto o fato do turista ter que pagar mais caro na tarifa do que o nativo e que idosos tinham que ser isentos.

"Os horários são muito ruins e não permitem que o turista venha para passar o dia. Só temos barcos de linha, precisava disponibilizar umas voadeiras. O acesso pela estrada é muito ruim. Turista não quer fazer esse passeio, encarar essa estrada." – Empreendedor

Durante a segunda visita, realizada no período de verão e portanto, alta temporada, havia três novas opções de barcos. Os "novos" barcos eram do tipo voadeira (Figura 5) e faziam o trajeto em cerca de uma hora, porém não havia informações disponíveis sobre os novos horários na internet, os quais tinham como maior clientela, os nativos de Guaraqueçaba. Também foi salientado a necessidade de disponibilizar barcos saindo de Guaraqueçaba com destino à Superagui durante a alta temporada e aos finais de semana, pois o destino era muito procurado por turistas e alguns deles deixavam de visitar Guaraqueçaba para ir direto para Superagui, partindo de Paranaguá. Foi mencionado que o turismo

diminui muito depois que foram criadas as linhas de barco de Paranaguá direto para as ilhas (Peças e Superagui). Antigamente, os barcos para as ilhas saiam de Guaraqueçaba, forçando o turista a visitar a cidade (sede).

> *"Aqui em Guaraqueçaba o pessoal vem para ir conhecer o Salto Morato e o Superagui. Uma falha muito grande da cidade é não oferecer transporte até Superagui… dizem que vai prejudicar quem faz o transporte de Paranaguá para lá. Ontem mesmo foi difícil achar um taxi naútico (voadeira) para os turistas que estavam aqui (pousada) e que queriam ir para lá."* – Empreendedor

> *"Agora no verão, a administração (a parte de transporte) era para colocar um barco para levar o turista até Superagui ou até mesmo um barco particular do Superagui podia fazer esse trajeto, igual tem os que saem de Paranaguá. Pelo menos nos três meses de temporada né? Assim como também poderia disponibilizar um ônibus ou carros menores para levar o pessoal no Morato. O turismo em si nessa parte tá muito precário né? "-* Empreendedor

Figura 5. Barcos rápidos ou voadeiras. Esses barcos também são utilizados como táxi náuticos (fretados).

Em relação às ilhas, a única opção de acesso é pela água. O horário do barco que faz o percurso Paranaguá-Ilha das Peças permite ao turista ir e voltar no mesmo dia. O trajeto é feito por barcos de linhas, com saídas diárias e duração de aproximadamente duas horas. A opção é bastante usada por

turistas aos finais de semana, principalmente por turistas de Curitiba e Paranaguá. Para chegar até a Ilha de Superagui, existe somente uma opção de horário de ida e volta. O barco de linha tem saída diária de Paranaguá, exceto aos domingos, e o trajeto demora cerca de três horas (Figura 6). No entanto, o horário de barco para esse trajeto muda durante o verão. Devido à alta demanda, táxis náuticos (voadeiras) fazem o percurso com maior frequência e em cerca de uma hora. Porém, esses horários não são divulgados na internet, somente sendo possível fazer reserva do táxi náutico diretamente no local de embarque. Algumas pousadas também oferecem essa opção no momento da reserva. Em conversa com turistas, alguns reclamaram da dificuldade em achar informações sobre o transporte de barco para Ilha de Superagui, especialmente sobre as voadeiras.

> *"Achamos tudo online, só não foi fácil achar informações sobre o barco. Pousada achamos no booking."* – turista hospedado em Superagui

Figura 6. Barco de linha de Superagui.

Saneamento

A falta de infraestrutura adequada pode fazer uma cidade perder turistas. O município de Guaraqueçaba tem bastante dificuldade para administrar o saneamento na região. Questões de saneamento envolvem abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, manejo das galerias de

águas pluviais, limpeza pública e gerenciamento dos resíduos sólidos. De acordo com as reivindicações feitas durante a audiência pública para elaboração do Plano Plurianual e os depoimentos dos provedores de serviços de turismo, as condições de saneamento precisam ser melhoradas antes que a cidade possa divulgar seus atrativos turísticos:

> *"Eu confiaria na Prefeitura para gerenciar o turismo aqui, mas primeiro eles precisam oferecer mais infraestrutura: tem que melhorar limpeza pública, iluminação, coleta de lixo, trapiche para receber embarcações (veleiros, por exemplo), sinalização. Primeiro tem que arrumar a casa para que o turista queira ficar mais dias aqui."* – Empreendedor

Devido ao isolamento geográfico da região, às condições da estrada estadual e à existência de 20 ilhas pertencentes ao município, existem muitos problemas de logística e estrutura:

> *"É bem complicado para gerenciar tudo. Quando você fala Guaraqueçaba tem gente que pensa que é uma coisinha de nada, só que talvez seja o sétimo maior município em extensão do estado. São mais de 40 comunidades espalhadas nos locais mais distantes com essa estrada de chão e com a questão da maré... quase todas as comunidades dependem das condições da maré para sair e para chegar. Então tem que ter uma logística para conseguir manter, e também equipamento, maquinário, caminhão, mecânico, peças... então é complicado."* - Governo local

Em Guaraqueçaba (sede), a situação do saneamento está um pouco melhor que nas ilhas. A área urbana conta com água encanada tratada e rede de esgotos, coleta de lixo orgânico e reciclável duas vezes na semana. Já na área rural e nas ilhas, o esgoto vai para fossas ou tem despejo irregular, a água vem de poços ou cachoeiras e somente a coleta de recicláveis é realizada, mas ainda é bem deficiente. O reciclável é coletado uma vez por semana nas comunidades rurais maiores e uma vez por mês nas comunidades menores e nas ilhas. O lixo reciclável também é coletado através do Projeto Estrela do Mar, o qual conta com a ajuda das mulheres que coletam o lixo reciclável nas casas e nas praias. Já o lixo

orgânico é utilizado para compostagem para servir de adubo. O que não pode ser aproveitado, normalmente é queimado e enterrado ou despejado irregularmente.

> *"O lixo aqui (Superagui), a Prefeitura só pega o reciclável. O resto todo mundo queima porque não tem como né? A comunidade tá fora do parque, então eles não falam nada e a Prefeitura também não. (...) O pessoal lá que tá fazendo camping e pousada, estão jogando tudo entulho no rio, estão matando o rio. Aí não tem para onde escorrer. A gente tem fossa aqui, mas o pessoal pra lá, joga tudo no rio. A gente fez um mutirão pra arrumar, pra limpar o rio e não deixaram. O processo do abaixo-assinado para limpar o rio continua correndo lá na Prefeitura e ninguém fez nada."-* Empreendedor

Não existem barcos e caminhões suficientes para realizar as coletas com maior frequência e nem recurso financeiro para aquisição de novos equipamentos. Em Guaraqueçaba (sede) existem duas associações de reciclagem que enfrentam diversos desafios:

> *"Existem duas associações de reciclável na sede, mas eles têm muita dificuldade para comercializar (dadas às condições de logística). O frete para destinar o material sai mais caro do que o valor da carga. Uma das ideias que a gente tem é de criar associações, tipo filiais, nas áreas rurais e nas ilhas, para que esse lixo já venha separado e prensado porque é um volume muito grande. Com isso, seria possível gerar renda em todas as comunidades. Temos algumas ideias, mas na maioria dependem de recurso para aplicar. Nosso recurso é no limite para fazer o básico e ainda é deficiente".* - Governo local

Saúde

Somente a sede de Guaraqueçaba possui hospital e farmácia. As ilhas de Superagui e das Peças possuem apenas postos de saúde, os quais muitas vezes se encontram em situações precárias, com falta de medicamentos e profissionais. Segundo os moradores, somente durante o verão é possível encontrar médicos nos postos de saúde:

"Agora estão começando a vir uns médicos no período do carnaval, ano novo. Vem pro verão né? Mas nem remédio tem aqui. Agora tem médico aqui para alguma emergência, para o turista né? Porque não pode deixar sem." - Agricultor familiar (Superagui)

"E outra coisa que tinha que melhorar era a área da saúde. Só tem uma funcionária lá no postinho. Só um tipo de remédio (paracetamol), eles aferem a pressão, tiram a febre e só". - Empreendedor (Peças)

Serviços ao turista

Turistas utilizam a internet e a mídia social como um dos principais meios para achar informações sobre o local de destino, mas também utilizam os centros de informações ao turista de aeroportos, rodoviárias e das cidades visitadas. O centro de visitantes de Guaraqueçaba (sede) está localizado no antigo casarão do Ibama (Figura 7) e possui um pequeno museu que conta a história da cidade, porém, devido às condições precárias do casarão, um dos mais antigos da cidade, o prédio foi interditado. No Mercado Municipal, prédio localizado no trapiche, existe uma sala que funciona como Posto de Informações ao Turista (Figuras 7 e 8), no entanto, esse serviço está disponível apenas alguns sábados e domingos, durante o período da tarde e não há nenhum material de divulgação para orientar o turista durante sua viagem, apenas um banner com a história da cidade.

"Tem muita coisa ainda a ser melhorado, principalmente na questão de infraestrutura, mas também precisava ter uma melhor divulgação da região através da internet, folders. O turista chega aqui e fica perdido." – Empreendedor

Figura 7. Antigo casarão do Ibama (à esquerda) e Mercado Municipal de Guaraqueçaba (à direita)- 2017.

Figura 8. Mercado Municipal em 2018, após reforma. Detalhe do posto de informações aos turistas, com placa de sinalização.

No aeroporto de Curitiba, existe um balcão de informações ao turista. Durante a primeira visita, diversos materiais de divulgação estavam disponíveis, alguns deles disponíveis em outras línguas, como inglês e espanhol. Grande parte do material encontrado era sobre Curitiba, mas foi possível encontrar alguns catálogos, elaborados pela Secretaria de Turismo - Paraná Turismo. A Secretaria dividiu o Paraná em regiões turísticas e criou materiais de divulgação para cada uma delas. No material da região turística “Litoral do Paraná”, é possível encontrar informações sobre Guaraqueçaba, principalmente

sobre a Ilha de Superagui, mas nada muito detalhado. Porém, no site da Secretaria, é possível acessar o Guia Turístico do Litoral do Paraná. O material é bem organizado e possui as informações necessárias sobre cada localidade, embora precise atualizar algumas informações e adicionar outras. Durante a segunda visita, na alta temporada, nenhum material de divulgação sobre a região foi encontrado no aeroporto.

Além de prestar informações ao turista, outros serviços são importantes para o desenvolvimento do turismo, como hospedagem, restaurantes, hospitais, farmácias, postos de gasolina, e bancos. A sede de Guaraqueçaba é o único lugar que oferece todos esses serviços, porém muita coisa ainda precisa ser melhorada:

> *"A infraestrutura aqui é muito pobre. Por exemplo, o posto de gasolina fecha domingo por duas horas (horário de almoço). Nem se for emergência, abre. Nos dias de semana fecha às 18h. A única farmácia que tem na cidade não abre de domingo. Se alguém passar mal e precisar de remédio, não tem como procurar ajuda na farmácia. Restaurantes também tem horários restritos. Banco também só tem um."*- Empreendedor

> *"Desde que eu estou aqui, nesses 14 anos, a única coisa que abriu foi a pousada do Biguá, o resto continua tudo a mesma coisa. De restaurantes acho que o único foi o da Zilica e o Taíco, mas o dele ia e voltava. Faz 18 anos que eu comecei a frequentar a cidade e é sempre a mesma coisa."* – Empreendedor

Por se tratar de lugares mais remotos, as ilhas não possuem farmácias, hospitais, e bancos e a maioria dos estabelecimentos existentes não aceitam cartões de crédito. Contudo, a ausência desses serviços não intimida os turistas, os quais optam por viajar para destinos de turismo não convencionais e ainda não explorados. Em relação aos provedores de serviços entrevistados, não foram apresentadas queixas quanto à infraestrutura da ilha de Superagui, uma vez que esta possui diversas opções de hospedagens e restaurantes, principalmente na comunidade da Barra do Superagui, que é a mais visitada. No entanto, o mesmo grau de satisfação não ocorreu na Ilha das Peças:

"Infraestrutura tinha que melhorar tudo. Deveria ter mais pousadas, restaurantes no estilo da cooperativa para os turistas. Porque é muito chato... às vezes o pessoal me liga pedindo excursão. Eu não tenho agência, mas eles pedem: tem como você vê restaurante e pousada pra mim? Não tem nada na internet. Eu não vou dizer não porque eu quero atrair turistas né? Então eu acabo vendo, mas tem vezes que não tem vagas no restaurante ou nas pousadas. O único problema aqui é que só não tem mais turismo porque falta pousadas. Porque se você for lá no Superagui, lá vai o triplo de gente que vem pra cá." – Empreendedor

A Ilha das Peças possui apenas três pousadas, quatro restaurantes e algumas lanchonetes. Dois restaurantes localizados na orla trabalham apenas com pré agendamento de grupos de turistas, tendo como público alvo, turistas que possuem barcos particulares e visitam a Ilha normalmente aos finais de semanas e feriados. Para os turistas que utilizam o barco de linha, as opções de refeições se limitam a uma petiscaria localizada na orla ou ao restaurante da cozinha comunitária, localizado próximo ao trapiche. A cozinha comunitária é composta pelo restaurante e uma pequena mercearia/ padaria, administrados pela associação das mulheres por cerca de 20 anos. No entanto, para realizar refeições na cozinha comunitária, é necessário fazer o pedido com antecedência para que as mulheres possam se organizar.

Capital social

Tanto na sede como nas ilhas não foi observado um forte e coeso capital social. Existe falta de união entre os moradores e ausência do espírito de coletividade em alguns grupos. Fofoca, inveja e mente fechada também foram alguns problemas apontados. No entanto, também foi observado a formação de alguns grupos que compartilham os mesmos objetivos e têm se unindo para buscar por parcerias e lutar por interesses comuns. Merece destaque as duas iniciativas de geração de renda criadas pela ONG SPVS e a força das associações que são lideradas pelas mulheres tanto na Ilha das Peças como em Superagui. Também foi observado um grande número de mulheres na administração de

empreendimentos no geral e a formação de um grupo de voluntários que tem realizado mutirões para execução de obras de melhoria em Guaraqueçaba (sede) .

No geral, não foi observado muitas parcerias internas e nem externas. Salvo algumas exceções, a maioria dos provedores de serviço de turismo trabalharam de maneira isolada. Foram mencionadas algumas parcerias com ONGs no passado, mas os projetos acabaram assim que as entidades saíram, mostrando uma forte relação de dependência.

Outro fator observado foi a ausência de outsiders na Ilha do Superagui. Na ilha moram somente nativos e alguns profissionais da área da saúde ou educação que se mudaram para a ilha. Um padrão semelhante foi observado na Ilha das Peças, com exceção da presença de veranistas, turistas que possuem casas de veraneio na orla e passam a temporada de verão na ilha. Já Guaraqueçaba, apesar de apresentar um grande êxodo rural, tem atraído jovens e aposentados que se mudaram para a cidade em busca de sossego. Nos três lugares estudados, existem cônjuges de pescadores que não são nativos da região. No geral, outsiders não são muito bem-vindos na região, principalmente pelo fato de apresentarem maneiras de pensar muito diferentes dos nativos.

Falta de união

Diversos grupos sociais foram encontradas tanto na sede quanto nas ilhas. Entre eles podemos citar a associação de moradores das Peças e do Superagui, a associação dos produtores rurais de Guaraqueçaba, a associação das mulheres das Peças e do Superagui e a cooperativa de artesãos de Guaraqueçaba - Arte Nossa. Por um período de quase 10 anos, também existiu a Cooperguará Ecotur, uma cooperativa de turismo que fechou recentemente.

Apesar da pesca ser umas das principais fontes de renda das comunidades caiçaras, não existe nenhuma associação de pescadores nos locais em que foi desenvolvido a pesquisa. No entanto, existe

um movimento de pescadores artesanais que vêm ganhando força na Ilha de Superagui, o qual será discutido adiante.

É muito importante que dentro das associações e cooperativas, os interesses coletivos prevaleçam sobre os objetivos meramente individuais e que exista cooperação, participação e confiança. No entanto, não foi observado uma união significativa entre os membros das organizações estudadas, com exceção da associação das mulheres da Ilha das Peças e da associação de artesanato das mulheres do Superagui, assunto que será discutido na seção de empoderamento feminino. Também foi observado sentimentos de inveja e certa competição entre os moradores.

A associação de moradores das ilhas poderia ser uma poderosa ferramenta para os moradores reivindicarem seus direitos junto a Prefeitura de Guaraqueçaba e exigir a satisfação das necessidades existentes e a solução para alguns de seus problemas, mas ainda existe um caminho a ser trilhado:

> *"Tem votação para escolher os membros da associação da Ilhas das Peças. Existe uma taxa mensal para os moradores... diferentes valores para os nativos e para os turistas (veranistas). Eu acho errado que não tem reunião. Tinha que ter reunião mensal. Nem que aparece só uns 5, 6 gato pingado. Fofoca vai longe né? É só assim pra você ver e resolver alguma coisa. Se tiver que resolver algo, resolve entre quem estava presente. Aí na próxima reunião vai aparecer mais gente, se quiserem reclamar ou lutar pelos seus direitos. Se foi avisado para a comunidade inteira que era para estar lá e não estava, você não pode reclamar."* - Empreendedor

A associação de produtores de Guaraqueçaba, por exemplo, chegou a ter cerca de 60 associados na época de sua criação, que teve apoio do Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR). Atualmente, a associação conta com menos de 10 famílias e atua por conta própria. Um casal de agricultores se responsabiliza por coletar os produtos dos associados, que vivem nas comunidades rurais, para vendê-los no Mercado Municipal às terças e quartas-feiras. Às quintas-feiras, eles retornam o lucro à comunidade. Alguns fatores citados durante as entrevistas contribuíram para o enfraquecimento dessa associação, tais como a falta de confiança, o imediatismo, a falta de divulgação

dos produtos, um espaço maior no mercado para comercialização e também as restrições ambientais impostas após a criação da APA de Guaraqueçaba, as quais dificultaram bastante a vida do agricultor.

> *"Na época da PROVOPAR, eu tinha que ter o dinheiro em caixa para pagar os produtores na hora que eu passava recolhendo os produtos deles para vender, tinha que pagar a porcentagem. Era complicado porque tinha um monte de produto que estragava e acabava não entrando o dinheiro. Eles (PROVOPAR) doaram a Kombi e nós tínhamos que pagar 20% do salário do motorista antes de vender o produto. Muitos não concordavam em pagar o "salário" para o motorista adiantado, achavam que estavam roubando."* - Agricultor familiar

A Cooperativa Arte Nossa foi criada em 2005, fruto de um projeto da PROVOPAR. A cooperativa teve seu ápice durante o início do projeto, chegou a estar parada por alguns anos e agora está retomando as atividades e tentando se reerguer através de um grande esforço em reunir os artesãos locais e resgatar o espírito de coletividade, porém, os cooperados têm lidado com alguns problemas dentro da cooperativa:

> *"Tem tido muitos conflitos na cooperativa. É dificílimo trabalhar com gente. Na cooperativa tem as pessoas que realmente trabalham, que vão todo dia, que produzem, mas tem um pessoal de fora que também é cooperado, mas não produz, não aparece na loja (no Mercado Municipal), só vai nas reuniões. Aí como a pessoa não sabe o que tá acontecendo, chega na reunião mal informada e ainda vai querer julgar, dar palpite. Fica ruim pro trabalho, atrapalha né? Quem produz mesmo, que tá lá na cooperativa todo dia, a gente não tem atrito entre a gente, muito pelo contrário, a gente é unido, a gente produz, tá ali fazendo dinheiro. A gente quer fazer o negócio ir pra frente. Mas tem uma hora que cansa, sabe? "* - trabalhador independente

ACRIAPA e Cooperguará Ecotur

A ONG SPVS tem trabalhado na região da APA de Guaraqueçaba por mais de 30 anos. Em 2007, fundou a ACRIAPA – Associação de Criadores de Abelhas Nativas da APA de Guaraqueçaba - e a Cooperguará Ecotur - Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba.

Segundo funcionários da SPVS, a ACRIAPA surgiu da necessidade de criação de um grupo organizado de meliponicultores (criadores de abelhas sem ferrão) para facilitar os processos de produção, beneficiamento e comercialização de produtos das abelhas nativas, unindo geração de renda e conservação dos recursos naturais (Figuras 9 e 10). Foi um projeto piloto que contou com a parceria de diversas instituições, entre elas a Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza e o Instituto HSBC Solidariedade.

Figuras 9 e 10. Produção de mel de abelha sem ferrão (meliponicultura) em Antonina.

Apesar de ter enfrentado alguns problemas burocráticos e financeiros com a carga pesada de impostos, a associação ainda conta com 23 associados (eram 25 em 2008) e a partir da criação da cooperativa Coopercriapa em 2013, iniciou o processo de envasamento, processamento e venda de mel e propólis. Atualmente, está sendo analisada a possibilidade de expandir o empreendimento e aumentar a escala de produção. A Casa do Mel ACRIAPA está localizada em Antonina e a maioria dos associados moram na região da APA, na zona rural de Antonina e Guaraqueçaba. Apesar do rendimento da associação ainda ser relativamente baixo, existe a previsão de que em um curto período de tempo, a ACRIAPA comece a contribuir efetivamente na geração de renda da comunidade.

Com relação a Cooperguará, a cooperativa de ecoturismo foi criada para ajudar moradores a se tornarem pequenos empreendedores locais oferecendo serviços e atividades turísticas como hospedagem, alimentação, artesanato, transporte de barco e terrestre, rafting, observação de aves e turismo cultural (Figura 11). De acordo com funcionários da SPVS, o principal objetivo da cooperativa era organizar o ecoturismo de base comunitária e desenvolver um modelo alternativo de geração de renda para as comunidades locais.

Figura 11. Mapa com os roteiros da Cooperguará Ecotur (SPVS, 2013).
Disponível em: http://www.spvs.org.br/cooperados-quem-fazem-a-diferenca/

Antes da cooperativa iniciar as atividades, os futuros membros participaram de diversas formações, oficinas e visitas técnicas. A adesão foi voluntária. A cooperativa funcionou por cerca de sete anos e trouxe benefícios para a economia local, mas aos poucos os membros foram desistindo devido à burocracia para regularizar todas as atividades, à carga pesada de impostos e ao baixo número de turistas que estavam comprando os pacotes (os preços não eram tão atrativos). Por conta da dificuldade de gestão pela comunidade, a partir do momento que a SPVS parou de dar assistência direta, a cooperativa começou a enfraquecer.

"Para os cooperados, a Cooperguará conseguiu trazer ecoturistas na baixa temporada, que geralmente eles não tinham. Isso melhorou a renda. Para os produtores rurais, além da venda dos produtos, também recebiam algumas taxas de visitação na propriedade… Os materiais impressos, site e outros ajudaram a divulgar a região. (...) O programa cumpriu todos os objetivos propostos, mas foram vários desafios que levaram ao encerramento das atividades como complexidade do formato cooperativa, dificuldade de gestão pela comunidade, informalidade dos empreendimentos, carga pesada de impostos e necessidade de melhoria da qualidade dos serviços." – SPVS

Entre os entrevistados que participaram da cooperativa de turismo, todos mencionaram as capacitações realizadas de maneira saudosista e lamentaram o fim do programa:

"Na época da Cooperguará, o pessoal da SPVS nos ajudou bastante... deu cursos, ensinou como tratar o turista, levou a gente pra conhecer outros lugares… Castrolanda, Ponta Grossa, Salto Morato, Sebuí. Foi muito bom para aumentar conhecimento. A SPVS trouxe muitos turistas no início, mas depois sumiu." – Empreendedor

"Apesar de falarem muito mal da SPVS, foi a única agência que apareceu e tentou ajudar. Eu nunca vou esquecer o que eles fizeram por nós." – Empreendedor

"Na época, a SPVS levou a gente para Castrolanda. Lá é muito lindo. Eles levaram a gente porque lá eles trabalham com cooperativas, aí a gente poderia ter uma noção, aprender. Nossa, daqui foi um ônibus lotado, pena que um monte de gente desistiu depois. Eu acho que aqui não foi pra frente principalmente por falta de interesse e cooperação dos cooperados. É o mal do litoral, as pessoas aqui não quererem trabalhar em conjunto, não foram persistentes". - Agricultor familiar

MOPEAR

Apesar de não possuir uma associação de pescadores no continente e nas ilhas, em Superagui, existe um movimento organizado que vem lutando pelos direitos dos moradores das ilhas que fazem parte do Parque Nacional do Superagui. Criado em 2008, o MOPEAR - Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná, ganhou forças quando abriu uma ação civil pública afirmando que o ICMBio não havia consultado as comunidades tradicionais durante a elaboração do Plano de Manejo do

Parque. Em 2015, o MOPEAR ganhou a liminar na justiça e agora os pescadores têm o direito de participar efetivamente no processo de construção do Plano, que regula o uso dos recursos naturais e da área do Parque, contribuindo na tomada de decisões que envolvem seu território.

> *"A comunidade tem feito reuniões junto ao Ibama/ ICMBio para discutir as limitações que restringem a população de realizar algumas atividades utilizadas para subsistência como a roça, o cerco fixo, a retirada da caixeta para confecção de instrumento do fandango. Existe um processo da MOPEAR junto a Defensoria Pública para resguardar esses direitos."* - Trabalhador independente

Apesar da importante conquista obtida pelo MOPEAR, o movimento não é muito bem visto entre a comunidade da Barra do Superagui e alguns acreditam que existem outros interesses envolvidos por trás da causa:

> *"Agora não fale em MOPEAR aqui no Superagui. O MOPEAR era pra ser um movimento dos pescadores artesanais né? Mas eles estão ganhando dinheiro nas costas do pescador. Simplesmente isso. Eles batem de frente com o ICMBio, discutem forte mesmo. O MOPEAR é só fachada, é uma farsa. Quem tá lá fora e mexe com internet, vocês vem a MOPEAR como algo bom, mas não é nada disso."* – Empreendedor

> *"Aí oito anos atrás, fundaram esse movimento MOPEAR… esse que acabou tudo. Vários processos contra o ICMBio. O pessoal que começou no MOPEAR tá tudo desistindo porque tão vendo que não é verdade. Aí por causa de tanta briga, várias coisas que era pro ICMBio fazer, ficaram paradas… o Plano de Manejo que era pra fazer, não fizeram. Era pro ICMBio fazer, mas o movimento colocou empecilho."* - Empreendedor

Dependência de entidades

Muitas entidades e instituições implantaram projetos na região, tais como a ONG SPVS, a Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o próprio governo do estado, através do PROVOPAR. Por carecer de recursos financeiros e conhecimento técnico,

as comunidades muitas vezes acabam na dependência de ajuda externa. O problema que foi observado na região, e que se repete em escala global, é que muito desses projetos não tem sustentabilidade e no momento que a comunidade ganha independência, os projetos acabam morrendo:

> *"Na época da cooperativa do Morato, o Boticário entrou com recurso. Forneceu cursos, toda estrutura e deixou dinheiro em caixa, mas quando o Boticário saiu, a cooperativa acabou. Tinha cerca de 25 casas aqui no Morato que participavam, mas ninguém anda com as próprias pernas."-* Trabalhador independente

> *"A ideia do Boticário, assim como da UFPR e do PROVOPAR era montar o projeto, fazer tudo e entregar para os artesãos, para o pessoal da região administrar. Mas é complicado essa questão… tipo a fábrica de banana do Batuva, do Rio Verde, a cooperativa do Morato, a de Guaraqueçaba foi basicamente assim, a partir do momento que eles largam, o negócio acaba."* - Trabalhador independente

Além da questão da dependência, o imediatismo também foi citado como um dos fatores que levam a comunidade a desistir de projetos. Muito querem ver os resultados em um curto período de tempo e não entendem que alguns resultados levam um período maior para serem alcançados e exigem dedicação e comprometimento ao longo da etapa de implementação:

> *"Já tiveram várias iniciativas produtivas da UFPR que praticamente acho que nenhuma vingou, sabe? Enquanto a Universidade estava acompanhando, tava indo tudo bem. Na hora que largou na mão da comunidade… é bem uma questão cultural mesmo porque em vários locais que você vai, aconteceu a mesma coisa. Tem várias cozinhas comunitárias nas ilhas que também não deram certo. Então você vê que é uma questão de como o povo enxerga a situação, o imediatismo também. Eles querem pra já, sabe? E também querem muito que você dê, eles não querem fazer a parte deles. Tem muito disso. Aí fica nessa famosa dependência. Mas é um desafio, sabe?"* - Governo local

Empoderamento feminino

Nas comunidades menores, foi bastante comentado a falta de oportunidade de empregos, principalmente para as mulheres. Nas ilhas, a principal atividade econômica continua sendo a pesca,

atividade predominantemente praticada pelos homens. Algumas mulheres ajudam na limpeza de camarões, mas a maior parte da renda fica com os pescadores. Fora a pesca, os homens também têm a oportunidade de conseguir empregos temporários, como caseiro, pintor, pedreiro, encanador. Já as mulheres, além das poucas oportunidades de trabalho, tiveram que enfrentar (e ainda enfrentam) os desafios de viver em ambientes tradicionais e conservadores, onde homens não permitem que mulheres trabalhem fora de casa.

No entanto, essa situação tem se modificado nas últimas décadas e as mulheres das Ilhas das Peças e do Superagui têm conquistado seu espaço e liderado com sucesso as organizações que iniciaram anos atrás. Na Ilha das Peças, a Associação das Mulheres comanda a cozinha comunitária que engloba um restaurante, uma padaria e uma mercearia e são peça fundamental para a economia e o turismo na ilha:

> *"Na época da criação da cooperativa, eram 37 mulheres que não estavam acostumadas a trabalhar… foi muito difícil, muito bate-cabeça, mas nós aprendemos com nossos próprios erros. A gente criou um estatuto para colocar ordem, temos horários e responsabilidades. Foi difícil no começo, muitos maridos não queriam as mulheres trabalhando… ainda tem muito disso na Ilha… homens que não deixam a mulher fazer nada… se divertir, trabalhar. Eles têm emprego ano todo como carpinteiro, eletricista, encanador e a gente não tinha oportunidades. A ideia da cozinha comunitária começou em 5 lugares em Guaraqueçaba: Superagui, Tibicanga, Barbados, Guaraqueçaba e Peças… a nossa é a única que ainda tem e hoje somos um grupo de 12 mulheres."* - Trabalhador independente (Peças)

Em Superagui, a força das mulheres é representada pela associação de artesanato existente na ilha. A associação existe cerca de 20 anos e possui três casas próprias: uma é a sede e as outras duas são alugadas para eventos, turistas ou professores para gerar capital para a associação. Elas produzem diversos produtos e comercializam para turistas e para os próprios moradores da ilha. A associação tem orgulho em dizer que nunca precisou da ajuda financeira da Prefeitura, mas que teve algumas parcerias. No momento a associação está parada, mas cheia de planos para o futuro:

"A nossa associação nasceu quase junto com o Parque. Nós somos em 40 e pouco mulheres. Muitas desistiram pelo fato de não acreditar no que a gente podia fazer por elas… entraram algumas.(...) A associação começou com a gente bordando toalhas, fazendo macramê, camiseta, patchwork. A gente vendia para turistas. (...) Ano passado, a gente ganhou muito pano, muito tecido. Só que o tecido era de uma cor só, uma cor lisa, então a gente optou por fazer cortinas, jogo de lençol e a gente vendeu aqui mesmo. (...) Se a gente não fizer as coisas que a gente quer, os outros não vão fazer pela comunidade. Eu sonho muito, sabe? Depois que a gente organizar bem aqui nossa lojinha, eu queria ir no Barbados, no Sebuí, fazer uma reunião com as mulheres, ver o que elas sabem fazer de artesanato. Pensei em vender o artesanato que elas fazem aqui e pedir para elas pagarem a taxa da associação. Aí a gente daria uma oportunidade de rendas para elas já que elas não têm muito o que fazer. Aí todo mundo cresce junto." - Trabalhador independente

Outra oportunidade que foi criada na gestão anterior, suspensa no fim de 2016 e agora está sendo retomada, é o programa da Prefeitura chamado "Estrela do Mar". O programa mobiliza até 300 mulheres pescadoras, residentes nas comunidades marinhas do município, para realizar a limpeza da orla, caminhos e trilhas e a coleta seletiva de materiais recicláveis. Como pagamento, a Prefeitura concede uma cesta básica mensal para cada mulher pescadora cadastrada no programa.

"Tinha um programa que chamava Estrela do Mar que a mulherada limpava a praia. Tinha que ter algo fixo. Por exemplo fazer a mulherada trabalhar de manhã e pagar uma cesta básica e meio salário mínimo. Elas já fazem só pela cesta básica, imagina se tivesse salário? Você tem que ver essa mulherada trabalhando. Oportunidade para as mulheres é só a cooperativa e as casas para limpar. Às vezes aparece um programa." - Empreendedor

Governo

Um dos maiores problemas na região está na relação dos moradores com o órgão ambiental do governo federal que gerencia e fiscaliza as UCs – o ICMBio. A comunidade atribui o atraso no desenvolvimento da região às restrições ambientais. Também foi demonstrada uma grande insatisfação

com o descaso da Prefeitura para com as ilhas e com a falta de investimento em infraestrutura e de apoio às iniciativas locais. Quanto a atuação do governo estadual, a principal queixa é sobre a situação da rodovia e a falta de recursos financeiros para o município.

Municipal

O governo local lida diretamente com os problemas das comunidades. Como já citado anteriormente, a Prefeitura enfrenta muitos desafios para gerir o continente e as ilhas pertencentes à Guaraqueçaba. Além dos problemas de infraestrutura (transporte, saneamento e saúde), os provedores de turismo na região também mencionaram a falta de apoio e reconhecimento da Prefeitura como um dos fatores que dificultam o desenvolvimento do turismo, principalmente a falta de investimento para resgatar a cultura local e perpetuar o conhecimento tradicional.

> *"Existe um decreto federal que orienta a criação de escolas do campo para crianças. As escolas do campo atendem as comunidades rurais, caiçaras, quilombolas. É uma modalidade de ensino diferenciada que inclui as tradições locais nos conteúdos ensinados. Tinha que trabalhar o resgate cultural nas escolas daqui, orientar os professores de como trabalhar com isso. Tinha que ter formação para que os professores pudessem aprender sobre a realidade e os costumes locais, como o fandango e passassem esse conhecimento para os alunos… precisamos construir esse tipo de conhecimento. O conhecimento tradicional não é valorizado… a gente tinha grupos de teatro com marionetes, mas acabou. Ainda tem uns grupos de fandango, mas falta apoio da gestão municipal, precisa ter mais respeito com as comunidades, um maior reconhecimento… não tem nenhuma manifestação cultural nos eventos da cidade."* - trabalhador independente

A região de Guaraqueçaba tem um potencial turístico muito forte. Existem diversos atrativos que possibilitam o desenvolvimento de diferentes tipos de turismo na região, entre eles o cultural,

natural, religioso e rural, no entanto, a atividade turística na região ainda é pouco explorada e divulgada. Questões de infraestrutura normalmente envolvem um custo elevado para execução das melhorias necessárias, mas a promoção do potencial turístico na Internet e nas mídias sociais é uma tarefa que exige pouca infraestrutura e recursos financeiros, além de ser uma das responsabilidades da Prefeitura. No entanto, o site da Prefeitura de Guaraqueçaba está desatualizado e não possui nenhum tipo de informação turística sobre a região, diferentemente dos sites da Prefeitura de Antonina e Paranaguá.

Para que uma viagem possa ser aproveitada da melhor maneira, o turista precisa ser capaz de achar informações relevantes sobre o destino a ser visitado. A cada dia que passa, mais e mais pessoas usam a internet para escolher o próximo destino, encontrar informações, contratar serviços, comprar passagens e até mesmo compartilhar experiências. No site da Prefeitura de Guaraqueçaba não existe nenhum dado sobre os atrativos turísticos da cidade, informações sobre hospedagem, restaurantes, eventos no município, unidades de conservação ou como chegar ao local. O site não menciona nenhuma das ilhas pertencentes ao município, nem mesmo Superagui, a ilha mais visitada. A única informação importante para o turista presente no site são os horários de barcos, no entanto, a página não informa o valor das tarifas.

A maioria das informações encontradas online sobre Guaraqueçaba, Ilha das Peças e Superagui foram encontradas em blogs e no site Tripadvisor. Foi difícil achar informações sobre Ilha das Peças, porém foi fácil encontrar informações sobre Superagui, sendo possível achar hospedagem até mesmo em sites como booking.com e Airbnb e pacotes de viagens oferecidos por agências de turismo.

> *"Toda vez que eu procurava informação sobre a Ilha das Peças, aparecia Superagui."* – Turista hospedado na Ilha das Peças

> *"Outra falha aqui é que nós não temos um posto de informações turísticas, então eles dependem da gente para dar informação. A gente perde bastante tempo no telefone… eles perguntam: mas como é aí? Como é que faz para chegar? Eles não acham informação online. (...) O turista quer saber o que é*

que tem para fazer aqui porque não tem informação. A gente acaba sendo a ponte para chamar o turista porque não tem nada. Podia ter um site da própria cidade, já que ela tem esse chamativo da preservação, da paisagem, da natureza que é muito bonita, mas…" - Empreendedor

Além da falta de apoio e divulgação do turismo, um dos principais problemas que a Prefeitura enfrenta é a falta de recursos financeiros. Devido ao baixo índice de desenvolvimento da cidade, o município não possui um rendimento alto e a captação de impostos é baixa. Sendo assim, a realização de parcerias é crucial para a captação de recursos visando melhorar a infraestrutura da cidade, a realização de eventos e a divulgação do turismo na região.

"Nós também estamos com a ideia de atrair outras instituições governamentais e não-governamentais (ONGs) para criação de eventos. Precisamos de verba e divulgação, então seria uma boa ideia. Gostaríamos de retomar as parcerias com a Paraná Turismo, PUC, SEBRAE, UFPR, Boticário e também com a prefeitura de cidades vizinhas, como Antonina e Paranaguá. Nosso maior desafio é inserir, no Plano de Governo do Estado e dos municípios vizinhos, a criação de roteiros e eventos em todas as comunidades." - Governo local

Para sanar o problema da falta de recursos financeiros, uma alternativa mencionada diversas vezes para investir no desenvolvimento do turismo na cidade foi a utilização do ICMS Ecológico (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Criado pela Lei Complementar Estadual 059/91, o ICMS ecológico beneficia os municípios que tem em seu território, unidades de conservação, mananciais de abastecimento público ou demais áreas protegidas. Do total do ICMS arrecadado pelo Estado do Paraná, 5% é destinado para os municípios, proporcionalmente às suas UCs em função do tamanho, importância, grau de investimento na área, manancial de captação e outros fatores (IAP, 2017a). Segundo planilha do IAP/SEFA/PR, em 2017, o Estado repassou cerca de 5 milhões e 300 mil reais para o município de Guaraqueçaba (IAP, 2017b). Porém, segundo os entrevistados, a maioria do dinheiro arrecadado através do ICMS Ecológico não é destinado para melhorias nas UCs e sim para o pagamento de funcionários da Prefeitura:

"A Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer tem como principal função buscar recursos através de parcerias com empresas, fundações, Estado. Também poderia gerenciar o ICMS ecológico ou destinar parte dele para a Secretaria, mas a maior parte do dinheiro vai para a folha de pagamentos de funcionários." - Governo local

A Prefeitura também sofre com a falta de profissionais capacitados, isto é, profissionais com conhecimento técnico nas funções que exercitam. A Secretaria de Turismo precisa de funcionários com competência técnica para elaboração de projetos que atendam às necessidades do município e para captação de recursos. Atualmente, com exceção dos profissionais da saúde, educação e alguns outros cargos como de mecânico e auxiliar administrativo, os cargos existentes nas Secretarias são todos comissionados:

"Eu sinto que Guaraqueçaba sofre muito com o improviso. Não entra gente capacitada para exercer funções, que sabe correr atrás e sabe o que está fazendo. Eles ocupam uma função, mas nem tem informações de como ir atrás e resolver o problema, entendeu? Hoje na política tá assim... Eles entram e não sabem nada. Nosso Secretário de Turismo de algumas gestões atrás hoje é motorista de ônibus escolar. Colocaram ele lá porque era parente de alguém. Eu não to desmerecendo, mas tinha que ter algum conhecimento. É porque ajudou na campanha que tem que ter um cargo e aí não tem ninguém técnico." – Empreendedor

Também foi notado que a Prefeitura carece de um Conselho Municipal de Turismo. Segundo os entrevistados, houve uma reunião há alguns anos atrás na tentativa de formar o Conselho, mas houveram muitas divergências e nada foi feito desde então.

Estadual

Segundo entrevistados, na época do governador Requião, o município de Guaraqueçaba foi contemplado com investimentos na área da saúde e educação. Alguns projetos de incentivo ao desenvolvimento local como o das cozinhas comunitárias, da associação dos produtores rurais e das

cooperativas de artesanato aconteceram através do PROVOPAR, um programa do estado. No entanto, provedores de serviços de turismo reclamaram do descaso do Governo do Estado principalmente devido às péssimas condições da rodovia estadual PR-405 e da falta de incentivos para o desenvolvimento do turismo por parte da Secretaria do Esporte e do Turismo – Paraná Turismo:

> *"Se você for perguntar por aí quem é o secretário de turismo do Estado, ninguém sabe quem é. Ele não aparece por aqui. Como que o Estado quer fazer um turismo ecológico, um turismo saudável, se o Secretário não conhece a região? Ele e sua equipe deveriam saber quantos turistas a Barra do Ararapira pode receber, que foi onde começou o Paraná... ou qual é o número de visitantes em Superagui ou nas Peças para poder incentivar os donos de pousadas, táxi náuticos, barcos ou donos de restaurante."* – Empreendedor

Existe uma grande lacuna na comunicação entre Estado e Prefeitura, ao menos no setor de turismo. Na fala do Secretário de Turismo de Guaraqueçaba, ele enfatizou que gostaria de colocar Guaraqueçaba de volta nos roteiros turísticos do litoral paranaense, porém, é possível encontrar informações sobre o município nos materiais de divulgação da Paraná Turismo. No entanto, algumas informações estão desatualizadas e o material não é amplamente divulgado. Segundo funcionário da Paraná Turismo, o turismo de praia não é forte no estado, mas existem muitas opções do turismo de natureza que deveriam ser mais exploradas pelos municípios. Também ressaltou que é muito difícil trabalhar pontualmente, mas que a Secretaria orienta os municípios em como captar recursos.

Federal

A APA de Guaraqueçaba engloba várias UCs, o que implica na constante atuação do ICMBio, órgão ambiental criado em 2007[2]. O ICMBio, autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio

[2] Com a criação do ICMBio em 28 de agosto de 2007, o Ibama transferiu para este novo órgão as atribuições ligadas à gestão das unidades de conservação, educação ambiental e a maioria dos centros especializados. Antes disso, o Ibama era o único órgão federal responsável pela execução da política ambiental no país.

Ambiente, é responsável por implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as 959 UCs federais espalhadas pelo Brasil. Além de proteger a natureza, o ICMBio também regula o uso sustentável dos recursos naturais nessas UCs, sendo que nas Unidades de Proteção Integral, como o Parque Nacional do Superagui, as regras e normas são ainda mais restritivas que nas Unidades de Uso Sustentável, como é o caso da APA de Guaraqueçaba.

O município de Guaraqueçaba está integralmente inserido na APA de Guaraqueçaba e as Ilhas das Peças e do Superagui fazem parte do Parque Nacional do Superagui. A criação e posterior ampliação dos limites do Parque Nacional do Superagui, em 1997, abrangeu quase toda a Ilha das Peças e do Superagui, excluindo apenas as principais vilas de pescadores, as quais pertencem à APA de Guaraqueçaba (Figura 12).

Figura 12. Parque Nacional do Superagui. Originalmente, era formado pelas ilhas das Peças e do Superagui. Ao ser ampliado, abrangeu também o Vale do Rio dos Patos (continente), e as ilhas do Pinheiro e Pinheirinho (Google Maps).

Na sede, existe uma preocupação com o ICMBio, principalmente por parte dos agricultores. Porém, nas ilhas, principalmente na das Peças, a população defende que a presença do ICMBio e do

IPHAN limita o desenvolvimento do turismo por proibir reformas e construções de novas casas que poderiam vir a se tornar pousadas e restaurantes. Existem também muitas restrições e penalidades quanto à pesca e por consequência, muitas reclamações por parte dos pescadores em ambas as ilhas:

> *"ICMBio é uma das maiores barreiras para o desenvolvimento do turismo. Eles não querem que transformem a Ilha das Peças numa Ilha do Mel, aí eles brecam muito. Como a gente não tem muita infraestrutura, não tem turista. Porque eles chegam aqui e reclamam que não tem pousada, não tem restaurante. Único restaurante aberto aqui é a cooperativa. E não tem como mudar porque não tem infraestrutura. Eles não deixam, não permitem."* – Empreendedor

Tanto na sede de Guaraqueçaba quantos nas ilhas visitadas, ficou evidente esse conflito entre moradores e ICMBio. Muitos moradores, principalmente agricultores e pescadores, reclamam que após a criação das unidades de conservação na região, foram criadas muitas restrições ambientais, por parte do órgão regulador, que não compatíveis com o modo de vida das comunidades tradicionais, caracterizado pela extração dos recursos naturais necessários para sua sobrevivência e pela preservação dos mesmos:

> *"SPVS, Ibama, ICMBio, Boticário, PUC só se preocupam com os bichos. Quem acabou com a mata não foi o nativo daqui, mas sim os fazendeiros que derrubaram 80 alqueires para criação de búfalos, que destruíram todas as plantações. O nativo matava pra comer mesmo. O nativo planta em um lugar e depois abandona para a mata crescer."* - Trabalhador independente

No ponto de vista dos ambientalistas, não existe a história ou mito do "bom selvagem", a qual acredita na pureza e inocência do ser humano, no caso, os moradores nativos. Eles acreditam que a região, assim como os outros remanescentes florestais de Mata Atlântica que ainda existem, só continuam preservados devido ao isolamento geográfico e às condições de solo não serem propícias para a agricultura, dois fatores que dificultam o processo de ocupação:

"... toda a desafetação de atividade econômica da região não teve nada a ver com regras ambientais e sim com um isolamento histórico, geográfico inclusive. Quer dizer, a conservação da região é um fenômeno geográfico e não de comunidades locais protetoras da natureza até porque o resto da costa, onde tem estrada, não tem mais comunidade local nenhuma, muito menos natureza, na maioria dos casos." – SPVS

Moradores também argumentam que além de impor várias restrições, o ICMBio não ofereceu alternativas e muitos defendem que o meio ambiente é o culpado pelo atraso do desenvolvimento da região. Muitos dos entrevistados inclusive acreditam que além do ICMBio, outras instituições, principalmente as de cunho ambiental, também atravancam o desenvolvimento local. Essa questão de que as restrições ambientais, decorrentes da criação das UCs, impedem o desenvolvimento na região está presente na fala de quase todos os entrevistados:

"Tem uma grande rivalidade entre o Ibama e a população local. Foram criadas várias restrições ambientais e eles vieram prendendo, multando, sem antes educar o povo. O caiçara plantava, caçava, cortava a madeira. Mas aí o Ibama veio, falou que era errado e não deu alternativa. Como é que fica? O caiçara precisa sobreviver. Ele sabe quando pescar, quando caçar. Tem que garantir seu sustento." – Empreendedor

"A SPVS e o ICMBio barram tudo. É não, não e não. Mas qual é a alternativa? Cara, não tem nada. O êxodo rural só tem aumentado. De 11 mil habitantes, agora deve ter menos de 8 mil." - Empreendedor

No entanto, de acordo com o Plano de Gestão da APA de Guaraqueçaba, nas décadas de 60 e 70, portanto anterior à criação das UCs, a região sofreu grande alteração quanto ao seu perfil de ocupação e produção, com grande êxodo rural e intensos processos de grilagem e de formação de latifúndios. E foi após esse período, na década de 80, que se deu início a criação das UCs na região. (Paraná - Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 1995). Esse argumento é defendido pela SPVS e para surpresa, também foi reproduzido na fala de alguns moradores:

"A questão do empobrecimento econômico da região se dá antes das regras ambientais. E quando surgem as regras ambientais em 1965, não há nenhum instrumento de proteção sobre a APA que desmatou e construiu uma estrada em 1970 dentro de uma visão completamente desenvolvimentista para arrancar madeira, abrir fazenda de búfalo e fazer grilagem inclusive com os proprietários locais e em parte, tradicionais. Tudo isso aconteceu sem nenhum dedo da conservação. A primeira ação de conservação na região foi em 1982 com a Estação Ecológica de Guaraqueçaba. Depois a APA de Guaraqueçaba em 1985, Parque Nacional do Superagui em 1989. Em 1993, foi o Salto do Morato com uma RPPN pequenininha, com 2.300 hectares. A Rebio Bom Jesus surge nos anos 2000. (...) Essa foi a intervenção… isso não expulsou ninguém. A pesca é exaurida e a agricultura... a Agronomia da Universidade Federal do Paraná tem documentos técnicos, tem estudos mostrando que a região não é uma região para agricultura por conta do solo, não é por conta da conservação." – SPVS

"O pessoal diz que as comunidades tradicionais viviam da roça. Aqui quando começou a chegar as coisas industrializadas, ninguém quis mais saber de roça. Faz quase 50 anos que quase ninguém mexe em roça. O fandango foi extinto por quê? Porque ninguém queria mais saber de roça, ninguém queria saber de som, de baile. Não foi nada do ICMBio, do Ibama, de ambientalistas, nada. Tinha uma rocinha ou outra. O pessoal fala que o Ibama, ICMBio vieram impor coisas, mas não foi assim. Eles fizeram reuniões, reuniões e reuniões. Ninguém participou e o pouco que foi, não entendeu. E aí o que aconteceu? Eles não têm culpa de tombarem a ilha né? A gente que tá aqui morando não pode nem falar disso que eles brigam com a gente." – Empreendedor

Apesar da constante rivalidade entre ICMBio e comunidades tradicionais, é possível encontrar alguns moradores que defendem o órgão ambiental e acreditam que a presença do ICMBio é importante para que as ilhas continuem a preservar as características de comunidades caiçaras e resistam à especulação imobiliária, fato que já ocorreu com a vizinha Ilha do Mel e que está ocorrendo com a Ilha das Peças. A Ilha do Mel transformou-se completamente e hoje conta com incontáveis pousadas, restaurantes e campings, cujos proprietários vieram de outras cidades, estados e até mesmo países. Os nativos vivem somente em uma porção da ilha e pouco participam na execução de atividades turísticas. Na Ilha das Peças, situação semelhante vem ocorrendo. Os veranistas compraram terrenos de pescadores na faixa de areia à beira-mar e construíram casas de verão.

"O ICMBio pega no pé do pessoal... eles não deixam desmatar, eles não deixam gente de fora construir casa. Só que eu não sou contra, sabe? Porque eu toda vida não fui contra. Se a gente abrisse a mão aqui pra todo mundo vender, tava pior que a Ilha do Mel. Os nativos na Ilha do Mel já não têm mais... ficaram todos isolados em um canto, agora andam carregando as mochilas dos turistas né? Porque venderam tudo que eles tinham. E tem gente rica lá agora, bem de vida… tem hotel lá que é hotel de luxo. O Ibama é bom por causa disso… eles não querem que gente de fora entre e fizeram o Parque por causo disso, pra proteger. Só que agora o povo daqui não compreende. Eles querem vender pro turista porque diz que turista traz dinheiro pra cá. Eles trazem dinheiro se vier aqui, gastar aqui e ir embora. Mas se ele vier aqui e comprar ou construir uma casa, ele não vai comprar de você, ele vai trazer de fora... Ilha das Peças tá que nem Ilha do Mel. Os nativos tão vendendo tudo." – Empreendedor

Esse entrave do órgão ambiental com a população influencia o desenvolvimento do turismo diretamente, pois os principais atrativos da região giram em torno das tradições caiçaras e das belezas naturais ali presentes. Um equilíbrio entre os atores sociais se faz crucial para a conservação do meio ambiente, da cultura local e para o desenvolvimento econômico local. No entanto, além de todas as questões relacionadas às restrições ambientais existentes, a maneira que o órgão atua na fiscalização das UCs também tem gerado conflitos.

De acordo com os depoimentos analisados, os moradores sofrem discriminação por parte do ICMBio. Segundo eles, veranistas e grandes empresas pesqueiras recebem outro tipo de tratamento, diferente do que é dado aos nativos. Mais uma vez fica evidente a falta de um canal de comunicação entre o ICMBio e a população local:

"O que atrapalha os nativos é esse negócio do Ibama, que tem que pedir autorização para tudo. (...) Que nem o turista vem aqui e constrói mansão, mas o nativo não pode fazer nada. O grande vem e faz uma mansão. Não pode ter dois andares, mas ele tem dois andares, uma parte de cima pra jogos e isso e aquilo. Agora o nativo tem que pedir autorização para tudo." – Empreendedor

"Não acho que a Mata Atlântica seja um problema. O problema é só com o nativo. Acho que tem que ser liberado um pouco mais ou talvez o nativo não sabe certinho a cartilha dele porque às vezes o "grande" não deixa ele saber. Eu nunca vi essa cartilha." – Empreendedor

"Eles fizeram a lei pra eles (Ibama), mas é contra o pescador. Aí vêm esses barcos grandes de pesca industrial e pega tudo e o pescador não pesca nada. Esses barcos grandes têm governador, deputados, tudo envolvido. Então eles podem arrastar aí a vontade. Mata grande, pequeno. (...) Eles são aparados por gente grande. Nem a polícia federal vai multar eles. Eles só vem em cima da gente, no coitado do pobre que tem uma redinha." - Agricultor familiar

Segundo informações do ICMBio, o órgão carece tanto de infraestrutura, como barcos e caminhonetes, como de recursos humanos. O quadro de funcionários é limitado e a rotatividade é muito alta. Somado a isso, existe a questão do município possuir uma extensão muito grande, cheio de ilhas e comunidades rurais, o que dificulta a fiscalização. Devido à falta de funcionários suficientes para fazer a fiscalização de todas as UCs, o órgão atua muito sob denúncia, a maioria vinda de moradores.

Uma outra briga recente envolve a elaboração do Plano de Manejo do Parque do Superagui. O Plano de Manejo estabelece diretrizes para a administração das unidade de conservação e regulamenta os tipos de atividades econômicas ali permitidas a fim de garantir o uso sustentável dos recursos naturais. É um instrumento de gestão muito importante que permite o desenvolvimento econômico e a inclusão social das comunidades do entorno. De acordo com a lei de criação do SNUC, cada unidade de conservação tem um prazo de cinco anos para apresentar o Plano de Manejo junto ao órgão executor competente. O Parque Nacional de Superagui foi criado em 1989 e até hoje não teve seu Plano de Manejo aprovado, fato que contribui para acentuar o conflito de interesses entre as comunidades locais e o ICMBio. O Plano de Manejo estava em discussão há alguns anos, mas a versão final foi barrada pelo MOPEAR alegando que o documento tinha sido elaborado sem ouvir as necessidades das comunidades tradicionais que vivem no entorno.

Interação da comunidade com agentes externos

Nas regiões em que a população possui condições socioeconômicas desfavoráveis, é muito comum a presença de entidades e instituições desenvolvendo diversos projetos para as comunidades locais. Também é muito comum o sentimento de exploração e desconfiança por parte da população alvo desses projetos. Essa situação ficou bem evidente na sede e nas ilhas. Muitos moradores acreditam que os agentes externos já vem com projetos prontos e em benefício próprio. Outros tipos de interações, talvez não tão comuns, vêm ocorrendo na região, mais especificamente na Ilha das Peças. Os moradores da ilha têm demonstrado uma opinião dividida em relação aos veranistas que frequentam a região e se mostraram injustiçados com a relação de exploração dos recursos naturais que vêm sofrendo pelos provedores de serviços de turismo da Ilha do Mel.

Desconfiança/ Desilusão com instituições

Entre as instituições e entidades que desenvolveram projetos nas comunidades, as mais citadas foram a ONG SPVS, o Instituto Ipê, a Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza e a UFPR. A opinião dos entrevistados mostrou-se dividida em relação à SPVS e ao Grupo Boticário. Se por uma lado a UFPR ainda possui alguns votos de confiança entre a população, por outro, o Instituto Ipê possui uma imagem negativa, especificamente na comunidade do Superagui. No geral, as comunidades acreditam que todas as entidades e instituições são ambientalistas e só estão interessadas em projetos de conservação, não se importando com o desenvolvimento social e econômico da população local:

> *"Aqui a maioria das pessoas vem para se aproveitar porque um retorno positivo para a comunidade, não tem. Aqui tudo tem um projeto... macaco tem o seu projeto, o golfinho tem o seu projeto, o papagaio-de-cara-roxa tem, o mico-leão-da-cara-preta... Todos têm projeto que vem um dinheirão lascado e o que é que vem para a comunidade? Para a comunidade não vem nada. A gente não confia mais nesse povo que quer passar a comunidade para trás. Aqui a comunidade não confia mais em ninguém, então tem que vir uma nova estrutura, uma nova entidade. Faculdade já é um órgão de*

mais credibilidade. O Ipê aqui tá queimado. Podem até preservar a natureza, mas não ajudam o homem. Só vem encher o saco". - Agricultor familiar

Também existe uma certa desilusão por parte das comunidades, pois muitas instituições escrevem projetos e após terem o financiamento aprovado, visitam as comunidades, exploram os conhecimentos tradicionais e vão embora sem dar retorno algum. Segundo alguns entrevistados, as comunidades quilombolas do Rio Verde e do Batuva e as comunidades guaranis foram muito exploradas, principalmente por pesquisadores. Segundo entrevistados, na comunidade do Rio Verde, onde ainda é possível vivenciar o modo de vida quilombola, existe um projeto de resgate às tradições e os moradores foram instruídos, por um professor que tem trabalhado na região há anos, a não compartilharem mais informações com pesquisadores.

A relação de desconfiança também se deu pelo fato de que muitas instituições iniciaram projetos nas comunidades e desistiram no meio do caminho. Diante de toda essas experiências, nos dias de hoje é muito difícil implementar novas iniciativas nessas comunidades. Segundo os entrevistados, a população também está farta de instituições com ideias prontas que não representam os interesses e as necessidades da população local:

"Nós precisamos de uma pessoa com conhecimento que pense no bem da comunidade, não no benefício próprio… nada de ONG também. Eles conseguem um projeto bonito, pega o dinheiro, explora a comunidade e vai embora. Não adianta vir povo de fora com ideias prontas que não é o que a gente precisa… tem que sair daqui as ideias para poder dar certo. Só os moradores sabem a necessidade deles. Por exemplo, vieram com a mesma lei para o mar aberto e a baía, mas as necessidades não são as mesmas." – Empreendedor

Na fala dos entrevistados ficou evidente a dificuldade enfrentada por outsiders para serem aceitos pelas comunidades, mesmo que esses venham a ter boas intenções. Segundo Burkey (1993), a maioria dos outsiders são identificados como pessoas ou instituições que têm explorado a região em

nome de programas sociais, religiosos, políticos ou até mesmo negócios e que normalmente já vêm com ideias prontas e conselhos que não se aplicam à realidade.

Ilha do Mel

A Ilha do Mel é a ilha mais badalada e visitada do litoral paranaense ao contrário da sua ilha vizinha, a Ilha das Peças, a qual não é muito explorada turisticamente e possui semelhante beleza natural. Apesar de ser considerada mais tranquila, moradores da Ilha das Peças relataram como problema a exploração sofrida, resultante do turismo na Ilha do Mel.

Segundo depoimentos, a Ilha do Mel divulga o berçário dos golfinhos da Ilha das Peças como um de seus atrativos naturais e vende o passeio para os turistas (Figura 13). Devido a ausência de parcerias entre os nativos das Peças e os barqueiros que fazem esse passeio na Ilha do Mel, os turistas apenas utilizam os recursos naturais da Ilha das Peças, mas não trazem nenhum tipo de benefício para a comunidade.

Figura 13. Observação de golfinhos na Baía de Paranaguá (Ivan Bueno - APPA, 2017). Disponível em http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=94851&tit=Populacao-de-golfinhos-aumenta-nos-arredores-dos-portos

Esses turistas são considerados ainda piores que os chamados “turistas de um dia” que atracam seus barcos, iates e jet skis na orla da ilha durante os finais de semana, mas ao menos consomem nos restaurantes locais, apesar de não interagirem com a comunidade e gerarem poluição sonora e

ambiental. Os turistas da Ilha do Mel, no entanto, não desembarcam na Ilha das Peças e tampouco, contribuem para o desenvolvimento do turismo na comunidade. Além da falta de parcerias, moradores também mencionaram a falta de estrutura e de divulgação da Ilha das Peças como parte do problema:

> *"Da Ilha do Mel pra cá só tem barco se você fretar. O interessante da Ilha do Mel é que eles fizeram um apanhado grande de passeios... Eles tem bastante pousadas lá e atraem bastante gente, mas como aqui é berçário dos botos e eles ficam tudo aqui, eles fazem pacotes para os turistas: pega a voadeira e traz o pessoal pra cá para ver os botos. Só vem com a voadeira, mas não param pra consumir nada. Ainda que o pessoal da antiga pousada Brisa Mar tem amizade com eles, aí eles passam rádio e dizem que vai levar pessoas lá na cooperativa (cozinha comunitária)… porque aqui é bem mais barato a comida do que na Ilha do Mel... Não tem competição... Simplesmente não tem comunicação."* – Empreendedor

Veranistas

Os territórios dos moradores de Guaraqueçaba são de difícil acesso e protegidos por Unidades de Conservação. Tanto na sede, quanto nas ilhas, as terras são alvo de intensa especulação imobiliária devido à sua beleza e excelente estado de conservação. Na sede, a venda de lotes é menos controlada que nas áreas no entorno do Parque Nacional de Superagui. Enquanto a Ilha do Superagui só aceita a construção de casas de nativos, na Ilha das Peças formou-se uma barreira invisível entre nativos e veranistas. Mesmo com a fiscalização do ICMBio e do IPHAN, quase toda a orla da ilha, na porção voltada para a Baía, está descaracterizada e não é mais ocupada por populações locais (Figuras 14 e 15). Nativos venderam suas casas, as quais se transformaram em luxuosas casas de veranistas.

Ao mesmo tempo que muitos nativos gostam dos veranistas porque eles empregam os moradores quando necessitam de alguma reforma, pintura, limpeza ou outros tipos de serviços, outros nativos alegam que eles geram muito lixo, não contribuem para o comércio local, umas vez que trazem de fora tudo o que precisam e ainda perturbam a tranquilidade da ilha com seus barcos e jetskis:

"Aqui tem casas de veraneio que aluga para turistas, amigos... eles trazem tudo de fora. Tira o dinheiro do povo...turistas não compram nada da gente. Aqui tem muitas casas de veraneio porque os moradores acabam vendendo o terreno... a especulação é muito alta. Muita gente vem bater na minha porta querendo comprar aqui... Os terrenos são demarcados pela União (termo de posse), a gente não paga IPTU, mas tem a posse." – Empreendedor

Figuras 14 e 15. Casa de veranistas na orla da Ilha das Peças.

Existe uma tênue relação entre nativos e veranistas. Apesar de não serem considerados moradores, os veranistas fazem parte da associação existente na Ilha das Peças e contribuem com as mensalidades. Entrevistados relataram que alguns veranistas ajudam financeiramente no que for preciso para execução de melhorias na ilha, mas também relataram certa indignação com o tratamento diferenciado que é dado a eles pelos órgãos ambientais e o medo de que a Ilha das Peças venha um dia a se tornar uma Ilha do Mel. Apesar de sonharem com o desenvolvimento local, é unânime o desejo de manter a ilha com suas características caiçaras e de lugar calmo e tranquilo.

Desafios das comunidades tradicionais locais

O desenvolvimento do turismo em comunidades tradicionais muitas vezes está relacionado com o processo de globalização, que difunde o capitalismo e pode transformar valores, hábitos, costumes e

tradições, afetando a identidade cultural dos povos. Tanto na sede como nas ilhas, vários fatores, como as restrições ambientais e a desvalorização dos produtos agrícolas e do pescado no mercado também têm afetado o modo tradicional da vida caiçara.

Outra preocupação que foi relatada é a dependência do segmento de turismo de sol e praia. Em lugares assim, o turismo é sazonal e normalmente se limita a temporada de verão. Essa característica foi evidenciada principalmente nas ilhas visitadas.

Perda da identidade cultural

Um dos principais problemas enfrentados por essas comunidades tradicionais é o da perda da identidade cultural, isto é, a perda de seus costumes e tradições. Apesar de Guaraqueçaba ter várias comunidades tradicionais, esse trabalho teve como foco as comunidades caiçaras, que são compostas por moradores locais, descendentes da miscigenação de índios e europeus na era da colonização.

A cultura caiçara gira em torno da pesca artesanal, da agricultura, do artesanato, do fandango e da religiosidade (catolicismo). Também é conhecida pelo uso de ervas medicinais, por seus mitos e lendas e pela existência de benzedeiras e parteiras. No entanto, a falta de interesse dos mais novos em aprenderem os costumes com os mais antigos somada à morte dos mais velhos e à necessidade de dinheiro expressa pela intensa relação com a cultura urbana são os principais motivos que estão levando a população caiçara à perda da identidade cultural:

> *"Um grande desafio hoje é ter respeito com as comunidades tradicionais e valorizar o conhecimento que está sendo perdido por exemplo, das benzedeira e parteiras, do uso de plantas medicinais, dos mestres fandangueiros. (...) Os jovens não têm mais interesse, não tem comprometimento… não tem material didático com conteúdo adequado. (...) O fandango caiçara era uma coisa de compadre, de família. Hoje em dia, o capital fala mais alto. Tem conflito de hierarquias, um quer ganhar mais que o outro nas apresentações. A mídia tá envolvida, tem projetos grandes divulgando o fandango, e aí você cria fandangueiros oportunistas, que só se apresentam quando tem dinheiro envolvido, não fazem de coração. São fandangueiros por conveniência."* - Trabalhador independente

"Pra comunidade oferecer algo para o turista, acho que tinha que ser algo em torno da pesca, mas não é mais como antigamente. Antigamente você via barracos com as mulheres limpando camarão, peixe. No Superagui ainda tem. Agora a mulherada tá mais pra limpar a casa dos turistas. Eu acho que tinha que mostrar mais a pesca, de como a comunidade vive, do modo de vida do pescador, mas isso já está se perdendo e era tão bonito. Meus filhos tem 12 e 14, mas só pescam de linha e cambua (técnica de pesca de camarão)." – Empreendedor

A educação foi citada como umas das alternativas para o resgate cultural, assim como a capacitação de professores e a elaboração de material didático adequado a realidade dos alunos. Atualmente, diversas iniciativas para crianças e jovens estão em andamento nas comunidades para resgatar a cultura caiçara, principalmente, a cultura do fandango (Figura 16) e do artesanato.

Figura 16. Apresentação de fandango no bar AKDOV em Superagui.

Agricultura e pesca

Dada a forte relação entre os caiçaras e a natureza, a agricultura e a pesca são as duas principais atividades nessas comunidades. Entretanto, segundo depoimentos, está cada vez mais difícil viver somente dessas atividades, principalmente por causa das leis ambientais que regem as UCs, da exploração do pescador por grandes empresas pesqueiras e da falta de acesso ao mercado tanto para os produtos agrícolas, como para o pescado, resultando na desvalorização dos mesmos:

"Tem que respeitar as comunidades tradicionais... Que nem meu sogro deixa a rede ali pra pegar uns 5, 6 quilos de parati pra depois ele vender e comprar uma mistura ou outras coisas. É só para o sustento. É injusto o cara vir e tirar da mão dele. É muito caro para o pescador."- Empreendedor

"Como que a pessoa vai preservar se não recebe nenhum benefício, incentivo? A gente não recebe nem uma cesta básica. Pescador tem um monte de benefício, por que que a gente não tem nada? (...) produtor só recebe multa, perseguição. Eles proibiram a gente de plantar, mas eu não sei fazer outra coisa. Vou viver de que jeito? Da onde vêm as coisas que você come? Eu concordo com a proibição da pesca na época do defeso, mas com a gente são muito radicais. Só se preocupam com os bichos, com a mata. E o homem? Nóis só passa na televisão se matar bicho. Para um Brasil melhor, eu queria que eles valorizassem o agricultor, reconhecessem o valor que ele tem." - Agricultor familiar

Além dos fatores acima citados, ambos, pescador e agricultor, estão sujeitos às condições adversas de tempo. O pescador não pode sair pescar quando o mar está agitado e nas épocas do defeso. A pesca também passou a ser proibida no entorno do Parque Nacional de Superagui. Já o produtor não pode mais abrir novas áreas para utilizar o terreno para cultivo e depois abandoná-la, técnica conhecida como pousio, e está sujeito a ação de geadas e chuvas fortes que podem danificar toda a plantação.

Falta de alternativas para garantir o sustento

Na região de Guaraqueçaba, a população sofre com o baixo desenvolvimento econômico local, a falta de oportunidades de empregos e geração de renda. Atualmente, as únicas oportunidades de emprego no município estão no setor público, principalmente na área da saúde e educação ou no setor comercial. Guaraqueçaba (sede) possui apenas uma fábrica de palmito pupunha. Diante desse cenário, o turismo foi mencionado como uma das alternativas para geração de renda nas comunidades, principalmente nas ilhas. No entanto, sobreviver durante a baixa temporada é um dos grandes desafios na vida dessas comunidades litorâneas que dependem do turismo:

> *"Hoje em dia nós conseguimos viver do turismo, mas não só do turismo. A gente tem o restaurante/petiscaria aqui que a gente só abre mais em temporada, mas a gente tem um mercadinho aqui atrás. É assim que a gente sobrevive no inverno porque é muito pouco turista. Passou o carnaval, diminui muito. Na páscoa até tem alguns, mas é muito pouco. O forte aqui mesmo é o réveillon."* – Empreendedor

Na fala de quase todos os entrevistados, foi possível notar o problema da sazonalidade. Os provedores de serviços de turismo aproveitam a renda gerada entre os meses de dezembro à março para sobreviver o restante do ano. Na Ilha das Peças, existe uma opção alternativa. Apesar de muitas vezes não serem vistos com bons olhos, veranistas geram oportunidades de empregos para moradores, através da contratação de serviços de caseiro, pedreiro, pintor, entre outros:

> *"Minha renda do turismo é só nos meses de dezembro a março (quando tem carnaval). Até março tá bom. Tem que fazer pé de meia pra guardar pro inverno. No inverno a gente já vive mais da pesca. Se bem que esse ano tá bom porque arrumamos trabalho como caseiros na casa de um veranista."* - Empreendedor

Atrativos únicos da região

Apesar dos desafios encontrados para o desenvolvimento do turismo na região, o município de Guaraqueçaba possui características únicas e atrativos que atendem a todos os tipos de turistas. Guaraqueçaba é principalmente conhecida por sua tranquilidade e hospitalidade, mas o município também possui um rico patrimônio histórico e cultural e abriga o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica do Brasil, e por consequência, uma rica biodiversidade de plantas e animais.

Tranquilidade

Na opinião dos turistas, a tranquilidade está entre os atributos que melhor descrevem a APA de Guaraqueçaba, perdendo apenas pelo atributo natureza. Guaraqueçaba atrai turistas que procuram um destino de turismo não convencional. A região possui lugares isolados, que ainda não foram explorados,

fator que distingue Guaraqueçaba do restante do litoral paranaense, como Guaratuba, Matinhos e Ilha do Mel, locais onde o turismo de massa tem prevalecido:

"O mar aqui é limpo, diferente de Guaratuba. Não tem aquele agito." – Turista

"Foz do Iguaçu e Ilha do Mel viraram polo turístico e comercial. Você só gasta, não curte." – Turista

O tipo de turista que a região atrai é o turista que está em busca de sossego, mesmo durante a alta temporada, no período do Carnaval e do Réveillon. A maioria dos turistas vêm das regiões metropolitanas do Paraná e quer fugir da loucura das cidades. Entre os principais motivos que levaram os turistas a visitar a região, os mais citados foram: "paisagens bonitas", "paz e tranquilidade", "não é um destino convencional de turismo" e "escapar da rotina".

"A maioria dos turistas vêm aqui para descansar, quer um lugar tranquilo... eles também querem produtos naturais. Quando eles vêm aqui, eles não querem pão, queijo, refrigerante, eles querem coisas daqui, por exemplo bolinho de banana da terra, bolinho de camarão, bolo de cenoura." - Agricultor familiar

"Nós viemos justamente para curtir o sossego." - Turista

Natureza

A região possui o maior fragmento contínuo de Mata Atlântica preservada e tem atraído tanto turistas quanto pesquisadores. Além das belas paisagens naturais, a região também tem uma rica biodiversidade, sendo considerada um paraíso para os amantes da observação de aves – mais de 300 espécies ocorrem na região. Muitos turistas visitam a região para ver a revoada dos papagaios-de-cara-roxa, espécie em extinção, endêmica da Mata Atlântica. Conhecida como a Baía dos Golfinhos, a Ilha das Peças também é muito visitada. É possível avistá-los facilmente em uma caminhada na orla ou através de um passeio guiado de canoa até o local conhecido como berçário dos golfinhos.

"A natureza é o que mais me encanta." – Turista

"Eu acho bom o fato de nós sermos uma APA. É um orgulho para nós, pois nós temos o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica do país. É graças a isso que temos turismo ecológico e atraímos bastante pessoas. A mata tem que ser preservada." – Empreendedor

A região de Guaraqueçaba também possui outros atrativos naturais como mar calmo, manguezais, trilhas e cachoeiras. Na Ilha do Superagui, um dos principais atrativos naturais é a Praia Deserta (Figura 17). Com aproximadamente 38 km de extensão, a praia possui uma paisagem deslumbrante e está sempre vazia. Por possuir uma larga faixa de areia, é considerada perfeita para caminhadas ou passeios de bicicleta e atrai muitos turistas.

Figura 17. Vista da Praia Deserta - Ilha do Superagui.

Patrimônio cultural e histórico

Apesar de não ter sido um dos principais motivos que levaram os turistas entrevistados a visitar a região, a cultura e a história de Guaraqueçaba são muito ricas. O patrimônio arqueológico, cultural e histórico, assim como a gastronomia e a cultura caiçara tradicional foram alguns dos atributos escolhidos pelos turistas para descreverem a região. Um dos turistas inclusive demonstrou interesse em conhecer mais a fundo a cultura local:

"Queria ficar na casa de um pescador e conhecer a rotina da família." - Turista

Em 1549, Guaraqueçaba foi a primeira cidade descoberta do estado do Paraná. A região ainda apresenta vestígios arqueológicos como antigas construções e diversos sambaquis - depósitos naturais de restos alimentares, normalmente cascas de ostras e outras conchas, que foram construídos por populações pré-coloniais.

A região possui comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras. Nas ilhas de Guaraqueçaba, as vilas de pescadores ainda mantém as características de comunidades caiçaras, inclusive algumas comunidades ainda não tem acesso a energia elétrica. As festas religiosas, apresentações de fandangos e outros eventos como o torneio de pesca esportiva e o campeonato de regatas também atraem visitantes para a região.

Guaraqueçaba já foi sede de dois dos maiores encontros de fandango da região. Ambos eventos foram relembrados por parte dos entrevistados, pois atraíram muita gente, inclusive do Rio de Janeiro e de São Paulo. O festival de fandango ainda não faz parte do calendário de eventos da cidade, mas existe a ideia de incluí-lo.

"Mas é difícil segurar o turista por mais de 3 dias aqui. A época que mais encheu a cidade e segurou o pessoal por uma semana aqui foi durante o festival do fandango. Tinha até gente alugando a própria casa para o pessoal de fora ter onde ficar. A cidade ficou muito cheia. O primeiro, em 2006, atraiu mais gente da região mesmo, mas o segundo, em 2008, atraiu gente dos outros estados, de SP, RJ e do PR… não sei porque não fizeram mais." – Empreendedor

"Outra coisa local que não é nem um pouco valorizada é o fandango. Eu pago apresentações particulares para virem tocar no meu estabelecimento. Tinha que ter apresentações mais constantes na cidade." – Empreendedor

Entrevistados reivindicaram uma reorganização do calendário de festas e a inclusão de eventos que exploram a cultura local para atrair gente de fora, como festival da cachaça, da ostra, da tainha.

Levando em consideração as particularidades de cada comunidade, também foi identificado que cada uma tem um potencial turístico a ser explorado e que roteiros culturais poderiam ser montados incluindo os atrativos da região.

> *"A gastronomia daqui também poderia ser explorado…. em Barbados, por exemplo, tem o viveiro de ostras, temos o palmito… o pessoal não usa o que tem na comunidade… tem o fandango também, presente em algumas comunidades (Potinga, Rio Verde, Batuva). A farinha de mandioca, por exemplo… é difícil de achar. (...) Tem várias tradições. Em julho, dia 24 parece, tem a festa julina no Tinga que eles fazem a dança em volta da fogueira. No Rio Verde, que é outra comunidade, eles fazem o ritual do amargoso na páscoa. É outra tradição."* – Empreendedor

Iniciativas de turismo em Antonina e Paranaguá

Antonina e Paranaguá estão parcialmente inseridas na APA de Guaraqueçaba, mas ao contrário do município que leva o nome da APA, essas duas cidades possuem fácil acesso terrestre, estão localizadas próximas a capital e o desenvolvimento do turismo parece estar em um estágio mais avançado que em Guaraqueçaba.

Antonina: Inventário da Oferta Turística e o Vale do Gigante do Paraná

Considerada uma cidade tranquila, charmosa e muito bem organizada, Antonina é conhecida por sua culinária, suas construções históricas, seu Carnaval e outros famosos festivais como o Festival de Blues e o de Inverno da UFPR. Recentemente, a cidade também tem sido reconhecida por seus atrativos naturais. Antonina atrai inúmeros turistas, principalmente devido a sua proximidade com Morretes (14 km) e a capital do estado, Curitiba (80 km).

Em 2018, a Prefeitura de Antonina, em parceria com o Instituto A Mudança que Queremos (Iamuque,) publicou o Inventário da Oferta Turística (Figura 18). O documento foi baseado nas informações obtidas durante os trabalhos de levantamento da oferta e da demanda turística do município e faz parte do acordo de cooperação em prol do desenvolvimento turístico de Antonina,

firmado entre a Prefeitura e o Iamuque. O inventário contém informações de como chegar ao município, onde se hospedar, onde comer, o que fazer, onde comprar produtos locais e onde encontrar serviços como bancos, hospitais, postos de gasolina, etc (Figura 19). O material pode ser encontrado no site do Iamuque, porém ainda não está disponível no site da Prefeitura.

Figura 18. Capa do Inventário da Oferta Turística de Antonina (IAMUQUE, 2018).
Figura 19. Exemplo de uma das páginas do inventário contendo um dos atrativos turísticos (IAMUQUE, 2018). Disponível em http://iamuque.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Invent%C3%A1rio-da-Oferta-Turistica-de-Antonina-PR-2018-versao-1.11b.pdf

Com a intenção de divulgar o turismo rural e o turismo de natureza em Antonina, um grupo de cerca de 20 empreendedores se uniu recentemente e criou o selo Vale do Gigante do Paraná. Grande parte das atividades oferecidas está localizada dentro dos limites da APA de Guaraqueçaba, em meio de fragmentos preservados de Mata Atlântica, e incluem atividades como rafting, canoagem, observação de aves, trilhas, restaurantes de comida caseira e caiçara, produção familiar de alimentos, artesanato e hospedagem (Figura 20).

Figura 20. Preparação para a prática de rafting no Rio Cachoeira.

A estruturação de um selo local é importante para fortalecer a identidade da região e divulgá-la como um todo fazendo com que o turista que normalmente passa somente um dia na região explorando a fauna, os rios e as matas, estenda sua estadia e inclua em seu roteiro hospedagem, alimentação e visitas às propriedades rurais e aos artesãos locais. A região é acessível de ônibus urbano, que sai da rodoviária de Antonina em dois horários diários, e de carro, o que é mais recomendado dado a dificuldade de se deslocar entre os locais que fazem parte do roteiro rural.

A iniciativa de divulgar o turismo rural foi lançada na época da segunda visita de campo na região e ainda não possui dados estatísticos, mas apresenta grande potencial. A região tem fácil acesso, oferece atividades que podem ocorrer durante o ano todo, apresenta boa infraestrutura e um forte capital social entre as partes envolvidas, além de já ser uma cidade conhecida turisticamente e fazer parte do roteiro de pessoas que visitam a região de Morretes.

Paranaguá: Rede Caiçara de Turismo de Base Comunitária

Entre os materiais de divulgação de turismo coletados na Prefeitura de Paranaguá, quase todos panfletos, flyers e cartões continham informações turísticas sobre a badalada Ilha do Mel, destino mais famoso do litoral paranaense. Uma das únicas exceções foi um panfleto sobre a Rede Caiçara de

Turismo de Base Comunitária. Segundo funcionários da Prefeitura, todo material de marketing ali disponível nem sempre tem conexão direta com a Prefeitura e o público é livre para usar o espaço para fazer propaganda de serviços aos turistas.

Segundo informações coletadas, a Rede Caiçara de Turismo Comunitário de Paranaguá tem como objetivo promover o desenvolvimento do turismo sustentável através da valorização da cultura e dos saberes locais e da geração de rendas nas comunidades, sem promover impacto ambiental. A criação da Rede, no início de 2014, teve apoio do Sebrae-PR e foi parte de um projeto de educação ambiental do Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP), elaborado como uma das determinações para liberação das obras de ampliação do Porto de Paranaguá.

O projeto trabalha com turismo de base comunitária em cinco comunidades caiçaras da Baía de Paranaguá: Ilha dos Valadares, Eufrasina, São Miguel, Piaçaguera e Ponta do Ubá, sendo as quatro últimas pertencentes à APA de Guaraqueçaba. Para implementação do projeto em 2013, foram feitas capacitações sobre o turismo de base comunitária, cursos semanais como práticas de culinária e de tratamento ao turista e cada comunidade teve que criar um projeto identificando suas necessidades e ações a serem realizadas.

Os pacotes turísticos foram elaborados de acordo com a particularidade de cada comunidade e foram criados cardápios turísticos, que podem ser encontrados na página do Facebook da Rede e no seu site (Figura 21). São oferecidos atividades ao ar livre como trilhas, passeios de caiaque e de bicicleta, oficinas de cestaria e vivências culturais onde é possível aprender sobre a pesca artesanal e o fandango. Os passeios possuem preços acessíveis ao turista e incluem transporte de barco (partindo de Paranaguá), refeições com pratos típicos da culinária caiçara e hospedagem.

Trekking com banho de rio na Mata Atlântica

Atividade:
Trekking passando por área de agricultura caiçara e Mata Atlântica conservada. Acompanha o curso de um rio de águas cristalinas e se encerra no reservatório de água da comunidade.

Atrativos:
Sem dúvida o estado de conservação da Mata Atlântica e o rio de águas cristalinas são os maiores atrativos do passeio. Esta trilha é indicada somente para os amantes de aventura e de caminhadas longas na natureza, mas cada minuto vale muito à pena.

Dificuldade:
Moderada a difícil;

Tempo previsto:
4 horas

Figura 21. Parte do cardápio turístico da comunidade de Eufrasina (Rede Caiçara de Turismo de Base Comunitária, 2018).
Disponível em https://redecaicara.wordpress.com/cardapio-turistico/

Segundo dados do Ministério de Turismo - MTur (2015), 400 pessoas visitaram as comunidades até julho de 2015, incluindo turistas, escoteiros, estudantes universitários e intercambistas, inclusive internacionais, sendo estes trazidos pela agência de turismo Brazilian Experience, localizada em Curitiba. O projeto da Rede Caiçara de Turismo Comunitário foi identificado como uma boa prática de turismo durante a pesquisa do Índice de Competitividade do Turismo Nacional de 2015, publicado pelo Ministério do Turismo, em parceria com o Sebrae e a Fundação Getúlio Vargas.

Durante a segunda visita de campo, foi realizado um passeio cultural na Ilha dos Valadares. Estava incluso hospedagem em casa de família, refeição caiçara, passeio de bicicleta e visita ao Centro Cultural Mandicuera para uma vivência sobre o fandango e sobre a luta para garantir a sobrevivência da cultura caiçara. (Figuras 22 e 23).

Figuras 22 e 23. Visita ao Mandicuera: Museu da Capela do Divino Espiríto Santo (à esquerda) e fábrica de instrumentos musicais para o fandango (à direita*).*

Apesar do projeto ter apenas alguns anos de existência, as comunidades envolvidas estão satisfeitas com os resultados. Além da geração de renda, o intercâmbio cultural também foi apontado como um dos benefícios do projeto. O envolvimento das comunidades durante a etapa de levantamento das necessidades e das potencialidades turísticas de cada região foi essencial para a criação e sustentabilidade do projeto. Outro fator crucial é a participação da comunidade nos processos de planejamento e gestão, pois permite que as famílias associadas à Rede Comunitária de Turismo de Base Comunitária possam usufruir, de fato, dos resultados obtidos.

O estudo do USFS, as recomendações locais e a evolução do turismo na APA

Essa seção apresenta as dez recomendações sugeridas pelo time de pesquisadores de 1994, assim como as recomendações sugeridas pelos entrevistados no presente estudo. Ao comparar as

sugestões de quase 25 anos atrás com as atuais, foi possível observar a evolução do turismo em Guaraqueçaba durante esse período. Algumas sugestões foram acatadas e continuam sendo colocadas em prática, porém, a maioria das sugestões atuais se assemelham com aquelas feitas em 1994, o que indica que ações mais efetivas precisam ser tomadas para assegurar o desenvolvimento do turismo na região.

Análise das recomendações sugeridas para o desenvolvimento do turismo na região

Em 1994, o time de pesquisadores que realizou o estudo do Serviço Florestal Americano na APA de Guaraqueçaba fez dez sugestões (Tabela 3) para incentivar a promoção do ecoturismo na região, a proteção da natureza e a criação de empregos em nível local. Quase 25 anos depois após a realização do primeiro estudo, moradores de Guaraqueçaba foram entrevistados e suas ideias foram compiladas pela pesquisadora resultando em dez novas recomendações para incentivar o desenvolvimento econômico local, através do turismo sustentável (Tabela 4).

Tabela 3. Sugestões feitas pelo time de 1994 para enriquecer o turismo de natureza na região da APA de Guaraqueçaba.

1. Promover o uso de produtos locais (agricultura e pesca)
2. Incrementar a confecção e o comércio do artesanato local, criando espaços para venda de produtos e apreciação do artesão trabalhando no local
3. Construir trilhas bem planejadas e sinalizadas, realizando manutenção contínua
4. Compartilhar com o turista os conhecimentos dos nativos sobre a natureza da APA de Guaraqueçaba e expandi-lo através de ações de Educação Ambiental e de treinamento de guias locais
5. Confeccionar placas com os atrativos naturais e informações ambientais
6. Confeccionar mapas da região e distribuir amplamente no locais frequentados por turistas, como lojas, hotéis e centro de informações
7. Promover e divulgar o ecoturismo na APA em agências de viagens nas regiões metropolitanas e nos centro de informações nas rodovias
8. Incentivar a criação de empresas para aluguel de equipamentos esportivos, tais como barcos, caiaques, bicicletas e equipamentos de pesca
9. Facilitar o transporte e o acesso a APA, principalmente por barcos
10. Ser amigável e prestativo com os ecoturistas que buscam informações e usam as comodidades da APA, garantindo a sua segurança

Tabela 4. Recomendações feitas pela população local para incentivar o desenvolvimento do turismo na região

1. Realização de feira agrícola e de artesanato para promoção dos produtos locais
2. Criação de cota para extrair matéria-prima da natureza para fabricação de artesanato
3. Criação do mercado do peixe
4. Feira de trocas entre a população rural do Batuva e Rio Verde e a população das ilhas
5. Disponibilização de barcos de linhas fazendo o trajeto sede-principais ilhas de Guaraqueçaba
6. Disponibilização de ônibus para o Morato, cedidos pela Prefeitura e criação de linha intramunicipal
7. Elaboração de folders e banner sobre os atrativos e serviços turísticos na região
8. Melhorar as condições das trilhas existentes e criar rotas para empregar guias locais
9. Oferecimento de capacitações para treinar os provedores de serviços de turismo. Ex: guias, barqueiros
10. Iniciativas de turismo de base comunitária

Com exceção das recomendações 5 e 10 do estudo de 1994, as sugestões atuais, feitas pelos entrevistados, se assemelham de alguma maneira com todas as sugestões feitas há cerca de 25 anos atrás. As ideias são um pouco diferentes, mas se concentram em torno dos mesmo temas, como infraestrutura (transporte), marketing, incentivo para as atividades de artesanato, pesca e agricultura. Essa sobreposição de ideias demonstra que a região da APA de Guaraqueçaba não tem avançado significamente na questão do desenvolvimento do turismo, salvo algumas exceções abaixo descritas.

Infelizmente, as recomendações decorrentes do estudo de 1994 não foram fortemente divulgadas entre os atores sociais tomadores de decisão da época. Entretanto, algumas mudanças ocorreram na região e algumas delas seguiram as sugestões feitas pelo time de pesquisadores.

Entre as mudanças observadas, podemos citar a criação da Cooperativa de Artesãos de Guaraqueçaba - Arte Nossa, em dezembro de 2005. A cooperativa possui um espaço próprio para fabricação de peças (Figuras 24 e 25), que foi construído e equipado por um projeto do estado do Paraná (PROVOPAR), e recentemente, herdou uma sala no Mercado Municipal, espaço cedido pela Prefeitura, o qual foi transformado em uma espaço de venda dos produtos confeccionados pelos artesãos (Figura 26).

Figura 24. Prédio da Cooperativa Arte Nossa, cedido pelo PROVOPAR.
Figura 25. Torno de mesa utilizado para modelagem de argila (Acervo pessoal de Ruth Liberatto).

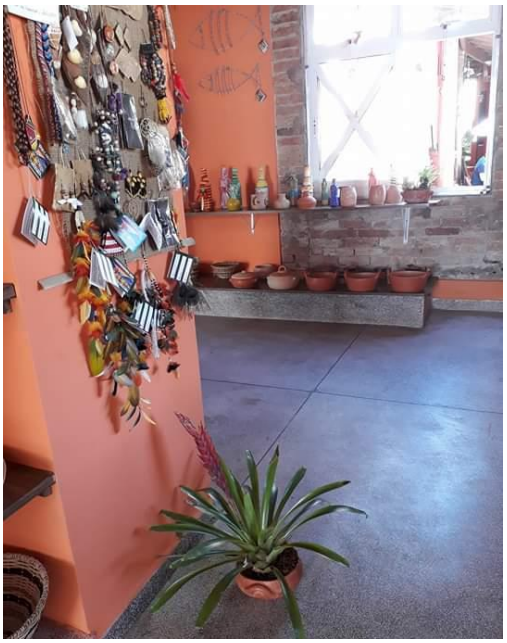

Figura 26. Loja da Cooperativa no Mercado Municipal de Guaraqueçaba (Acervo pessoal de Ruth Liberatto).

Outra mudança veio com a criação da RPPN Salto Morato, pela Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza. A reserva oferece excelente infraestrutura para visitantes e pesquisadores, incluindo alojamento, camping (temporariamente fechado) e um centro de visitantes. Para permitir o acesso aos seus principais atrativos naturais, uma cachoeira de 100 metros de altura (Figura 27) e uma figueira centenária que forma uma ponte-viva sobre o rio, a RPPN Salto Morato possui duas trilhas oficiais bem mantidas e sinalizadas, inclusive com placas interpretativas sobre a fauna e flora local (Figura 28). Além de caminhadas, é um ótimo local para observação de aves (mais de 320 espécies).

A estrada estadual que leva até à RPPN possui placas de sinalização indicando o caminho para a Reserva. Desde 1996, quando foi aberta para a visitação, a RPPN Salto Morato recebeu mais de 130 mil visitantes (Fundação Grupo Boticário, 2018). Para auxiliar na geração de renda para a população do entorno, o Grupo Boticário iniciou uma cooperativa de artesanato na comunidade Salto Morato, a qual permaneceu ativa por alguns anos. A RPPN Salto Morato também tem a preocupação de empregar moradores locais e atualmente conta com alguns funcionários que auxiliam na manutenção do parque, nos serviços de portaria, limpeza e alimentação.

Figura 27. Cachoeira do Salto Morato.
Figura 28. Placa informativa sobre a palmeira-juçara, espécie ameaçada de extinção na região.

Por último, outra sugestão que se tornou realidade foi o aluguel de equipamentos esportivos. É possível alugar bicicletas na Ilha do Superagui para explorar a praia Deserta e caiaques na zona rural de Antonina, para curtir o rio Cacatu. Recentemente, um estabelecimento localizado na sede de Guaraqueçaba também começou a alugar caiaques e pranchas para stand-up. Os passeios oferecidos pela Rede Caiçara de Turismo Comunitário de Paranaguá também oferecem passeios de bicicletas e caiaques nas comunidades integrantes da Rede.

Desafios para o desenvolvimento do turismo na APA de Guaraqueçaba e novas recomendações

Baseado na análise das entrevistas e nas observações feitas durante o trabalho de campo, o turismo em Guaraqueçaba pode ser apontado como uma das alternativas para ajudar o desenvolvimento econômico local, melhorar a qualidade de vida da população e promover a conservação dos recursos naturais. Entretanto, para que isso possa vir a ocorrer de fato, alguns pontos merecem atenção.

Essa seção discute os principais desafios e implicações existentes na região estudada, apresenta dez sugestões para auxiliar o desenvolvimento do turismo na APA de Guaraqueçaba e por fim, aborda a ideia do turismo de base comunitária como alternativa de turismo sustentável.

Desafios e implicações

Um dos principais problemas a ser trabalhado, presente na fala de quase todos os entrevistados, mas que não foi mencionado entre as recomendações sugeridas, é a relação conflitante entre o ICMBio e as comunidades tradicionais de Guaraqueçaba, principalmente aquelas que vivem no entorno do Parque Nacional de Superagui. Após aproximadamente três décadas da criação da APA de Guaraqueçaba e do Parque, o duelo entre conservação e desenvolvimento ainda se faz presente na região e é evidente a existência de uma grande lacuna entre esses atores sociais.

Mecanismos legais, como a criação do “Bolsa Verde”, programa que oferece alternativas para o desenvolvimento econômico das comunidades tradicionais localizadas em UCs, poderiam ser mais explorados na região. Talvez o interesse maior seria por parte das comunidades, mas a linguagem técnica das legislações não permite que esse conhecimento chegue até a população.

No entanto, é preciso ressaltar que mesmo com a existência de programas de governos como o “Bolsa Verde”, as necessidades das comunidades tradicionais muitas vezes não são atendidas. De acordo com Burkey (1993), a maioria dos programas do governo são supervisionados e executados por pessoas que não trabalham localmente, mas sim a nível regional, estadual ou até mesmo federal e que não tem conhecimento da realidade a nível local. Além disso, existem muitas burocracias e hierarquias a serem seguidas. Normalmente, todos os programas possuem um padrão de estruturação no qual o planejamento e as decisões são executados nos níveis mais altos e passados de cima para baixo para os empregados que trabalham à nível local, os quais têm pouca ou nenhuma autonomia para fazer modificações. Somado a isso, os resultados desses programas são apenas baseados em relatórios,

portanto, os documentos têm mais importância do que as visitas de campo e muitas vezes, não retratam a realidade local. E por último, é muito comum que os profissionais envolvidos nesses projetos possuam conhecimento e treinamento técnico, mas não as habilidades necessárias para trabalhar com as comunidades e se comunicar efetivamente.

Diante dessa situação, é compreensível a existência do abismo existente entre as comunidades tradicionais de Guaraqueçaba e o ICMBio. A existência de uma comunicação mais efetiva entre os dois lados é imprescindível. Apesar do fato de que somente algumas iniciativas de ONGs e universidades obtiveram sucesso na região, essas entidades e instituições podem vir a ser o canal de comunicação entre as comunidades locais e o órgão ambiental, pois são capazes de compreender a realidade de ambos os lados e transmitir conhecimento entre as duas vias. As entidades e instituições podem investir em iniciativas que levem em consideração os interesses das comunidades locais favorecendo o surgimento de líderes e grupos que tenham voz ativa perante os órgãos públicos, principalmente o ICMBio.

O ICMBio precisa utilizar a mesma língua que as comunidades locais para que haja compreensão e cooperação e facilitar esse canal de abertura. A participação da comunidade na elaboração do plano de manejo do Parque Nacional do Superagui, por exemplo, é um grande passo.

Outro problema que precisa de atenção é a organização comunitária. Com exceção das duas organizações lideradas pelas mulheres nas Peças e no Superagui e da ACRIAPA, as demais associações e cooperativas existentes precisam estabelecer parcerias e ter lideranças definidas e mais atuantes. Se as recomendações sugeridas forem implementadas, o sucesso só será possível se houver um esforço coletivo e se a comunidade mostrar organização, união e poder de gestão, sendo o comprometimento de cada um fundamental para atingir os objetivos coletivos. Durante o processo de desenvolvimento do turismo, a comunidade também precisa estar ciente de que o retorno não acontecerá a curto prazo e

que será necessário paciência, dedicação, comprometimento e trabalho em equipe para que se possa colher os resultados a longo e médio prazo.

Outro fator que merece atenção nesse processo, é a forma em como o turismo será implantado. É preciso que a implantação de projetos ocorra de forma organizada e sustentável, com respeito ao meio ambiente e às populações locais. Além de buscar o desenvolvimento econômico local, é preciso divulgar a necessidade da conservação dos recursos naturais e das culturas das comunidades tradicionais locais (INPA, 2007).

Dez novas recomendações

Com base nas sugestões feitas pelo time de pesquisadores em 1994, nas sugestões feitas pelos moradores no presente estudo e no resultado da análise qualitativa das entrevistas e das observações realizadas na APA de Guaraqueçaba, seguem abaixo dez novas sugestões que podem vir a auxiliar o desenvolvimento do turismo na região:

1. *Agricultura*

Foi citado o desejo da existência de uma feira de produtos rurais. Atualmente a feira acontece somente às terças e quartas-feira no Mercado Municipal de Guaraqueçaba no período da manhã e tarde, mas a divulgação é praticamente nula e somente alguns dos moradores locais têm conhecimento.

A criação de uma feira do agricultor envolvendo uma parceria entre os membros da associação de produtores rurais e a Prefeitura é uma solução para aumentar a renda dos produtores rurais. A Prefeitura seria responsável por fazer a divulgação e por ceder a estrutura do evento. Cada agricultor teria a sua própria tenda para divulgar e vender seus produtos. Com a criação de um espaço para comercialização do produto local, o rendimento dos produtores aumenta e a diversificação de alimentos é incentivada. Sugere-se que a feira seja realizada aos finais de semana quando a cidade recebe mais turistas e quando a comunidade local normalmente tem mais tempo livre para ir às compras.

2. *Pesca*

Dada a atual situação dos pescadores, os quais sofrem com a desvalorização do preço do pescado, foi sugerido a criação do mercado do peixe. Com o mercado do peixe, o pescador diminuiria a dependência em vender seus produtos para Paranaguá, os quais são posteriormente vendidos para o comércio e população de Guaraqueçaba.

Segundo depoimentos, uma das iniciativas do PROVOPAR foi a criação de um espaço na Barra do Superagui para que o pescador pudesse armazenar o pescado (frigorífico). Hoje, o espaço não existe mais. A criação do mercado do peixe poderia acontecer nas comunidades maiores de pescadores, porém essa iniciativa exige infraestrutura, recursos humanos e financeiros. Uma solução mais simples para valorização do pescado seria incluir a feira do peixe no calendário da feira de produtos rurais, assim a comunidade teria uma dupla oportunidade de consumir produtos locais, favorecendo o desenvolvimento econômico local. Também poderia existir a troca de produtos entre agricultores das comunidades rurais e pescadores das ilhas, como sugerido por um dos moradores. A ideia da feira, no entanto, não exclui a necessidade de um frigorífico para que os pescadores possam armazenar o pescado, porém permite ao pescador uma certa flexibilidade de trabalho, umas vez que este precisará se deslocar e estar presente somente nos dias de realização da feira.

3. *Artesanato*

O artesanato é uma das marcas das comunidades caiçaras, no entanto vem sendo pouco explorado na região. Entre os turistas entrevistados durante a pesquisa, mais da metade deles não comprou nenhum item de artesanato, lembrancinhas ou produtos alimentícios durante o passeio, pois alegaram que não acharam a loja de artesanato ou que não sabiam que esses itens eram comercializados na região.

A grande maioria dos entrevistados prefere comprar produtos de moradores locais, com características exclusivas da região ao invés de produtos industrializados. Proprietários de restaurantes

e pousadas inclusive comentaram que a procura de itens artesanais é grande entre os turistas, mas que a produção é baixa. Entre os locais visitados, somente Guaraqueçaba possui uma loja de artesanato, a qual comercializa os produtos confeccionados pela Cooperativa Arte Nossa, que está retomando as atividades.

Para incentivar o artesanato local como forma de divulgação e resgate da cultura local, sugere-se a criação de diversas oficinas de artesanato tanto quanto para a população, como para os turistas. Entre as oficinas oferecidas, sugere-se a realização de oficinas de cerâmica, tear, produtos de madeira, e produtos de papel de fibra de bananeira e açucena. Um valor simbólico pode ser cobrado para a realização das oficinas para cobrir as despesas com material, o tempo do artesão e a geração de lucro para cooperativa. Sugere-se que as oficinas sejam oferecidas com maior frequência nos períodos de alta temporada de acordo com a demanda dos turistas e de maneira mais esporádica no período de baixa temporada, tendo como público alvo as comunidades do entorno, principalmente o público em idade escolar. Vale ressaltar que nada impede a realização das oficinas com maior frequência no período de baixa temporada, caso exista a demanda.

Outra alternativa para movimentar o artesanato local seria a exposição de produtos nos dias da feira do peixe e dos produtos rurais, principalmente para expor o material dos artesãos de outras comunidades e ilhas.

Para facilitar a situação do artesão que também sofre com as restrições ambientais, pois muitos obtêm a matéria-prima da natureza, um morador sugeriu a criação de cotas para extração da matéria-prima utilizada, como atualmente existe em Morretes.

4. *Turismo de natureza e aventura*

Para a realização de atividades do turismo de natureza e aventura, a infraestrutura de alguns pontos precisa ser melhorada. Segundo depoimentos de moradores, a região conta com diversos atrativos naturais como cachoeiras, rios e trilhas, mas muito deles estão localizados em propriedades

particulares, não são de conhecimento do público e não possuem a infraestrutura necessária para receber visitantes. Sugere-se um levantamento desses atrativos naturais e a criação de parcerias entre proprietários e moradores, os quais podem atuar como guias locais para turistas. Uma taxa de visitação pode ser incluída no valor do passeio, destinada para o pagamento do guia e a manutenção das trilhas dentro das propriedades particulares.

A pesca esportiva e a observação de aves são duas modalidades de turismo de natureza que têm crescido muito no Brasil e no exterior e podem ser mais exploradas na região dada à sua rica biodiversidade. A APA de Guaraqueçaba é um dos locais mais procurados pelos amantes de pesca esportiva. Muitas espécies de peixes habitam o litoral paranaense tais como anchova, badejo, corvina, robalo, tainha, entre outras. Devido a um alto grau de endemismo e a existência de espécies de aves ameaçadas de extinção como o papagaio-de-cara-roxa e o sabiá-pimenta, a região é considerada uma das melhores do país para observação de aves da Mata Atlântica e atrai grupos de observadores e fotógrafos de várias regiões do Brasil e do mundo. A observação de botos na Ilha das Peças também é uma atividade que pode ser melhor aproveitada pelas comunidades locais da ilha e não somente pelos prestadores de serviços da Ilha do Mel, os quais têm explorado esse recurso natural na região.

O turismo de natureza e aventura também oferece outras alternativas que podem ser exploradas como praias, alpinismo, passeios de caiaque e de barco na baía, nas áreas de manguezais e também nos rios. O rio Tagaçaba, por exemplo, poderia oferecer passeios de boia-cross e caiaque para os turistas que visitam a região.

Muitas das atividades acima citadas não se enquadram no segmento turístico “sol e mar” e surgem como opção de renda para os períodos de baixa temporada. No entanto, é preciso ressaltar que para a prática do turismo de natureza, o número de pessoas tem que respeitar a capacidade de suporte do meio ambiente e estratégicas precisam ser definidas para diminuir o impacto ambiental das

atividades, garantindo assim a conservação dos recursos naturais e a realização de um turismo sustentável.

5. *Turismo cultural e religioso*

Comunidades e povos tradicionais são detentores de saberes, tradições, práticas e crenças ligados ao seu modo de vida. Durante as visitas de campo, alguns moradores demonstraram o desejo de compartilhar seus conhecimentos, experiências e paixões com outras pessoas, principalmente com pessoas interessadas em aprender mais sobre eles.

A região de Guaraqueçaba ainda possui comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas que ainda mantém vivos muitos de seus costumes e tradições, como o fandango, uma das mais famosas tradições caiçaras que é considerada patrimônio cultural imaterial pelo IPHAN. Além de seus costumes e tradições, essas comunidades tradicionais também guardam consigo saberes populares, como mitos e lendas, o uso de ervas medicinais e as técnicas utilizadas por benzedeiras e parteiras. Todo esse conhecimento poderia ser compartilhado através da criação de vivências culturais, as quais poderiam ocorrer durante finais de semana e feriados e com uma maior frequência nos períodos que a região recebe uma quantidade maior de turistas.

O valor a ser cobrado para a realização das vivências pode ser um valor simbólico, mas que cubra as despesas geradas e o tempo de trabalho dos facilitadores. Também poderia ser incluído nessas vivências, vivências com mestres fandangueiros, pescadores e agricultores para enriquecer o contato do visitante com a cultura local autêntica. Roteiros turísticos também podem ser oferecidos incluindo vivências culturais e oficinas de artesanato ou incluindo vivências culturais com atividades de turismo de natureza e turismo rural.

A região também possui construções antigas e sítios arqueológicos (sambaquis) tombados pelo IPHAN que podem ser explorados através de visitas monitoradas. Dada a quantidade de eventos

religiosos na região como a Festa de São Sebastião na Ilha das Peças, a Festa do Divino entre outras, o turismo religioso também aparece como opção a ser explorada.

6. *Turismo rural*

O turismo rural em Guaraqueçaba também surge como uma alternativa de renda nos períodos de baixa temporada, uma vez que a comunidade (sede) tem acesso terrestre e pode ser visitada o ano todo, pois não depende das condições da maré e nem de clima. O turismo rural pode ser explorado através da visitação de fazendas que produzem produtos típicos da região como mel da abelha Jataí, geléias, farinha de mandioca e a famosa cataia, uma cachaça curtida nas folhas de cataia - árvore existente somente naquela região. Nas fazendas também pode ser oferecido oficinas de gastronomia local.

Além da visitação de fazendas, o turismo rural também engloba a parada em restaurantes tradicionais ao longo da estrada, onde o turista pode apreciar a culinária local, como o café caiçara ou o peixe na folha de bananeira. Roteiros de turismo rural podem incluir tours nas fazendas e refeições em restaurantes na zona rural. Atividades de turismo de natureza e aventura também pode ser adicionadas nesse roteiro como trilhas, passeios de caiaque e bóia-cross.

7. *Marketing*

O turista precisa saber onde buscar informações de como chegar, onde ficar, onde comer, o que fazer e a existência de outros serviços como hospitais, bancos, etc). Em primeiro lugar, o site da Prefeitura de Guaraqueçaba precisa ser atualizado e conter uma seção específica para o turismo na região que forneça as informações básicas acima mencionadas. Projetos envolvendo jovens também podem ser criados para que estes ajudem a divulgar o turismo na região através da internet (websites, booking.com, Airbnb) e da mídia social. Dessa maneira, jovens podem ser capacitados para atuar na área de publicidade ou marketing digital.

Segundo, é preciso investir em material de divulgação, como criação de folders e banners contendo o calendário de eventos e atividades da cidade, mapas, roteiros e serviços turísticos existentes na região. A princípio, o material de divulgação a ser elaborado pode conter informações das localidades mais visitadas no município de Guaraqueçaba como a sede e o Parque Nacional do Superagui, incluindo informações sobre a Ilha das Peças, Superagui e do Pinheiros.

A elaboração de um inventário de turismo como o de Antonina também seria interessante e viável, visto que o custo de elaboração é baixo e requer pouca infraestrutura. O levantamento das informações pode ser feito por funcionários da Secretaria Municipal de Turismo de Guaraqueçaba ou até mesmo com a ajuda de voluntários. Prestadores de serviços de turismo poderiam contribuir como colaboradores em troca de divulgação de seus serviços. O material pode ser disponibilizado eletronicamente e em formas de apostilas para consulta nos centros de informações, restaurantes, pousadas e outros lugares frequentemente visitados por turistas.

E por último, o centro de recepção de visitantes/ atendimento ao turista na sede de Guaraqueçaba precisa ser reformado e estar aberto todos os dias. A existência do centro de atendimento ao turista é muito importante para fornecer informações ao turista e organizar os passeios e as vivências oferecidos. Além de fornecer informações turísticas e disponibilizar material de divulgação para os visitantes, o centro também poderia conter um acervo histórico para mostrar a história da cidade e a cultura local, assim como informações básicas sobre a fauna e flora local. As Ilhas das Peças e do Superagui poderiam ter algo semelhante, porém com uma infraestrutura mais simples, talvez um quiosque próximo ao trapiche, mais voltado para os atrativos turísticos.

8. *Transporte*

A questão do transporte precisa ser melhorada principalmente na sede de Guaraqueçaba. Atualmente existe uma linha municipal que atende duas comunidades rurais localizadas na divisa com o estado de São Paulo - as comunidades quilombolas do Batuva e do Rio Verde. Essa linha obteve

autorização do DER para trafegar um trecho na PR 405 até chegar na estrada municipal que leva à essas comunidades.

A criação de uma linha intramunicipal para atender as comunidades localizadas no entorno da PR 405, no trecho de Guaraqueçaba à Antonina, facilitaria o dia a dia dos moradores, o acesso ao mercado local e a locomoção do turista que teria opções de transporte público para visitar a RPPN Salto Morato, restaurantes e outras propriedades rurais localizadas na beira da estrada. Um táxi para a RPPN Salto Morato, localizada cerca de 20 km de Guaraqueçaba, custa em média R$ 140. Além de tornar os passeios mais acessíveis economicamente, a opção de transporte público na zona rural do município também possibilitaria o desenvolvimento de dois ramos potenciais de turismo na região: rural e cultural.

Outra alternativa é a implementação de vans ou veículos 4x4 para passeios para as principais comunidades rurais, como Morato, Tagaçaba, Serra Negra, Batuva e Rio Verde. Roteiros poderiam ser oferecidos pela Prefeitura em parceria com a Fundação Boticário e a associação dos produtores rurais. Essa solução, embora não supra as necessidades de locomoção das populações das zonas rurais, seria muito válida para o desenvolvimento do turismo na região.

9. *Governo local*

Além de ajudar nas questões de transporte e marketing, a Prefeitura precisa elaborar políticas públicas para facilitar o desenvolvimento do turismo na região. Para começar a se estruturar e se organizar, é preciso a criação de um Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). O Ministério do Turismo possui uma cartilha (Cartilha Conselho Municipal) que orienta na criação e no funcionamento de conselhos municipais de turismo. Paralelamente ao COMTUR, a Prefeitura também pode trabalhar na elaboração de um Plano Municipal de Turismo.

A utilização do recurso obtido através do ICMS Ecológico foi muito questionada pelos entrevistados. Pelo fato do desenvolvimento do turismo ser algo muito desejado entre os moradores de Guaraqueçaba, sugere-se que parte do recurso financeiro arrecadado através do ICMS Ecológico, seja

revertido para ações que possam beneficiar a região no setor turístico, como melhorias no setor de infraestrutura e marketing. Para garantir que esse recurso seja de fato destinado ao desenvolvimento do turismo, sugere-se a aprovação de um Projeto de Lei que crie o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) e o estabelecimento de uma porcentagem do ICMS Ecológico a destinada para o Fundo. O FUMTUR é um instrumento de captação e aplicação de recursos e normalmente é composto pelos membros do COMTUR, cabendo aos membros a decisão de como os recursos poderão ser utilizados.

Outra ação que poderia ser realizada pela Prefeitura é a implantação do projeto escola do campo para resgatar a identidade cultural da região. Para tanto, se faz necessária a capacitação de professores e a elaboração de material didático adequado à realidade dos alunos.

10. Roteiro turístico e calendário de festas

Dado o potencial do turismo na região da APA de Guaraqueçaba, seria interessante que as comunidades locais em parceria com a Prefeitura, talvez por meio do Conselho Municipal de Turismo, trabalhassem na criação de roteiros turísticos envolvendo atividades e eventos no ramo de turismo rural, cultural, religioso e de natureza. Durante o processo de criação de roteiros, oficinas e vivências culturais, é de crucial importância a participação da população, uma vez que grande parte das atividades oferecidas são protagonizadas pelas comunidades locais.

O calendário de festas da cidade também poderia ser melhorado para que os eventos possam atrair turistas de outras cidades e estados, e não apenas o público local. Uma sugestão para o calendário é a incorporação das festividades que valorizam a cultura local como o festival da cachaça, do fandango, da tainha e da ostra.

Mais uma vez é importante ressaltar que todos os produtos e serviços de turismo a serem ofertados devem respeitar as tradições, culturas e formas de organização social das comunidades locais, assim como a capacidade de suporte do meio ambiente. O ideal seria que a população elaborasse as opções de roteiros turísticos a serem oferecidas na região.

O turismo de base comunitária como alternativa

Muitas comunidades têm visto no turismo de base comunitária (TBC) uma opção de melhoria de suas condições de vida. Esse tipo de turismo envolve a plena participação da comunidade local no planejamento e na autogestão das atividades turísticas, as quais valorizam seus recursos naturais e culturais.

Durante a condução das entrevistas, foram sugeridas várias recomendações para auxiliar o desenvolvimento do turismo na região. Surpreendentemente, vários moradores citaram em suas respostas ideias que envolvem o conceito do turismo de base comunitária, com propostas de turismo centradas nos recursos que cada comunidade tem a oferecer:

> *"Podia criar uma rota turística Morretes – Guaraqueçaba – Ariri (Cananéia). Minha ideia era abrir um canal na região de Ariri, igual fizeram entre Ilha das Peças-Superagui e fazer um passeio de catamarã de Guaraqueçaba até Cananéia. Começava com o passeio de trem em Morretes, terminava de barco no Ariri. Chegava a São Paulo através do canal. Ia parando em vários lugares para conhecer a cultura, os atrativos turísticos, inclui refeição e pouso. Inclui paradas nas comunidades locais."* – Empreendedor

Entre os serviços e atrativos turísticos que poderiam ser disponibilizados pela comunidade, os entrevistados mencionaram hospedagem, alimentação focada na gastronomia local, passeios de barco/ caiaque/ bicicleta, trilhas guiadas por nativos, apresentações de fandango e oficinas/ vivências de pesca e artesanato. A Prefeitura também comentou que gostaria de fazer algumas alterações no programa Estrela do Mar para incluir a parte de turismo comunitário e além de trabalhar com a questão do lixo, gostaria de trazer alguma renda para a população e gerar empregos.

Ao mesmo tempo que os moradores se mostraram esperançosos com a ideia de turismo comunitário, existe também um sentimento de incerteza e insegurança, pois nem todos os moradores

estariam dispostos a recepcionar pessoas estranhas dentro de casa e muitos tem medo de que os turistas não respeitem a cultura e/ou a religião deles. Também existe um certo receio com bandidos e drogas.

Caso iniciativas de TBC venham a ser implantadas, a comunidade gostaria de ter participação total no planejamento, na gestão e na procura de parcerias. Alguns entrevistados frisaram que no caso do estabelecimento de parcerias com agências de turismo, ONGs ou outras instituições, a comunidade optaria por trabalhar com aquelas que não estivessem somente preocupadas com a obtenção de lucro próprio, mas sim com as necessidades da comunidade local:

> *"Para fazer projetos, a comunidade tem que confiar em você… é preciso ver a comunidade e dividir a necessidade deles. Tem que ter cuidado na observação e ter humildade. O olhar não pode ser de fora porque o de fora não consegue educar o tradicional."* - Trabalhador independente

Foi comentada a existência de uma parceria que deu certo, entre uma ONG que trabalha com TBC e as comunidades locais do entorno do Parque Nacional do Superagui. O sucesso do projeto se deve à relação de confiança que foi construída com a comunidade e à venda de roteiros que valorizam os atributos naturais e culturais, incluindo observação de golfinhos, guarás, papagaios-de-cara-roxa e vivências de fandango. O roteiro tem um valor acessível e visa o desenvolvimento social e econômico da comunidade e não o lucro próprio.

Para ganhar a confiança da comunidade, Burkey (1993) enfatiza que é necessário a imersão na realidade local para que seja possível compreender as necessidades deles. Através da amizade com os locais, da convivência diária, é possível perceber os problemas, as alegrias e angústias, ganhar a confiança da comunidade e mostrar que existem boas intenções e que o "outsider" não está tentando tirar proveito para benefício próprio.

Seguindo o exemplo da Rede Caiçara de Turismo de Paranaguá, é muito importante que as comunidades sejam ouvidas e respeitadas. Para a implantação de projetos de TBC, cada comunidade

precisa fazer um levantamento dos atrativos e serviços turísticos e da infra-estrutura existente e decidir de que maneira irá disponibilizar seus recursos naturais e compartilhar suas características culturais com turistas e visitantes, tendo em mente um modelo de turismo sustentável.

É importante que junto com esse levantamento, a comunidade também faça uma análise crítica da realidade em que vive para identificar suas necessidades e problemas e apontar as mudanças que desejam e de que maneira essas poderiam ocorrer. Todas essas informações vão colaborar com a elaboração de um roteiro turístico adequado, que valorize os recursos naturais e culturais da comunidade e promova seu desenvolvimento econômico e social.

O turismo de base comunitária possibilita a comunidade ter total participação no desenvolvimento de suas atividades, um controle efetivo das decisões sobre o turismo no local e o poder de gerenciamento dos serviços e atrativos turísticos ofertados. Sendo assim, se o turismo for ofertado de maneira sustentável, a comunidade consegue obter os benefícios advindos do turismo e usufruir seus impactos positivos.

Como citado anteriormente, cada comunidade tem suas particularidades e não existe uma fórmula para garantir o sucesso das iniciativas de turismo de base comunitário, no entanto, o Instituto BioAtlântica, em parceria com o Instituto EcoBrasil, publicou 10 dicas importantes de como elaborar bons produtos. Essas dicas podem ser encontradas no Manual Caiçara de Ecoturismo de Base Comunitária e são um ótimo guia para ajudar as comunidades a se organizarem para desenvolver o turismo local (Figuras 29 e 30).

Como elaborar bons produtos de turismo de base comunitária

10 dicas importantes

1. **Reunir um grupo de pessoas da comunidade interessadas em trabalhar com turismo.**
Essas pessoas podem trabalhar como guias locais, com alimentação, hospedagem, transporte, além de mostrar a cultura da comunidade, as formas de trabalho na horta ou na roça ou no cerco de pesca etc...

2. **Levantar os atrativos da comunidade e da região**

Por exemplo:

- uma praia bonita e segura para nadar ou mergulhar;
- uma trilha que leva até um ponto de observação com vista bonita;
- uma trilha pra ver animais ou plantas bonitas ou especiais;
- uma cachoeira ou uma festa ou cerimônia;
- uma oficina de artesanato;
- os barcos de pesca, na frente da praia;
- o dia-dia e a conversa com gente da comunidade;
- as comidas típicas da comunidade.

Saiba que geralmente o turista viaja para fazer coisas que não faz no seu dia-a-dia!

Veja com outras pessoas da comunidade como os atrativos podem virar produto turístico.

3. **Ver de que forma os atrativos podem virar produtos turísticos**
Atrativos não são produtos turísticos. Os atrativos são matérias-primas para elaborar produtos turísticos.

Por exemplo:

A praia bonita é atrativo, o produto pode ser venda de comida ou aluguel de equipamento na praia.

A trilha é atrativo, o produto pode ser passeios guiados por pessoas da comunidade.

A oficina de artesanato é o atrativo, vender artesanato ou ensinar artesanato são os produtos.

O barco de pesca é um atrativo, um passeio de barco ou participar do dia-dia do pescador é um produto.

Se você observar os turistas, o que eles querem e do que sentem falta, vão aparecer idéias de outras Atividades e produtos.

Importante

Em geral, é necessário 1 guia para cada 10 turistas! Quando o número de turistas aumentar, também deve aumentar o número de guias. Caso a atividade guiada tenha alguma dificuldade (trilhas longas, por exemplo), crianças, adolescentes, idosos, etc., é importante ter mais guias. Cada caso deve ser avaliado individualmente.

4. **Decidam quem deve ser responsável por cada produto, pelas atividades e serviços.**
Para o produto ser bom, é necessário que alguém seja responsável por sua operação e zele pela qualidade. Se o produto é difícil de fazer ou são muitos visitantes, pode ser que precise de mais responsáveis.

5. **Verificar se precisa de investimento ou esforço conjunto para fazer um produto virar realidade.**
Ao desenvolver uma atividade ou um produto turístico, os responsáveis devem saber calcular os custos e saber quantas pessoas são necessárias para que seja possível realizar o passeio.

6. **Verificar o tempo pra fazer cada atividade**
Verificar quanto tempo levam as atividades e como chegar ao lugar a ser visitado (a pé, de barco, de van etc.).

7. **Estabelecer um preço justo.**
O preço justo é o que o turista aceita pagar e que paga o esforço da comunidade.
As pessoas da comunidade devem receber valores proporcionais, de acordo com o seu tempo de trabalho e das despesas que terão para realizar as atividades - por exemplo: combustível, alimentos etc.

8. **Organizar as atividades na ordem que elas serão feitas.**
Verificar se as atividades estão relacionadas umas às outras, como se faz para sair de um lugar para o outro, o tempo de duração etc. Isto se chama roteiro turístico.

9. **Fazer as contas dos custos e despesas do passeio**
Somar os custos para o passeio: pagamento das pessoas, custo com materiais e alimentos, aluguel de barco (combustível para o barco, telefone, comissão da agência para comercialização, impostos, etc. Saiba que alguns valores são cobrados por grupo e outros são cobrados por pessoa.
Por exemplo: o serviço do guia é cobrado por grupo (diária do guia), mesmo que haja mais ou menos pessoas.
Uma refeição é cobrada por pessoa: o número de pessoas vai alterar o valor pago pelo grupo pela refeição.

10. **Verificar se as atividades são sustentáveis**
Veja se as atividades são sustentáveis, ou seja, se não prejudicam a natureza nem mudam as tradições e costumes da comunidade, e se as pessoas envolvidas no turismo estão ganhando dinheiro.

Atenção

Guias de turismo são pessoas que fizeram, o curso e foram credenciadas pelo Ministério do Turismo.

Neste manual, chamamos de "guia local", da comunidade, apenas para que fique mais fácil de entender.

Os guias locais, dependendo do lugar, são chamados de "condutores" ou "monitores", às vezes de "mateiros".

Importante

Comunidades não devem depender só do turismo.

Turismo não deve ser uma solução mágica e única de alternativa econômica.

As comunidades devem manter suas atividades tradicionais, que são atrativos turísticos.

Figura 29 e 30: Dicas de como desenvolver o turismo de base comunitária (Instituto BioAtlântica, 2011). Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cairucu/images/stories/downloads/manual-ecoturismo-comunitaria.pdf

CONCLUSÃO

O turismo na região da APA de Guaraqueçaba não pode ser visto como solução única para todos os problemas, mas pode impulsionar uma melhoria na infraestrutura e potencializar o desenvolvimento de outras atividades econômicas já praticadas como a pesca, a agricultura, o artesanato e o transporte de turistas, complementando assim a renda da comunidade e contribuindo para o desenvolvimento econômico local.

No caso das três localidades estudadas, há uma grande necessidade de promover a articulação entre os diferentes atores sociais. Essa articulação é uma grande desafio, pois é preciso quebrar a barreira existente entre as comunidades tradicionais e o ICMBio/ONGs ambientalistas e criar uma conexão entre a população e o governo local e deste como o governo estadual. A sociedade acadêmica talvez seja a solução para fazer o link entre esses diferentes atores sociais. Para lutar pelo desenvolvimento do turismo, as comunidades, antes de mais nada, também precisam se fortalecerem e se organizarem de uma maneira mais efetiva.

Além do problema da falta de conexão entre os atores sociais, muitos dos problemas encontrados na APA de Guaraqueçaba se repetem em outras áreas de proteção, como infraestrutura inadequada, exploração por agentes externos, falta de incentivo e investimento público, dificuldade de acesso ao mercado e perda da identidade cultural. Existem vários modelos para o desenvolvimento de turismo sustentável em áreas de proteção e apesar das etapas serem semelhantes, não existe uma receita única para alcançar o sucesso. Os programas e projetos de interesse turístico a serem desenvolvidos devem ser específicos para cada região e não podem ser simplesmente replicados visto que cada comunidade tem suas particularidades e necessidades, as quais precisam ser individualmente estudadas.

No entanto, alguns casos podem servir de base. Por exemplo, os casos dos municípios de Antonina e de Paranaguá devem ser levados em consideração para o desenvolvimento do turismo em

Guaraqueçaba, uma vez que os municípios possuem semelhantes tradições culturais, características ecológicas e socioeconômicas e fazem parte da APA de Guaraqueçaba, estando sujeitos às mesmas restrições ambientais. Medidas simples como a criação da Cartilha de Turismo de Base Comunitária de Paranaguá e a publicação do Inventário de Turismo de Antonina têm contribuído para a conscientização ambiental da população local, o fortalecimento social das comunidades envolvidas, o aumento da geração de renda e para o desenvolvimento do turismo alternativo e sustentável.

Durante os 25 anos que se passaram desde a realização do estudo feito pelo Serviço Florestal americano com contribuição da ONG SPVS, pode se dizer que o turismo tem evoluído na região da APA de Guaraqueçaba, dado o aumento do número de pousadas e restaurantes em Superagui, a criação da RPPN Salto Morato e do Sebuí, as cooperativas que foram criadas como a Cooperguará e a Arte Nossa, o sucesso da cozinha comunitária da Ilha das Peças e as iniciativas acima citadas em Paranaguá e Antonina. No entanto, não é possível afirmar que o turismo é o principal meio de subsistência da população, principalmente por conta da sazonalidade existente e de outros fatores acima mencionados. Apesar de alguns avanços e resultados positivos, o turismo tem se desenvolvido lentamente na região e a população das três localidades estudadas ainda sofre com a falta de oportunidades de trabalho e de geração de renda, mas acredita fortemente que o desenvolvimento do turismo seja uma das alternativas para melhorar a infraestrutura e promover o desenvolvimento sustentável da região.

Em relação às sugestões feitas pelo time de pesquisadores do estudo de 1994, pequenas mudanças ocorreram nesse período, mas bons resultados foram gerados a partir das mesmas. Muitas recomendações sugeridas no passado, foram sugeridas pelos moradores no presente estudo, assim como pela pesquisadora. Apesar das inúmeras barreiras atualmente existentes, alguns fatores observados mantêm acesa a chama da possibilidade do desenvolvimento do turismo na APA de Guaraqueçaba. Entre eles podemos citar a nova gestão de Guaraqueçaba que providenciou a revitalização da praça central e tem investido no calendário de eventos da cidade promovendo e

incentivando a cultura local; o ressurgimento da Cooperativa de Artesanato Arte Nossa que ganhou fôlego novo com a nova administração; a disponibilização de barcos rápidos durante o verão; o resgate do fandango entre crianças e jovens; a promoção da APA na mídia local e principalmente a conscientização da população local e do turista.

Há 25 anos, as comunidades ainda não tinham a visão de que o desenvolvimento do turismo poderia garantir a preservação dos recursos naturais e promover o desenvolvimento econômico na região, mas nos últimos anos, este cenário vem se transformando e existe uma maior mobilização por parte de alguns grupos para promover o turismo. A mesma coisa tem acontecido com os turistas. A indústria do turismo tem crescido muito, inclusive o ramo do turismo alternativo, no qual o viajante tem uma maior preocupação ambiental e busca uma imersão no modo de vida da cultura local. Portanto, se conclui que a APA de Guaraqueçaba tem todo potencial para investir nesse tipo de turismo, promover esse tipo de experiência alternativa e alcançar o tão desejado desenvolvimento sustentável através do turismo.

REFERÊNCIAS

Allen, B. S. (2010). *Politics and Nature Conservation in Brazil: Ten years of the National System of Conservation Units (SNUC).* Research Report. Center for Latin American Studies – University of California. Berkeley, CA. Disponivel em https://clas.berkeley.edu/research/politics-and-nature-conservation-brazil-ten-years-national-system-conservation-units-snuc

Alves, Z. M. M. B., & da Silva, M. H. G. F. D. (1992). Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. *Paidéia,* 2. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1992000200007

Ávila, V.F. (2006). *Cultura de subdesenvolvimento e desenvolvimento local.* Sobral, CE: Edições Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

Azevedo, O. (2012). *Expedição Coração do Brasil – Paranaguá: Lagamar.* Curitiba, PR: Voar.

Bartholo, R., Delamaro, M., & Bursztyn, I. (2008). Tourism for whom? Different Paths to Development and Alternative experiments in Brazil. *Latin American Perspectives,* 35(3), 103-119.

Brasil. Decreto nº 90.883, de 31 de janeiro de 1985. Disponível em http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/apa_guaraquecaba.pdf

Brasil. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm

Brasil. Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm

Brito, B. R. (2000). *O turista e o viajante: contributos para a conceptualização do turismo alternativo e responsável.* IV Congresso Português de Sociologia - Associação Portuguesa de Sociologia, Coimbra.

Brockington, D., Rosaleen D., & Jim, I. (2008). *Nature Unbound: Conservation, Capitalism and the Future of Protected Areas.* Sterling, VA: Earthscan.

Burkey, S. (1993). *People-first - A guide to self-reliant, participatory rural development.* New York, NY: Zed Books Ltd.

Calegare, M. G. A., Higuchi, M. I. G., & Bruno, A. C. S. (2014). Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. *Ambiente & Sociedade,* 17(3), 115-134.

Coelho, L. F. (2006). *Turismo em áreas naturais protegidas: algumas reflexões sobre o caso da APA do Cairuçu - RJ.* II Encontro de Grupos de Pesquisa. Uberlândia, MG.

Cubbage, F. W., Wagner, J. E., Muller, V. Y., Sills, E. O., Pye, J. M., Wear, D. N., ... Mercer, E. (1994). *Analysis of the potential for ecotourism in the Atlantic Coastal Forest of Brazil: methods and progress.* 1994 World Congress on Tourism for the Environment. Puerto Rico.

Dall'Agnol, S. (2012). *Impactos do Turismo X Comunidade Local.* Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul - Universidade Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS. Disponível em https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos/02/06_Dall_Agnol.pdf

De André, M. E. D. A. (1983). Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos. *Cadernos de Pesquisa*, 45, 66-71. Disponível em http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1491/1485

Diegues, A. C. (2004). *Enciclopédia Caiçara: o olhar do pesquisador - Volume 1*. São Paulo: Hucitec.

Drummond, J. A., Franco, J. L. A., & Ninis, A. B. (2009). Brazilian federal conservation units: a historical overview of their creation and of their current status. *Environment and History,* 15(4), 463-491.

Governo do Brasil (2018). *Brasil é referência mundial em ecoturismo.* Disponível em http://www.brasil.gov.br/noticias/turismo/2018/07/brasil-e-referencia-mundial-em-ecoturismo/#conteudo

Halpenny, E.A. (2001). Ecotourism-related Organizations. *In:* Weaver, D.B. (ed.) *The Encyclopedia of Ecotourism.* Wallingford: CAB International. (p. 479 – 496). Disponível em http://shora.tabriz.ir/Uploads/83/cms/user/File/657/E_Book/Tourism/The%20Encyclopedia%20of%20Ecotourism.pdf

Hawkins, D. E. (2004). A Protected Areas Ecotourism Competitive Cluster Approach to Catalyse Biodiversity Conservation and Economic Growth in Bulgaria. *Journal of Sustainable Tourism,* 12(3), 219-244.

Honey, M. (1999). *Ecotourism and sustainable development : who owns paradise?* Washington, DC: Island Press.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010). *Índice de Desenvolvimento Humano*. Disponível em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/guaraquecaba/pesquisa/37/0?localidade1=41&tipo=ranking

Instituto Ambiental do Paraná (IAP) (2017a). *ICMS Ecológico por Biodiversidade.* Disponível em http://www.iap.pr.gov.br/pagina-418.html

Instituto Ambiental do Paraná (IAP) (2017b). *ICMS Ecológico por Biodiversidade - Planilha de Valores em Reais Repassados por Município - Exercício/2017.* Disponível em http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Dibap_Dec_ICMS/extrato%20financeiro/2017/12_Resumo_Repasse_ICMSE_DEZ2017_por_Municipio-1.pdf

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) (n.d.). *APA de Guaraqueçaba.* Disponível em http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2244-apa-de-guaraqueçaba

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) (2007). *Perda da cultura é um dos principais problemas indígenas.* Dísponível em https://www.inpa.gov.br/noticias/noticia_sgno2.php?codigo=378

Instituto Socioambiental (n.d.). *Unidades de Conservação.* Disponível em https://uc.socioambiental.org/pt-br/unidadesdeconservacao

International Union for Conservation of Nature (IUCN) (2008). *Protected Areas - About.* Disponível em https://www.iucn.org/theme/protected-areas/about

Irving, M. A. (2002). Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: Irving, M. A., & Azevedo, J. (Org.). *Turismo: o desafio da sustentabilidade.* São Paulo: Futura.

Irving, M. A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é preciso? In: Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (Org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileira.* Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Ministério do Meio Ambiente (MMA) (n.d. a). *Mata Atlântica.* Disponível em http://www.mma.gov.br/biomas/mata-atl%C3%A2ntica_emdesenvolvimento

Ministério do Meio Ambiente (MMA) (n.d. b). *Caderno de debate: Agenda 21 e sustentabilidade - Mata Atlântica, o futuro é agora.* Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/caderno_mataatlantica.pdf

Ministério do Meio Ambiente (MMA) (2012). *Unidades de Conservação por Bioma.* Disponível em http://www.mma.gov.br/cadastro_uc

Ministério do Meio Ambiente (MMA) (2017). *Tabela consolidada das Unidades de Conservação.* Disponível em http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_JUL17%20-%20B_Cat.pdf

Moniz, A. I. D. S. A. (2006). *A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: o caso dos Açores.* (Dissertação de doutorado). Universidade dos Açores, Portugal.

Morellato, L. P. C., & Haddad, C. F. B. (2000). Introduction: The Brazilian Atlantic Forest. *The Association for Tropical Biology & Conservation*, 36(4), 786-792.

Paraná - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (1995). Plano de Gestão Ambiental - Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. Curitiba, PR: IAP.

Paraná Turismo (2017). *Ecoturismo e Turismo de Aventura no Litoral do Paraná.* Disponível em http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=413

Protected Planet (2018). *Increased growth of Protected Areas in 2017.* Disponível em https://protectedplanet.net/c/increased-growth-of-protected-areas-in-2017

Sampaio, C. A. C., & Zamignan, G. (2012). Study of tourism demand: the experience of the tourism community of Sacred River Watershed, Morretes (PR). *Revista de Cultura e Turismo*, 6(1), 25-39.

Scótolo, D., & Netto, A. P. (2015). Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. *Revista de Cultura e Turismo,* 9(1), 36-59.

SIA Paraná – Sistema de Informações Ambientais (1992). *Legislação/Normas - Consulta.* Disponível em http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=1740

Sills, E. O., & Muller, V. Y. (1995). *Domestic Nature Tourism in Brazil's Protected Areas. Can Brazilian Tourists Save the Brazilian Rainforest?* SECOLAS – Southeastern Council of Latin American Studies.

Silveira-Junior, W.J., & Botelho, E.S. (2001). Turismo em áreas protegidas e inclusão social de populações tradicionais: um estudo de caso da Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba (PR). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 4(3), 441-462.

Strauss, A. L., & Corbin, J. M. (1990). *Basics of qualitative research: Grounded theory procedures and techniques.* Newbury Park, CA: Sage Publications.

United Nations World Tourism Organization (UNWTO) (2004). *Tourism and poverty alleviation recommendations for action.* Disponível em https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284407019

United Nations World Tourism Organization (UNWTO) (2015). *Tourism and the sustainable development goals.* Disponível em https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284417254

United Nations (UN) (1997). UN Conference on Environment and Development (1992). Disponível em http://www.un.org/geninfo/bp/enviro.html

Wyman, M.S., & Stein, T.V. (2017). *Introducing Ecotourism to Florida's Counties and Landowners: An Ecotourism/Nature Based Tourism Fact Sheet.* Disponível em http://edis.ifas.ufl.edu/fr163

APÊNDICES

Apêndice A

Questionário para entrevista com provedores de serviço de turismo (Agosto/2017)

Protocolo de consentimento (ler para o respondente)

Esta entrevista é feita com provedores de serviço de turismo em Guaraqueçaba e faz parte de um estudo sobre o desenvolvimento do turismo de base comunitária na APA de Guaraqueçaba. Esse estudo é conduzido por uma estudante brasileira como parte do seu projeto de mestrado no Colégio de Recursos Naturais da Universidade Estadual da Carolina do Norte nos Estados Unidos.

Esta entrevista não coleta nenhuma informação sobre sua identidade. Apenas um resumo das informações coletadas será divulgado e nenhuma informação fornecida será diretamente vinculado a você, portanto, suas respostas serão mantidas completamente no anonimato. No entanto, se você se sentir desconfortável com qualquer uma das questões, você pode pulá-las ou parar de respondê-las a qualquer momento. A sua participação é voluntária e deixa explícito o seu consentimento em fazer parte desse estudo. Para participar desta entrevista, você precisa ter no mínimo 18 anos. Não há nenhum risco envolvido nesse processo. Se você tiver qualquer dúvida em relação à entrevista ou ao estudo em questão, por favor, pergunte a qualquer momento. Caso você venha a ter dúvidas ou qualquer tipo de questionamento no futuro, por favor entre em contato comigo ou diretamente com a minha universidade. A duração da entrevista pode levar cerca de 30 minutos à 1 hora. Você gostaria de participar? (Se a resposta for sim, dar continuidade a entrevista. Se a resposta for não, agradecer e interromper a entrevista).

1. Você é nativo de Guaraqueçaba?
2. Qual a sua principal ocupação?
3. Que tipo de atividades e/ou serviços de turismo você oferece?
4. Quando você começou a vender essas atividades e/ou serviços para turistas?
5. Nos últimos 12 meses, qual a proporção da sua renda total que veio do turismo?
6. Como o turismo tem afetado a sua vida?
7. Quais outros bens e/ou serviços que sua comunidade oferece para os turistas?
8. Como o turismo tem afetado sua comunidade? (Positiva e negativamente)
9. Em quem você mais confia para administrar o turismo em Guaraqueçaba?

10. Você acha que seria bom para você e sua família se o turismo em Guaraqueçaba aumentasse? Por quê?

11. Na sua opinião, quais são as maiores barreiras para o desenvolvimento do turismo em Guaraqueçaba?

12. Você confia nos líderes locais? E no poder público?

13. O que você acha que poderia ser feito para melhorar a atual situação?

14. Você era membro da Cooperguará Ecotur - Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba?

Se não era membro, perguntar o motivo.

15. Se tivesse uma nova cooperativa de turismo, você seria membro? Por quê?

16. O que você acha a respeito da Mata Atlântica?

17. Você acha bom o fato de Guaraqueçaba estar em uma APA? Por quê?

18. Tanto o governo quanto ONGs como a SPVS gostariam de ajudar no desenvolvimento de pequenos empreendimentos visando a geração de renda a partir do turismo.

a. Você já participou de algum programa de treinamento para o desenvolvimento do turismo?

b. Entre as habilidades, experiências ou conhecimentos que você tem, o que você acha que deveria ser ensinado para outras pessoas a fim de ajudá-las a desenvolver atividades no ramo turístico?

C. Quais habilidades, experiências ou conhecimentos você gostaria de obter para ajudá-lo com seu empreendimento?

19. Por favor liste os empreendimentos, grupos sociais ou as pessoas que interferiram, positiva ou negativamente, durante a sua trajetória em fazer do turismo um de seus meios de subsistência.

Apêndice B

Questionário para entrevista com provedores de serviço de turismo (Fevereiro/2018)

Algumas questões foram adicionadas e/ou alteradas em relação ao questionário anterior. Todas as modificações se encontram em vermelho. O protocolo de consentimento não foi alterado.

1. Você é nativo de Guaraqueçaba?
2. Se não é nativo, onde você nasceu? O que te trouxe para Guaraqueçaba?
3. Qual a sua principal ocupação?
4. Você considera a região da APA de Guaraqueçaba como uma destinação turística?
5. Se sim, quais atividades e/ou serviços sua comunidade oferece para os turistas?
6. E quanto a você? Que tipo de atividades e/ou serviços de turismo você oferece?
7. Quando você começou a vender essas atividades e/ou serviços para turistas?
8. Nos últimos 12 meses, qual a proporção da sua renda total que veio do turismo?
9. Como o turismo tem afetado a sua vida?
10. Como o turismo tem afetado sua comunidade? (Positiva e negativamente)
11. Em quem você mais confia para liderar iniciativas de turismo na região de Guaraqueçaba?
12. Você acha que seria bom para você e sua família se o turismo em Guaraqueçaba aumentasse? Por quê?
13. Na sua opinião, quais são as maiores barreiras para o desenvolvimento do turismo em Guaraqueçaba?
14. Tanto o governo quanto ONGs como a SPVS gostariam de ajudar no desenvolvimento de pequenos empreendimentos visando a geração de renda a partir do turismo.

a. Você já participou de algum programa de treinamento para o desenvolvimento do turismo?

b. Entre as habilidades, experiências ou conhecimentos que você tem, o que você acha que deveria ser ensinado para outras pessoas a fim de ajudá-las a desenvolver atividades no ramo turístico?

C. Quais habilidades, experiências ou conhecimentos você gostaria de obter para ajudá-lo com seu empreendimento?

15. Por favor liste os empreendimentos, grupos sociais ou as pessoas que interferiram, positiva ou negativamente, durante a sua trajetória em fazer do turismo um meio de subsistência.

16. No geral, o que você acha sobre a infraestrutura turística de Guaraqueçaba? O que você acha que poderia ser melhorado?

17. Aproximadamente 10 anos atrás, a SPVS implementou dois programas de base comunitária: ACRIAPA and Cooperguará Ecotur. Você ouviu falar de algum deles?

18. Você era membro da Cooperguará Ecotur - Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba? (Se não era membro, perguntar o motivo).

19. Se tivesse uma nova iniciativa de turismo de base comunitária, você participaria? Por quê?

20. Você acha que o recurso financeiro é um fator limitante para o desenvolvimento do turismo? De que maneira você acha que poderia obter verbas para esse fim?

21. O que você acha a respeito da Mata Atlântica?

22. Você acha bom o fato de Guaraqueçaba estar em uma APA? Por quê?

Apêndice C

Questionário para turistas

Este questionário é uma pesquisa com turistas que estão visitando a APA de Guaraqueçaba e faz parte de um estudo sobre o desenvolvimento do turismo de base comunitária na APA de Guaraqueçaba. Esse estudo é conduzido por uma estudante brasileira como parte do seu mestrado no Colégio de Recursos Naturais da Universidade Estadual da Carolina do Norte nos Estados Unidos.

Este questionário não coleta nenhuma informação sobre sua identidade, portanto, suas respostas serão mantidas completamente no anonimato. No entanto, se você se sentir desconfortável com qualquer uma das questões, você pode pulá-las ou parar de responder o questionário a qualquer momento. Para participar dessa pesquisa, você precisa ter no mínimo 18 anos. A sua participação é voluntária e deixa explícito o seu consentimento em fazer parte desse estudo.

Assim que terminar de responder às questões, por favor retorne o questionário ao entrevistador.

Obrigada!

Viagem

1. Com quem você viajou para a APA de Guaraqueçaba? (Cheque todas as respostas que se aplicam)

☐ Sozinha(o)

☐ Esposa(o)/ Parceira(o)

☐ Família

☐ Amigos

2. Quantas noites você vai passar na região?

☐ Nenhuma (viagem de um dia)

☐ Uma noite

☐ 2-3 noites

☐ > 3 noites

3. Por favor marque todos os lugares que você já visitou ou vai visitar durante essa viagem para a APA de Guaraqueçaba e arredores:

☐ Antonina

☐ Guaraqueçaba

☐ Ilha das Peças

☐ Paranaguá

☐ Parque Nacional do Superagui

☐ Reserva Ecológica do Sebuí

☐ RPPN Salto Morato

☐ Outros: _____

4. Quantas vezes você já visitou a APA de Guaraqueçaba antes dessa viagem?

☐ Nenhuma (primeira vez)

☐ 1 vez antes que essa

☐ 2-3 vezes

☐ > 3 vezes

5. Por favor, escolha até <u>cinco</u> atributos que melhor descrevem a APA de Guaraqueçaba na sua opinião:

☐ Clima bom

☐ Cultura caiçara tradicional

☐ Esportes/ Aventura

☐ Gastronomia

☐ Hospitalidade

☐ Lugar remoto (distante)

☐ Lugar rústico

☐ Natureza

☐ Mar/ Baía

☐ Patrimônio arqueológico/ cultural/ tradicional

☐ Tranquilidade

☐ Outro(s): _____

6. Por que você escolheu visitar a APA de Guaraqueçaba nessa viagem? Por favor, escolha <u>dois motivos</u> principais:

- ☐ Contato com a natureza
- ☐ Escapar da rotina
- ☐ Esportes
- ☐ Meio ambiente conservado
- ☐ Não é um destino convencional de turismo
- ☐ Observação da cultural local e interação com as comunidades locais
- ☐ Paz e tranquilidade
- ☐ Paisagens bonitas
- ☐ Pesquisa científica
- ☐ Outro(s): _____

<u>Turismo</u>

7. Quais atividades turísticas você já fez ou pensa em fazer durante sua visita à APA de Guaraqueçaba?

_____

8. Existe alguma atividade turística que não é oferecida na APA de Guaraqueçaba, mas que você gostaria de fazer? Por favor, liste.

_____

9. Durante essa viagem para a APA de Guaraqueçaba, você comprou algum item como artesanato feito à mão, lembrancinhas ou produtos alimentícios? Por favor, liste.

_____

Se sim, esses produtos foram produzidos localmente? SIM ALGUNS NÃO

10. Onde você comprou esses produtos?

_____

11. Em geral, você prefere comprar produtos de moradores locais ou de lojas mais profissionais?

_____

12. Que tipo de transporte você utilizou para chegar na APA de Guaraqueçaba? (marque todos eles)

☐ Barco público

☐ Barco particular

☐ Carro próprio

☐ Carro alugado

☐ Ônibus

☐ Outro: _____

13. Se você viajou de ônibus ou barco público, como você avalia o serviço?

☐ Excelente

☐ Bom

☐ Razoável

☐ Ruim

☐ Péssimo

14. Se você respondeu razoável, ruim, ou péssimo, o que você acha que poderia ser melhorado?

_____

_____

15. Como você ficou sabendo a respeito da APA de Guaraqueçaba? (Marque as <u>duas opções</u> mais importantes):

☐ Internet

☐ Brochura

☐ Documentários / TV

☐ Catálogos/ Folders

☐ Revistas/ Jornais

☐ Amigos/ Familiares

☐ Agências de turismo

☐ Livros/ Guias de turismo

☐ Mídia social (Ex.: Instagram, Facebook)

☐ Outros

16. Você fez alguma pesquisa online? SIM NÃO

Se sim, foi fácil achar informação online? SIM NÃO

Conservação

17. Você sabia que a região que você está visitando está localizada na APA de Guaraqueçaba?

SIM NÃO

18. Você estaria disposto a pagar uma taxa para ajudar as cidades pertencentes à APA a manter a cidade limpa, melhorar infraestrutura, saneamento e conservar o meio ambiente ao redor?

☐ SIM Quantia máxima que você pagaria: _____

☐ NÃO

Por favor, fale um pouco mais sobre você:

Gênero

☐ Homem

☐ Mulher

Idade

☐ 18-25

☐ 26-41

☐ 42-59

☐ ≥ 60

País de origem: _____

Se for do Brasil, cite seu estado: _____

Se for do Paraná, você é de Curitiba? SIM NÃO

Escolaridade (Marque o nível mais alto que você completou)

☐ Primeiro grau incompleto

☐ Primeiro grau completo

☐ Segundo grau

- ☐ Escola técnica
- ☐ Ensino superior
- ☐ Pós-graduação
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado

Apêndice D

Roteiro para entrevistas com membros da SPVS

1. Em relação ao turismo na APA de Guaraqueçaba, qual tem sido o papel da SPVS? Como esse papel se compara, complementa ou difere do papel do governo e outras ONGs?
2. Sobre a Cooperguará Ecotur, explique porque, quando e como a cooperativa foi criada.
3. Ainda sobre a criação da cooperativa:
a) Quais foram as áreas escolhidas? Teve algum critério específico?
b) Como foi feita a seleção dos participantes?
c) Como vocês convenceram os locais a se tornarem membros?
4. Quais foram os principais desafios enfrentados na criação e durante a operação da cooperativa?
5. Como você acha que a cooperativa afetou a economia local e a vida da população?
6. Você acha que a Cooperguará influenciou o desenvolvimento do turismo a região da APA de Guaraqueçaba? Como?
7. Se a SPVS fosse fazer um trabalho parecido em uma outra APA, o que você faria igual e o que você faria diferente?
8. Você acha que o programa alcançou seus objetivos? Explique.
9. Na sua opinião, por que a Cooperguará acabou?
10. O que os moradores da região da APA de Guaraqueçaba pensam sobre a proteção dos recursos naturais? Você acha que isso tem mudado com o passar dos anos?
11. Muitos locais citaram que as restrições ambientais provocaram o êxodo rural por deixarem as populações sem alternativas. Você concorda com isso? A SPVS tem feito algo para melhorar essa situação? Explique.

Observação: o mesmo roteiro, com exceção da questão 9, foi utilizado para membros da SPVS que eram responsáveis pela ACRIAPA (Associação de Criadores de Abelhas Nativas da APA de Guaraqueçaba).

Apêndice E

Roteiro para entrevistas com membros do governo local e estadual

1. Quais são as principais atividades turísticas na região de Guaraqueçaba?
2. Quais são os lugares/ atividades que atraem o maior número de turistas?
3. Você sabe me dizer o número de turistas que visitam Guaraqueçaba (por ano ou na última década)?
4. Qual é o papel da Secretaria do Esporte e do Turismo (Paraná Turismo) / Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer de Guaraqueçaba no desenvolvimento do turismo na região de Guaraqueçaba?
5. Quais são os tipos de atividades turísticas que o governo oferece em Guaraqueçaba? Existem intenções para implementar outras atividades no futuro?
6. Quais são os desafios relacionados ao turismo em Guaraqueçaba?
7. Guaraqueçaba tem sido descrita como um destino de ecoturismo. Você concorda? O que você acha que diferencia ecoturismo do turismo convencional? O governo tem feito algo para promover o ecoturismo na região? Se sim, de que maneira? Quais os resultados esperados?
8. Existe algum selo de certificação de ecoturismo ou turismo verde no Paraná? Se sim, quem oferece o selo e quem audita? Você acha que a certificação é importante? Por quê?
9. Existe algum programa que envolve as comunidades locais com o turismo em Guaraqueçaba?
10. Existe alguma parceria público-privada que incentiva o desenvolvimento do turismo em Guaraqueçaba?
11. Existe algum plano de turismo para Guaraqueçaba?
12. Se sim, quem elaborou o plano? Teve participação da população? Se sim, você sabe como às opiniões públicas influenciaram na elaboração do plano?
13. Que tipo de marketing o governo tem usado para promover o turismo em Guaraqueçaba?
14. Existe alguma(s) restrição(ões) no desenvolvimento do turismo em Guaraqueçaba? Qual(is)?
15. Economicamente, como o turismo é importante para a região de Guaraqueçaba?
16. Qual a porcentagem da população ligada ao turismo na região de Guaraqueçaba?

Observação: O mesmo roteiro foi utilizado durante entrevista com o Secretário de Turismo e Cultura de Antonina